



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

RITOS, CERIMÔNIAS E PODER EM CASTELA:
uma análise político-cultural dos costumes de corte (séc. XV)

SCARLETT DANTAS DE SÁ ALMEIDA

BRASÍLIA
2016

SCARLETT DANTAS DE SÁ ALMEIDA

RITOS, CERIMÔNIAS E PODER EM CASTELA:
uma análise político-cultural dos costumes de corte (séc. XV)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em História da Universidade de
Brasília como requisito para a obtenção do
título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Política, Instituições e
Relações de Poder

Orientadora: Prof. Dra. Maria Filomena
Pinto da Costa Coelho

BRASÍLIA
2016

AGRADECIMENTOS

No início de 2013 decidi retomar a vida acadêmica, após dois anos de afastamento da história. Na verdade, nesse ínterim continuei a me interessar pelas leituras de história, pelo que o sentimento de querer retomar os estudos logo veio à tona. Apesar da insegurança e das dúvidas, de se estava fazendo a coisa certa, foi com imenso prazer que recebi a notícia da minha aprovação no Mestrado em História na UnB.

O primeiro ano do curso não foi tão fácil. Ainda tentando me adaptar à rotina de aulas de quatro horas e ao grande volume de leituras para por em dia, acontecimentos dramáticos perturbaram profundamente os primeiros meses de pesquisa. O falecimento inesperado de meu pai foi o principal deles.

Em meio a uma rotina instável de viagens e aulas, eu não poderia de deixar de agradecer o apoio profissional e emocional de pessoas que considero muito importantes na minha vida. Em primeiro lugar, agradeço à minha mãe, que além de ser minha base emocional e minha eterna companheira, foi mais que compreensiva durante os meus momentos de estresse e ansiedade. Sem ela, nada disso teria sido possível.

Agradeço à minha orientadora, Maria Filomena Coelho, que desde a graduação me acompanhou com imensa receptividade e dedicação. Confesso que as várias etapas acadêmicas ao seu lado, no ProIC, na monografia e durante todo o mestrado, me fizeram admirá-la mais ainda como pessoa, pesquisadora e professora. Sua sabedoria para lidar com os orientandos em seus diferentes modos de trabalhar, suas sugestões e seus conselhos foram essenciais na minha formação como historiadora.

Aos professores e funcionários do PPGHIS-UnB, que sempre demonstraram imensa disposição nos meus momentos de dúvida e na resolução de problemas burocráticos. Às professoras Adriana Vidotti e Cláudia Brochado por terem aceitado o convite para compor minha banca de qualificação do projeto e também por contribuírem com valiosas sugestões na ocasião.

Aos meus colegas da graduação e da pós-graduação, que durante toda esta trajetória dividiram comigo bons momentos de discussões sobre história, mas também os de aflição e ansiedade antes de cada apresentação oral. Dentre eles, destaco minhas colegas da Pós, as quais sempre foram fonte de ajuda e desabafo sobre a vida de mestranda. Alguns destes colegas acabaram ganhando espaço na minha vida, além do

ambiente acadêmico e se tornaram amigos que levarei para toda vida. Bárbara e Leila, posso dizer que vocês me conhecem por dentro e por fora como ninguém; obrigada pelos conselhos e pela força que me deram ao longo dos anos, principalmente no ano de 2015. André Fleury, Gui, Mari, Michele, Pedro Eduardo e Ramon, mesmo com longos intervalos entre um encontro e outro, nossos momentos juntos sempre foram das melhores conversas e, talvez, os que mais me fizeram rir nos últimos tempos.

Agradeço também aos outros grandes amigos que não compartilham comigo o ambiente acadêmico, mas que dividiram importantes momentos, ora de muita apreensão, ora de diversão. Gabi, Geovana, Marcela, Márlon e Mog, obrigada por estarem sempre dispostos a me ouvir e por serem tão companheiros.

Por fim, agradeço ao CNPQ que me concedeu bolsa ao longo do mestrado.

Meus sinceros agradecimentos a cada um de vocês.

SUMÁRIO

Resumo _____	6
Introdução _____	8
Capítulo 1: Corte, cerimônias e nobreza: problemas de historiografia _____	28
Capítulo 2: Crônicas e cronistas, tratados e tratadistas de corte _____	48
Capítulo 3: O prestígio nobiliárquico _____	60
Capítulo 4: Espaços de corte itinerantes _____	74
Capítulo 5: A concorrência que fortalece a corte _____	88
Capítulo 6: Privação e privados _____	100
Conclusão _____	115
Referências _____	121
Declaração de Autenticidade _____	127

RESUMO

Esta dissertação de mestrado propõe um estudo político-cultural, sobre costumes, rituais e cerimônias de corte e sua relação com o exercício do poder, com especial ênfase na aristocracia de corte castelhana do século XV. Além de não ser muito numerosa, a maioria dos trabalhos que se debruça sobre as cerimônias e costumes da corte na Idade Média privilegia a figura do monarca, com pouca ênfase na aristocracia, sendo esse um tema de pesquisa mais frequente com relação ao Antigo Regime. Assim, esta pesquisa pretendeu estudar os ritos na corte castelhana para averiguar como eles são registrados pelo discurso do poder e como se inserem nas dinâmicas da política relativa às ordens superiores. Por essa proposta de interpretação se considerou que os costumes de corte fazem parte de uma tradição que se estende durante séculos; portanto, é também um estudo de longa duração. Para a realização da dissertação, recorreu-se a uma crônica e a um tratado castelhanos que narram acontecimentos políticos e o cotidiano da corte no século XV.

Palavras-chave: rituais de corte, cerimônias de corte, cultura-política, Castela medieval.

ABSTRACT

The following essay aims at doing a political and cultural study on customs, rituals, and court ceremonies as well as their relationship with the exercise of power. Special emphasis will be given to the XV century Castilian court aristocracy. Besides not being many, most of the researches about the Middle Age customs and ceremonies emphasize the monarch, leaving aside the aristocracy, being the latter a much more frequent theme for *Ancien Régime* researchers. Therefore, this study intended to analyze the Castilian rituals so as to investigate how they are registered into discourses of power, and how they are inserted in the political dynamics attached to the superior orders. As a consequence of that point of view, the court customs are seen as a tradition that extends throughout centuries, turning into a long duration study. Furthermore, in order to conclude the essay, two documents were accessed. Both of them were written by Castilian chronists who relate the political events as well as the quotidian and court life in the XV century.

Keywords: court rituals, court ceremonies, political culture, Medieval Castile.

INTRODUÇÃO

A Sociedade de Corte, de Norbert Elias, escrita em 1933, exerce até hoje forte influência nos estudos sobre a sociedade, a cultura e a política.¹ No campo da história, essa tese de Elias serviu como ponto de partida para a maioria dos trabalhos que pretenderam analisar não só a corte francesa na Idade Moderna, mas também os usos da civilidade, os costumes, a etiqueta e o cerimonial.² A forma como Elias se preocupa em dar historicidade ao seu pensamento sociológico, por meio de um permanente exercício de contextualização no tempo e no espaço, é inspiradora para nós, historiadores, cuja construção dos objetos de estudo depende da contextualização das fontes documentais e da própria bibliografia.

Foi a leitura dessa importante obra de Norbert Elias³ que possibilitou a elaboração do problema que nos dispomos a enfrentar nesta dissertação de mestrado. Partimos das conclusões do sociólogo com relação à sociedade de corte moderna para pensar em que medida elas seriam úteis para compreender a corte medieval. Assim, pretendemos realizar um estudo político-cultural sobre costumes, rituais e cerimônias de corte e sua relação com o exercício do poder, com especial ênfase em Castela, no século XV.⁴

Os costumes e rituais de corte foram pouco abordados pela historiografia, não só no que se refere à Idade Média, mas principalmente em relação à Península Ibérica. A bibliografia refere-se, principalmente, à monarquia, com destaque para a capacidade desta em centralizar o poder, o que também, segundo vários autores, se refletiria nas

¹ A obra é considerada, juntamente com *O Processo Civilizador*, a base do pensamento de Elias. O trabalho constitui uma tese, jamais defendida por Elias, em virtude de seu exílio para Paris logo após a ascensão nazista. Por esse motivo, o livro só foi publicado em 1969, mas correspondia a uma vertente que mesclava uma sociologia ainda dominada por Weber e uma história do século XIX, pelo que sofreu severas críticas ao longo dos anos, sendo taxada de ultrapassada. Ela só se torna um sucesso historiográfico a partir da década de 1980. SALVADORI, Philippe. Norbert Elias. In: SALES, Véronique (org). *Os historiadores*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 155.

² Historiadores como Rita Costa Gomes, José Manuel Nieto Soria, Jacques Revel, Roger Chartier, Ana Isabel Buescu, Maria Helena da Cruz Coelho, Juan Carlos Martín Cea.

³ ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Investigação sobre a sociedade da realeza e da aristocracia de corte. Tradução Pedro Süsskind; prefácio Roger Chartier. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

⁴ Apesar da proposta se dedicar aos costumes do corpo da nobreza, ela dá continuidade à trajetória de pesquisa iniciada na graduação, quando foram estudadas as práticas e o discurso político referentes ao corpo eclesiástico, nas Ordenações Afonsinas e nas *Siete Partidas*. Projetos de Iniciação Científica realizados com bolsa do CNPq (PROIC), intitulados “Sociedade corporativa e a ordem clerical nas Ordenações Afonsinas” (julho de 2010 a julho de 2011); “Sociedade corporativa e a ordem clerical nas Siete Partidas Del Rey Don Alfonso, El Sabio” (agosto de 2011 a julho de 2012). Monografia de graduação intitulada “As penas da Igreja: lógicas corporativas, das Siete Partidas às Ordenações Afonsinas”, defendida no Departamento de História da Universidade de Brasília, em 2011, sob a orientação da Prof. Dra. Maria Filomena Coelho.

cerimônias e rituais. No que se refere a Portugal, por exemplo, poucos foram os trabalhos voltados para o estudo de uma cultura essencialmente nobiliárquica. Chega-se mesmo a afirmar que, na maioria deles, a nobreza parece estar ausente da corte régia.⁵ No caso de Castela, a maioria dos estudos destaca o papel da nobreza atuante, mas também concentra suas análises sobre os costumes, deslocando o foco para a figura do monarca.

Diante desse quadro historiográfico, esta dissertação pretende analisar essencialmente a aristocracia/nobreza castelhana. Desejamos privilegiar os rituais e cerimônias que permitam elucidar as práticas desse corpo social, ou seja, entender esses costumes nobiliárquicos na corte e compreender sua relação com a disputa pelo poder entre os próprios cortesãos. Porém, é fundamental esclarecer que a opção por priorizar um grupo não exclui os efeitos que esses costumes e essas disputas provocam no restante da sociedade. A corte era onde se encontrava o rei e o grupo de pessoas que o acompanhava, do qual faziam parte não só os membros do círculo restrito de familiares do rei e da rainha, mas também aqueles que se tornaram mediadores entre os poderes do monarca e do reino.

Em um momento inicial da pesquisa, reconhecemos a dificuldade de selecionar uma fonte que tratasse essencialmente dos modos de vida na corte ou mesmo voltada somente para a descrição do grupo da nobreza. Foi por isso que acabamos por levantar um conjunto amplo de fontes primárias, basicamente dos séculos XIV e XV, compreendendo diferentes tipologias documentais, produzidas nos reinos de Leão e Castela, e de Portugal.

Livros de teor jurídico e doutrinário, como *As Siete Partidas* (século XIII), do Rei Alfonso X, e as Ordenações Afonsinas (século XV), foram cogitados para esta dissertação, na medida em que descreviam condutas e problemas envolvendo os nobres e funcionários régios, além de conterem seções que abordam a administração da justiça, as prerrogativas da nobreza e os direitos de família. Outras obras, como o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, um dos principais documentos de cunho genealógico do século XIV, e o *Livro de Conselhos de El-Rei D. Duarte*, que testemunha os mais diversos assuntos que o rei se preocupava em registrar, também apresentaram boas possibilidades de análise.

⁵ OLIVEIRA, Antônio Resende de. A Cultura da Nobreza (sécs. XII-XIV). Balanço sem perspectivas. *Medievalista*, n° 3, 2007. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA3/medievalista-nobreza.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

Fontes de outra natureza, como as crônicas régias para os monarcas dos séculos XIV e XV, despertaram também bastante interesse. Para o reino de Portugal, selecionamos as crônicas do rei Dom Fernando e Dom João I, de autoria de Fernão Lopes, e as crônicas de Dom Duarte e Dom Afonso V, de autoria de Rui de Pina. Para o reino de Castela e Aragão, selecionamos a crônica do *Halconero de Juan II*, de autoria de Pedro Carillo de Huete e Dom Lope de Barrientos, e a *Crónica de los Señores Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón*, de Fernando del Pulgar.

Levantamos, ainda, crônicas e tratados que descrevem outros personagens da corte castelhana, tais como: *Los claros varones de Castilla*, de Fernando del Pulgar, *Cronica de los Hechos del Condestable Don Miguel Lucas de Iranzo*, da suposta autoria de Luis del Castillo, ou de Pedro de Escavias; *Crónica de don Álvaro de Luna, Condestble de Castilha, Maestre de Santiago*, de autor desconhecido; *Doctrinal de privados del Marqués de Santillana al maestre de Santiago don Álvaro de Luna*, de autoria de Íñigo López de Mendoza; *Conde Lucanor* e o *Libro de los Estados*, de Don Juan Manuel; *Los doze trabajos de Hércules*, de Henrique de Villena; *Generaciones y Semblanzas* de Fernán Pérez de Guzmán; *Tratado sobre el título de Duque*, de autoria de Juan de Mena; *Doctrinal de caballeros* e *Respuesta a la cuestión fecha por el Marqués de Santillana*, de Alfonso de Cartagena; *Espejo de verdadera nobleza* de Diego de Valera; *Livro da cámara real del príncipe don Juan*, de autoria de Gonzalo Fernández de Oviedo.

A grande quantidade de fontes primárias que, potencialmente, seriam úteis à temática desta pesquisa, nos obrigou a dar preferência àquelas obras que nos pareceram inicialmente mais proveitosas. Consideramos então não só a possibilidade de acesso a estas fontes – o que já exclui grande parte delas – mas também o que elas tinham a oferecer no todo. Pensando nesses aspectos, juntamente com o próprio recorte-temporal, optamos por trabalhar com fontes provenientes do mesmo reino.

Dessa maneira, escolhemos analisar dois documentos que abordam o reino de Castela, entre os séculos XV e XVI⁶: a crônica do *Halconero de Juan II* e o *Libro de la Cámara Real del Príncipe Don Juan*.⁷ Tanto a crônica quanto o livro concedem grande

⁶ Aqui utilizamos o século XVI em virtude do livro de Fernández de Oviedo ter sido escrito em 1547. O conteúdo do tratado, no entanto, é uma descrição sobre a casa e corte do herdeiro dos Reis Católicos, Juan (1478-1497).

⁷ CARRILLO DE HUETE, Pedro. *Crónica del Halconero de Juan II*. Editado por Juan de Mata Carriazo. Madrid: Espasa-Calpe, 1946; FERNÁNDEZ DE OVIEDO, Gonzalo. *Libro de La Cámara Real Del*

destaque às relações nobiliárquicas, etiquetas e cerimônias de corte, descrevendo esses temas com mais detalhes que outras fontes ibéricas.⁸

As referências bibliográficas utilizadas abrangem Castela, Leão, mas também Portugal, atestando o fato de que esses reinos eram entendidos pela própria nobreza como parte de uma geopolítica, na qual se desenvolve uma cultura cortesã bastante homogênea. Os diversos reinos da Península Ibérica deram origem a textos e costumes que precisam ser interpretados dentro de sua própria lógica política, que leva a uma constante emulação e imitação entre as cortes.

Apesar de esse *corpus* documental abranger aproximadamente dois séculos de duração, o foco deste estudo situa-se no século XV, na Baixa Idade Média. Segundo Norbert Elias, é durante os séculos XIV e XV que os costumes de corte passaram por certas mudanças⁹ que, posteriormente, iriam se desenvolver e tomar a forma de uma corte absolutista.¹⁰ Nesse âmbito, os costumes de corte, e, por sua vez, seus rituais e cerimônias, fazem parte de um fenômeno de longa duração - que é a existência de uma nobreza inserida no jogo do poder político desde o surgimento da realeza.

No que se refere àquilo que a documentação pode oferecer, numa primeira sondagem, é possível considerar as cerimônias e os rituais de corte como tradutores de valores tradicionais e normativos. Entende-se que os ritos não só regulam a vida do monarca e do cortesão, mas ordenam o tempo da corte.¹¹ Antes de representar apenas um papel de encenação do poder político, eles podem ser interpretados como um momento de regeneração dos grupos, de ajustamento a mudanças internas e de adaptação dos indivíduos ao meio. Ou seja, para além de uma função comunicativa do poder, os ritos representam um trabalho reflexivo para os que deles participam, pois todos desempenham um papel no seio da corte, no cerimonial¹² e na sociedade. Para Ernst Cassirer, ritos não são originalmente alegorias, pois eles não se limitam a copiar

Príncipe Don Juan: ofícios de su casa y servicio ordinario. Edición crítica de Santiago Fabregat Barrios. Valencia: Publicacions de La Universitat de València, 2006.

⁸ GOMES, Rita Costa. Cerimônias da realeza nos fins da Idade Média. A propósito de um livro recente. *Penélope*, nº 14, 1994. p. 129-136. Disponível em: <http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_14/14_10_RGomes.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2013.

⁹ ELIAS, Norbert Elias. *O processo civilizador*. Tradução Ruy Jungmann; revisão, apresentação e notas Renato Janine Ribeiro. 2 v. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.p. 72.

¹⁰ GOMES, Rita Costa. Translated by Alison Aiken. *The making of a court society*. Kings and nobles in late medieval Portugal. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 1,3.

¹¹ *Ibidem*, p. 7. A autora divide o tempo da corte baseado em ciclos cerimoniais (grandes cerimônias) e ciclos periódicos (ritos do cotidiano). Um ciclo fundamenta o outro e influencia na partilha dos turnos dos ofícios e papéis que os cortesãos devem desempenhar.

¹² GOMES, Cerimônias..., *op. cit.*, p. 131-134. Ver especialmente a crítica que a autora faz à abordagem de Nieto Soria, que apresentaremos no capítulo dedicado à historiografia.

ou representar. “Eles são absolutamente reais; eles estão tão tecidos na realidade da ação que formam uma parte indispensável da mesma. (...) O que acontece nesses rituais não é uma mera representação imitativa de um evento, mas é o próprio evento.”¹³

Participando do convívio, das festas e cerimônias em torno da cabeça-política, a corte se entende como tal: um corpo político restrito e privilegiado por compartilhar o espaço público e privado com o monarca, compondo tanto as cerimônias mais espetaculares, quanto as mais modestas. Essa corte se organiza em uma rede complexa de deveres e favores (serviços e benefícios) em torno do rei, de tal forma que seus componentes, aos poucos, vão se tornando agentes a serviço da realeza. A função ritualística transforma-se em dever fundamental para o estabelecimento da própria identidade e dos privilégios do nobre na corte¹⁴, em que a proximidade com a figura do rei tinha grande relevância. Numa definição encontrada nas famosas *Siete Partidas*, destaca-se:

Corte es llamado el lugar donde está el rey y sus vasallos y sus oficiales con él, que le han comunicado de aconsejar y servir, y los otros del reino que se llegan allá o por honra de él, por alcanzar derecho, o por hacer recaudar las otras cosas que han de ver con él, y tomó este nombre de una palabra del latín que dicen cobors, que muestra tanto como ayuntamiento de compañías, pues allí se allegan todos aquellos que han de honrar y aguardar al rey y al reino. Y otrosí tiene nombre en latín, curia, que quiere tanto decir como lugar donde está la cura, de todos los hechos de la tierra, pues allí se ha de considerar lo que cada uno ha de haber según su derecho o su estado. Otrosí es dicho corte, según lenguaje de España, porque allí está la espada de la justicia con que se han de cortar todos los males tanto de hecho como de dicho, así los tuertos, como las fuerzas y las soberbias que hacen los hombres y dicen, por las que se muestran por atrevidos y denodados; y otrosí los escarnios y los engaños, y las palabras soberbias y natias que hacen a los hombres envilecer y ser raheces.

É interessante notar que a definição de “corte” abrange duas dimensões: uma final e uma espacial. Ao mesmo tempo em que a corte é o corpo responsável por preservar a justiça do reino, exercendo seu papel político, ela também será caracterizada como “corte” sempre que estiver presente o monarca e seus acompanhantes. Segundo Rita Costa Gomes, “a presença do rei define a ‘corte’: é um espaço real, mas também é um grupo de pessoas que acompanham o monarca, um organismo cujas configurações são fluidas, e que inclui todos aqueles que estão dentro deste espaço, mesmo que temporariamente.”¹⁵ Deve-se destacar que as definições de época não se ancoram no

¹³ CASSIRER, Ernst. *La Philosophie des formes symboliques*. La pensée mythique. Vol. II. Paris: Minuit, 1972, p. 61.

¹⁴ GOMES, *The making... op. cit.*, p. 7-8.

¹⁵ *Ibidem*, p.13.

exclusivismo ou no monopólio do poder régio para dar existência à corte, mas insistem no seu caráter essencial de corpo.

A estrutura da sociedade medieval, constituída por corpos, promove a interação frequente entre eles e, na lógica corporativa, a corte intermedeia essas relações com o objetivo de se alcançar o bem comum. Logo, pesquisar o comportamento de um determinado grupo político é também abordar o contexto maior no qual ele se insere. Esta dissertação baseia-se, portanto, na ideia da corte medieval como um processo ou uma rede de inter-relações políticas que se reproduzem por sucessivas gerações. A nobreza seria um corpo dinâmico que ao longo do tempo se configurou como um centro político, no qual normas de comportamento e rituais se tornam meios de identificação política, mas também de disputa e de exibição de poder. Essa constante tensão caracterizará a formação e a manutenção da própria realeza, pois a cabeça-política também será influenciada pela forma como os cerimoniais modificam os hábitos da nobreza - corpo político do qual o rei faz parte. O surgimento da realeza pressupõe também o surgimento de, pelo menos, um grupo que acompanha e influencia constantemente o rei.

O modelo corporativo

Para explicar o papel que a nobreza exerce na baixa Idade Média, baseamo-nos na concepção de sociedade corporativa. Tal concepção está presente na lógica política medieval, e é evidente nos documentos a alusão a uma sociedade dividida em três ordens, ou estados: clero, nobreza e povo.¹⁶ O pensamento medieval é dominado pela ideia da existência de um cosmos, que seria uma ordem universal válida para todos os homens e para todas as coisas. Tal ordem serviria de orientação para todos os indivíduos chegarem a uma causa final, identificada pelo pensamento cristão como o próprio Criador. No entanto, para se alcançar esse fim último, caberia aos homens exercerem uma determinada função na sociedade, obedecendo a uma diferenciação e hierarquia social assim como as milícias celestes, desiguais e hierárquicas. Cada parte da sociedade – tratada como corpo – cooperaria de forma diferente, numa espécie de unidade de “ordenação”, havendo um arranjo desses corpos ou ordens que proporciona o caminho

¹⁶ Há uma ampla bibliografia que se dedica a este tema. Para esta dissertação, guiamo-nos principalmente por: DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Ed. Estampa, 1994; e HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político em Portugal (séc. XVII). Coimbra: Almedina, 1994.

para o bem comum. Carrillo de Huete, autor da crônica do século XV que usamos nesta dissertação, alude a esse modelo político, nos seguintes termos:

E que vuestra señoría quisiese ser Rey e señor dellos, e prouelos como Rey, por manera vuestros vibiesen en paz e tranquilidad e justicia, porque Dios Nuestro Señor fuese servido, e vuestra corona fuese ensalçada, e vuestra merced con vuestros súbditos vibiédeses en unión, como en vn cuerpo, quieta e pacíficamente.¹⁷

Aqui, o poder não é somente o do soberano, ele é repartido entre as ordens e cada uma delas teria autonomia jurídica e política relativa para desempenhar a sua função para que o corpo funcionasse de maneira harmônica. Esse corpo, então, é composto por um soberano no topo (cabeça política) e por seus membros. A função desse soberano é representar externamente a unidade do corpo e manter a harmonia entre todos os seus membros (clero, nobreza, povo), garantindo a cada um o seu estatuto e, dessa forma, realizando a justiça. O rei, embora detenha a superioridade, pertence ao corpo da nobreza. Este aspecto é de fundamental importância para entender a relação que se estabelece entre os reis e os nobres, coisa que boa parte da historiografia prefere reduzir a sujeição ou rebeldia. De acordo com Maria Filomena Coelho,

Sobre estas relações, apenas uma palavra, para sublinhar a insistência com que a historiografia recorre a expressões que enfrentam de um lado a monarquia e do outro lado a nobreza, impossibilitando que se percebam os arranjos de grupos, dos quais o rei faz parte. (...) A concepção política corporativa entende que a *optima pars* é parte da governação do reino. Trata-se de governar com o rei (...) O fato é que a historiografia tem dificuldade em explicar uma dinâmica que parece, à primeira vista, antagônica: por um lado identifica-se o fortalecimento do poder régio mas, por outro, percebe-se também uma crescente influência da alta nobreza dentro dos aparatos burocráticos. Assim, a conclusão aponta não para a contradição, mas para a composição: o poder régio consolida-se à medida que possibilita que a nobreza governe com o rei, no interior do Estado. Esta situação de condomínio corporativo é benéfica tanto para o monarca, como para a nobreza. Sua situação de ordem superior privilegiada é mais bem dimensionada ao abrigo de uma monarquia estruturada e fortalecida, que garante a ordem e uma canalização das riquezas de maneira mais eficiente. Entretanto, as circunstâncias da vida política desenham o panorama do poder, mudando a configuração dos grupos nobiliárquicos que privam das mercês régias, mas igualmente, mudando a própria configuração da realeza, cujo ocupante do trono pode também mudar, de acordo com as tensões”.¹⁸

¹⁷ CARRILLO DE HUETE, *op. cit.* p. 524.

¹⁸ COELHO, Maria Filomena. Revisitando o problema da centralização do poder na Idade Média. Reflexões historiográficas. In: NEMI, Ana; ALMEIDA, Neri; PINHEIRO, Rossana (Orgs). *A construção da narrativa histórica*. Séculos XIX-XX. Campinas: Ed. Unicamp, 2014, p.54; 56; 59.

Categorias temporais e analíticas como problema

O estudo que pretendemos realizar sobre a nobreza de corte parte do pressuposto corporativo, tal como explicitado. De qualquer forma, talvez seja importante esclarecer que não estamos interessados em comprovar as origens ou ponto inicial de uma corte medieval. Na explicação sobre “o ídolo das origens”, Marc Bloch utiliza uma metáfora perspicaz:

O carvalho nasce da glande. Mas o carvalho se torna e permanece apenas ao encontrar condições de ambiente favoráveis, as quais não resultam da embriologia. (...) A qualquer atividade humana que seu estudo se associe, o mesmo erro sempre espreita o intérprete: confundir uma filiação com uma explicação.¹⁹

Com base na reflexão de Bloch, a pesquisa procurou interpretar as cerimônias e rituais de corte como condições que levaram à (re)criação, reprodução e manutenção dos costumes nobiliárquicos durante vários séculos, a ponto de essa tradição perpassar toda a Idade Média. Ao escrever sobre as cerimônias da realeza em Portugal, Rita Costa Gomes afirma que “todas as tradições se inventam e recriam, se engendram e se adaptam a novas circunstâncias, em cada conjuntura particular”,²⁰ o que torna possível que uma tradição - marcadamente enunciada pelas fontes - tenha continuidade durante períodos pluriseculares.

A tradição é um dos conceitos importantes para desenvolver a pesquisa. Optamos por não utilizar uma noção de tradição ainda corrente entre etnólogos e historiadores, que contrasta binômios como: passado e presente, estático e dinâmico, continuidade e descontinuidade.²¹ Com base nos interessantes questionamentos de Gérard Lenclud acerca do uso do conceito, entendemos que a persistência de uma instituição, um costume ou um ritual no decorrer do tempo também é histórica e pressupõe uma nova maneira de entender as continuidades. Pensamos que todos os utensílios culturais, mesmo os qualificados como tradicionais, sofrem transformações. Seja no texto de um mito, que passou por experiências de recitação, omissão, incorporação em sua redação/transmissão oral; seja na prática ritual, em que a

¹⁹ BLOCH, Marc. *Apologia da história*. Ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 58.

²⁰ GOMES, Cerimônias...*op. cit.* p. 130.

²¹ LÉNCLUD, Gerard. A tradição não é mais o que era... Sobre as noções de tradição e de sociedade tradicional em etnologia. *História, histórias*. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013, p.150. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/9366>>. Acesso em: 8 fev 2015.

ocorrência e repetição de uma cerimônia à outra, leve um ritual a se desenrolar de maneira diversa.²² As considerações de Lenclud e Bloch nos levam a concordar que não haveria uma “tábula rasa” na ordem da cultura. Toda mudança, por mais radical que pareça, ocorre sobre um fundo de continuidade, assim como toda permanência supõe variações.²³ Para Jean-Claude Schmitt, essas variações, por mais sutis que pareçam, principalmente se nos referirmos à sua lentidão, são inerentes ao próprio curso da história e ao desenvolvimento das sociedades. Nota-se, então, que as cerimônias se incluem no importante debate acerca da tradição. Seus atores conformam-se aos rituais, mas também lhes atribuem significados diferentes e os adaptam se for necessário, pois os modelos cerimoniais nunca são recebidos, executados e imitados passivamente.²⁴

Outro conceito que pode nos ajudar a interpretar a documentação é o de cultura política, que não deixa de estar profundamente vinculado ao de tradição, da forma como o acabamos de apresentar. É importante destacarmos que a perspectiva da “cultura” oferece muitas vantagens ao trabalho do historiador. Uma delas é a possibilidade de tornar mais complexa uma abordagem de enorme sucesso do século XX: a história das mentalidades.

Pensamos que dar preferência à utilização de *cultura* em detrimento do conceito de *mentalidade* se justifica na medida em que este, em suas diferentes acepções, mostrou-se um termo pouco operacional e impreciso. Segundo Christian Delacroix, François Dossé e Patrick García, os historiadores da década de 70 teriam se apropriado da noção de mentalidade recorrente no uso comum da língua e das análises de Lucien Lévi-Bruhl para analisar os comportamentos, as sensibilidades e as representações. A apropriação do termo, porém, foi feita acriticamente, sem preocupação com explicações teórico-metodológicas. Para os três autores, essa imprecisão conceitual desempenhara um papel estratégico no âmbito acadêmico da História frente às ciências sociais naquela época: poder colher informações de diversos campos de investigação e se libertar de esquemas que explicavam a sociedade com uma exagerada rigidez - a exemplo da infraestrutura e superestrutura na interpretação marxista - sem perder sua posição como ciência.²⁵

²² *Ibidem*, p. 153.

²³ *Idem*.

²⁴ SCHMITT, Jean-Claude. Ritos. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (org.) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC, 2002. p. 185-199.415-429. p. 420.

²⁵ DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *Correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 273.

Nesse contexto historiográfico vários pesquisadores franceses vão explorar o campo das mentalidades, a exemplo de Philippe Ariès, Georges Duby, Robert Mandrou, Michel Vovelle e Jacques Le Goff. Destacamos aqui as reflexões de Le Goff, a fim de sublinhar os problemas que essa abordagem enfrentou ao longo dos anos. Partimos de sua definição no artigo *L'histoire des mentalités – Une histoire ambigüe*:

A história das mentalidades obriga o historiador a se interessar cada vez mais por alguns fenômenos essenciais de sua área: as heranças, cujo estudo ensina as continuidades, as perdas, as rupturas [...], a tradição, ou seja, as maneiras como se reproduzem mentalmente as sociedades, as defasagens, produtos do atraso das mentes em se adaptarem à mudança e da desigual velocidade de mudança dos diversos setores da história. [...] A mentalidade é o que muda mais lentamente. História das mentalidades, história da morosidade na história.²⁶

A afinidade do Le Goff com as mentalidades e com a longa duração aparece por primeira vez em seu trabalho “Le Moyen Age”, de 1964.²⁷ Nesta obra ele mescla vagas noções de psicanálise com o conceito de *utensilagem mental* de Lucien Febvre, sem uma reflexão propriamente teórica sobre os conceitos e métodos utilizados. Na introdução, afirma que é “sempre necessário insistir nestas duas pontas de ligação da cadeia histórica, sobre a cultura material e as mentalidades”.²⁸ Na segunda parte do livro, destaca que:

Na história das civilizações, como na dos indivíduos, a infância é decisiva. E muito, senão tudo, ali se decide. Entre os séculos V e X, nascem modos de pensar e de sentir, temas e obras que formam e informam as futuras estruturas das mentalidades e das sensibilidades medievais.²⁹

No início do capítulo voltado essencialmente às mentalidades e sensibilidades, Le Goff também defende que se deve compreender “o lugar ocupado pelo pensamento simbólico não apenas na teologia, literatura e arte, mas na própria *utensilagem mental* do Ocidente medieval.”³⁰ São esses os trechos do livro reservados ao esclarecimento sobre as mentalidades, assumindo, inclusive, que “o primeiro atrativo das mentalidades reside precisamente na imprecisão”³¹. O autor se aproxima da etnologia, da sociologia e da psicologia social simultaneamente, sem questionar como esses campos de estudo

²⁶ *Ibidem*, p. 284.

²⁷ Livro reeditado e publicado no Brasil como “A civilização do Ocidente Medieval”.

²⁸ LE GOFF, Jacques. *A civilização do ocidente medieval*. Bauru, SP: Edusc, 2005. p. 13.

²⁹ *Ibidem*. p. 107.

³⁰ *Ibidem*. p. 331.

³¹ DELACROIX, *op. cit.* p. 283.

seriam utilizados pela História.³² A ideia de utensilagem mental de Febvre, tampouco fora definida, mas caracterizada como força criadora de hábitos, em que “o estado da língua [...], os utensílios e a linguagem científica disponíveis, e também esse ‘suporte sensível do pensamento’ comandam a estrutura da afetividade”.³³ Da mesma forma, Le Goff defende em vários momentos a necessidade de se compreender as “estruturas profundas” ou “forças profundas” resistentes às mudanças que se conectam ao real e ao imaginário na sociedade medieval.³⁴

Roger Chartier apresenta as diferenças entre a *utensilagem mental* de Febvre e o *hábito mental* de Erwin Panofsky. Ele mostra claramente que, apesar das críticas que Febvre fez à história das ideias, ditas “desencarnadas”, sua utensilagem mental é pensada como uma espécie de estoque de “materiais de ideias”, em que a própria palavra “utensilagem” sugere a existência objetivada de um conjunto de instrumentos intelectuais à disposição do pensamento. No caso de Panofsky, seu “hábito mental” é definido como um conjunto de esquemas inconscientes e princípios interiorizados que dão unidade às maneiras de pensar de uma época. Faltaria, na análise de Febvre, “a análise (central em Panofsky) dos mecanismos através dos quais categorias de pensamentos fundamentais se tornam [...] esquemas interiorizados e não algo que sobre-estrutura os pensamentos ou ações particulares”.³⁵ Portanto, uma reflexão que vai além do que havia pensado Le Goff. Se o medievalista afirma que a história das mentalidades também se situa entre o “inconsciente e o intencional, o estrutural e o conjuntural”³⁶, a utensilagem mental parece insuficiente para contemplar esses aspectos inconscientes, naturalizados e automatizados.

A história das mentalidades, como proposta de abordagem de longa duração, acabará por ser abandonada pelo próprio Le Goff. Embora no programa da Nova História se percebesse que a longa duração era a melhor forma de compreender as mentalidades, em sua entrevista de 1990 - “A Idade Média acaba em 1800” – o medievalista abandona tais pressupostos. Em vez de utilizar o termo “mentalidade” para explicar suas ideias, ele prefere “valores”:

A cultura medieval, como a vejo, marca mesmo uma fase da aventura ocidental muito mais longa do que a Idade Média dos manuais. Essa

³² *Ibidem*, p. 282-283.

³³ CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. 2ª ed. Miraflores: DIFEL – Difusão Editorial, 2002. p. 37.

³⁴ LE GOFF, *A civilização...* p. 13, *A Nova História*, p. 62, *Uma longa...* p. 11.

³⁵ CHARTIER, *op. cit.* p. 38-39.

³⁶ DELACROIX, *op. cit.* p. 283.

cultura exprime um conjunto de valores – um modelo de organização de valores – que se desfaz entre 1750 e 1850 [...]. Digamos, uma vez por todas, e aqui estou ligado apenas aos valores, de que cada renascimento se faz acompanhar [...] das formas econômicas, sociais, institucionais.³⁷

E chega a declarar na entrevista que “é preciso superar o conceito de história das ‘mentalidades’, que nos leva a fragmentar períodos breves de modo interminável, para nos ligar à história dos valores, das referências – mais longa e mais surpreendente”.³⁸ A abordagem de Jacques Le Goff não seria mais tão ambiciosa em tentar entender a “mentalidade” medieval, o que extrapolaria os domínios do historiador:

E atualmente, por desilusão ou por prudência, eu não sei, mas o fato é que há algum tempo me afasto um pouco dessa noção nebulosa, que pode ser usada sempre, de “mentalidades”. Escrevi e continuo a pensar que mesmo essa nebulosidade foi muito útil, porque deu origem a esquemas de descrição e de explicação muito rígidos: permitiu que fossem introduzidos grandes matizes na história das ideias. [...] Há que tentar apreender as estruturas e os conteúdos do pensamento dos homens e das mulheres do passado. Acho que se pode chegar a isso através de uma história dos valores.³⁹

O medievalista explicita o problema da imprecisão das “mentalidades”, mas o fato é que em suas obras posteriores fica-se com a sensação de que os “valores” tampouco são discutidos numa perspectiva histórica. Isso nos leva a pensar que Le Goff teria apenas substituído uma expressão pela outra. Na verdade, em seu livro de 2003 – portanto, posterior à entrevista de 1999 –, ele reutiliza “mentalidades”, sem qualquer ressalva. Discutindo acerca da periodização na história, Le Goff afirma que

o vocabulário da política e da economia só muda definitivamente - sinal de mudança das instituições, dos modos de produção e das mentalidades que correspondem a essas alterações - com a Revolução Francesa e a Revolução Industrial.⁴⁰

Para o tema que nos propomos a analisar nesta dissertação, é importante refletir acerca das escolhas que a historiografia medieval fez nos últimos tempos e que terminaram por se refletir em muitos dos trabalhos acadêmicos, principalmente no Brasil. Cremos que é inquestionável a influência da chamada Terceira Geração dos *Annales* – na qual se insere Le Goff – na escolha dos aparatos teóricos que presidiram

³⁷ LE GOFF. *Uma longa...* op. cit. p. 69, 71.

³⁸ *Ibidem*, p. 72.

³⁹ *Ibidem*, p. 37-38.

⁴⁰ LE GOFF. *Em busca...* op. cit. p. 66.

as interpretações sobre a Idade Média, principalmente com relação a temas relacionados com aparatos simbólicos e cerimônias. Entretanto, tal como se depreende das reflexões de Le Goff, percebe-se que os trabalhos que se dedicam a estudar essas temáticas acabam por identificar as chamadas permanências, mas sem muita preocupação com a historicidade e a complexidade que as práticas cerimoniais implicam do ponto de vista social e político.

Diferentemente da proposta das mentalidades, Norbert Elias tem uma preocupação maior em discutir os conceitos que utiliza ao longo de sua história dos costumes, que envolve sociologia, psicologia e história. Já nas primeiras páginas de *O Processo Civilizador*, ele destaca que o conceito de “civilização” – consciência que o Ocidente tem de si mesmo, julgando-se superior a sociedades mais antigas ou mais “primitivas” – não tem o mesmo significado para as diferentes nações ocidentais.⁴¹

Para ingleses e franceses, “civilização” transmite a ideia de “orgulho pela importância de suas nações para o progresso do Ocidente e da humanidade.”⁴² A palavra pode estar relacionada a fatos políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, morais ou sociais e transmite a ideia de um processo ou até de um resultado. Ao mesmo tempo, ela expressa uma tendência continuamente expansionista de grupos colonizadores, que minimiza as diferenças entre os povos, valorizando aquilo que teria em comum entre eles, tais como as atitudes e o comportamento.⁴³

Para os alemães, a palavra “zivilisation” não tem o mesmo significado que o de “civilização”, pois ela expressa apenas a aparência externa dos seres humanos, tendo um valor secundário. O termo pelo qual os alemães expressam seu orgulho por suas próprias realizações é o de “kultur”.

Segundo Elias, *kultur* alude a realizações humanas e a fatos intelectuais, artísticos e religiosos, reportando-se a obras de arte, livros, sistemas religiosos que expressam a individualidade de um povo. Naquilo que diz respeito à conduta e ao comportamento destes grupos, é a palavra *kultiviert* que se aproxima do conceito de “civilizado”,⁴⁴ sendo então uma qualidade social das pessoas e não de seus feitos. Além disso, ao invés de passar a ideia daquilo que há em comum entre os povos, *kultur* enfatiza as diferenças nacionais e a identidade particular dos grupos – e é aqui que se encontramos umas das grandes contribuições de Elias para o estudo da cultura.

⁴¹ ELIAS, *O processo... op. cit.* p. 23

⁴² *Idem.*

⁴³ *Ibidem*, p. 24-25

⁴⁴ *Idem.*

Por meio deste esclarecimento conceitual, o autor apresenta idéias muito proveitosas para os historiadores: ele demonstra como a diferença entre os dois conceitos está diretamente relacionada com um conjunto específico de situações históricas nas quais os termos foram/são utilizados. Ou seja, se o termo *kultur* preza por aquilo que destaca as diferenças entre os grupos, isso se justifica pelo próprio contexto de um povo alemão que muito tardiamente conquistou sua unificação política e sua consolidação de fronteiras.⁴⁵ O autor ressalta que:

[...] por mais razoável e racional que este conceito lhes pareça, ele também nasce de um conjunto específico de situações históricas, e está cercado ainda por uma atmosfera emocional e tradicional difícil de definir, mas que apesar disso constitui parte integral de seu significado. [...] Conceitos como esses dois [...] assumem forma na base de experiências comuns. Crescem e mudam com o grupo do qual são expressão. Situação e história do grupo refletem-se nelas.⁴⁶

Elias entende que a utilização destes dois termos não representam necessidades individuais, mas sim coletivas. Podemos dizer que isto se alarga não só para as duas palavras devidamente pensadas pelo sociólogo, mas para vários outros conceitos que fazem parte do campo de estudo do historiador. Cabe, então, ao pesquisador, perceber a cristalização de uma história coletiva no próprio uso destas palavras. O indivíduo, quando se expressa “não sabe bem por que este significado e esta delimitação estão implicados nas palavras [...]. Usa-as porque lhe parece uma coisa natural, porque desde a infância aprende a ver o mundo através da lente desses conceitos.”⁴⁷

Os conceitos assim entendidos por Elias estão na base do que Roger Chartier chamou de “psicologia histórica”. O autor alemão fundamenta e reflete a maneira como utiliza os conceitos que considera chaves, como, por exemplo, os de *figuração*, *sociogênese* e *psicogênese*. Estes conceitos, parte essencial na compreensão do processo civilizador, já estavam presentes no livro em que se inspira esta dissertação, *A sociedade de corte*. No prefácio da obra, Chartier chama a atenção para o fato de as idéias de Elias se aproximarem da história das mentalidades, mas ao invés de cair na imprecisão, ele propõe uma abordagem muito mais completa da sociedade em questão:

A partir de 1933, no que diz respeito a uma formação social específica, a sociedade de corte, Elias conduziu a contento um tal empreendimento, aplicando as duas abordagens combinadas que darão seu subtítulo ao livro de 1939, ou seja, a abordagem sociogenética,

⁴⁵ *Ibidem*, p. 25.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 25-26.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 26.

que visa situar os mecanismos de formação e os princípios de estruturação de uma figuração social dada, e a abordagem psicogenética, que tenta circunscrever a modelagem e a economia do habitus psíquico engendrado por essa figuração. Em ambos os casos, trata-se de analisar a totalidade de um dispositivo, social ou psicológico; em ambos os casos, trata-se de apreender um processo com seus equilíbrios instáveis e suas tensões móveis. Vemos, por trás da noção de "psicologia histórica" que Elias define um objeto que excede amplamente aquele proposto ordinariamente, o que se convencionou chamar história das mentalidades.⁴⁸

No intuito de compreender o processo civilizador, Elias apresenta um estudo sobre o comportamento que aponta para a necessidade da compreensão em ampla escala, na longa duração da sucessão das formações sociais e das transformações das estruturas psicológicas,⁴⁹ sem deixar de lado as particularidades de cada fenômeno estudado. Assim, a diferenciação entre *kultur* e civilização torna-se importante para os que estudam os comportamentos de grupos, e mostra o quanto a apropriação acrítica de determinados conceitos pode prejudicar a visão que se tem de um grupo, corpo social, país, etc.

Cada vez mais, o problema da imprecisão do termo mentalidade, somado à sua tendência a interpretações que homogeneizavam a sociedade, foi apontando para a maior adequação do conceito de cultura. Rodrigo Patto Sá Motta - baseando-se no conceito *kultur* - entende que, “os trabalhos na linha das mentalidades tendem a estabelecer uma homogeneização exagerada entre os grupos sociais abordados. Raramente conseguem perceber as nuances existentes na maioria das sociedades, analisando uma mentalidade coletiva que, muitas vezes, passa por cima das diferenças e especificidades.”⁵⁰

De maneira diferente, o termo cultura é mais consistente e aborda com mais precisão tipos de fenômenos das representações mentais, dos valores, das crenças e do imaginário de um determinado grupo. Além disso, ele adéqua-se melhor à necessidade de respeitar as particularidades existentes entre estes grupos ou dentro deles, evitando as generalizações abusivas⁵¹. A vantagem de se adotar a noção de cultura é que o historiador da política – perspectiva na qual se insere esta dissertação - pode se debruçar sobre as representações e enriquecer suas análises sobre o comportamento

⁴⁸ ELIAS, *A sociedade...op. cit.*, p. 25.

⁴⁹ *Idem.*

⁵⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A história e o conceito de cultura política*. *Revista de História: Anais do X Encontro de História*, nº.6, ANPUH-MG, 1996, p. 94.

⁵¹ *Idem.*

político das sociedades. As representações, encaradas em seu sentido amplo, configuram um grande conjunto que abarca linguagem, ideologia, memória, iconografia e mobiliza mitos, símbolos, discursos e vocabulários, incluindo uma rica cultura visual. O potencial agregador destas representações ajuda o historiador a fugir de conclusões deterministas, como, por exemplo, a de vincular um grupo social diretamente a um comportamento específico. Numa abordagem de cultura política, o historiador evita reduzir um grupo a uma ideologia; ele evita explicar os fenômenos políticos com base nas escolhas racionais dos agentes e busca entender quais sentimentos, valores e tradições mobilizam um grupo de pessoas que se define além da classe social.

Tratando de valores e representações que estão arraigados, estruturados e que são reproduzidos ao longo do tempo, a cultura política só faz sentido na longa duração. Retomando as ideias de Rodrigo Pato Sá Motta, se o valor explicativo do conceito reside em mostrar como as ações políticas podem ser determinadas por crenças, mitos e tradições, não há lugar para fenômenos superficiais e passageiros.⁵² Porém, enfatizamos que há a possibilidade de se fazer um estudo sobre cultura política que também leve em conta os fenômenos de curta duração. O que pensamos é que uma abordagem tradicional conjugada com uma análise de cultura política pode enriquecer e dar complexidade ao estudo do historiador, pois o olhar focado em apenas uma das duas esferas é reducionista.

Dessa maneira, entendemos que restringir as análises de cultura política ao tema das representações apenas empobrece a compreensão do fenômeno. Ações e práticas ensejadas pelas representações também atuam na constituição destas. Ou seja, não devemos opor representações (aspectos subjetivos) e práticas (aspectos objetivos), pois, na verdade, elas possuem relações de mútua determinação, numa espécie de “via de mão dupla”. A influência entre as duas pode ser entendida como:

As ações influenciam as representações, que nelas se inspiram e buscam forma, e também garantem sua reprodução através de práticas rituais. Porém, as representações, ou os diferentes modos como os grupos figuram o mundo, são determinantes para suas escolhas e ações, pois os homens agem a partir de apreensões da realidade.⁵³

⁵² MOTTA, Rodrigo Pato Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, R. (org). *Culturas Políticas na História – Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 22; MOTTA, A história... *op. cit.*, p.95.

⁵³ *Ibidem*, p. 23.

Ao considerar que ações/práticas e representações interagem constantemente, é importante destacar que uma cultura política também não deve ser vista como realidade estanque, fechada em si mesma e imune ao contato com outras culturas políticas. O fato de existirem várias culturas políticas em um mesmo espaço possibilita que elas disputem o poder constantemente, concorrendo entre si, mas também exercendo e sofrendo influências de outras culturas.

Esse mesmo raciocínio serve como alerta aos historiadores para não perderem a dimensão histórica. Se antes a disciplina histórica foi criticada por sua obsessão pela mudança e pelos eventos, sendo incapaz de perceber as permanências, hoje ela deve ter cautela para não cair no estruturalismo excessivo e numa interpretação conservadora. Como vimos, as relações sociais e as culturas políticas não são imutáveis; elas sofrem a ação do tempo. Se o recorte historiográfico só faz sentido tendo como referência o estudo da gênese e do desenvolvimento dos fenômenos sociais, os historiadores devem se aprimorar e investir na análise estrutural, de longa duração. Contudo, eles não devem perder de vista a dimensão da historicidade, mesmo que ela se apresente de forma lenta.⁵⁴ No que se refere ao estudo da nobreza e seu papel político na corte, cremos que o conceito de cultura política, tal como sintetiza Rodrigo Pato Sá Motta, é verdadeiramente útil: “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados para o futuro”.⁵⁵

Em termos teóricos, portanto, pretendemos adotar uma abordagem da política que procura questionar alguns conceitos clássicos que ainda estão presentes nas análises sobre a Idade Média. Se antes os historiadores concentravam suas narrativas na exaltação da monarquia ou nas biografias dos grandes líderes políticos, o século XIX colocou o Estado e a nação como os principais motores de suas sínteses.⁵⁶ Essa maneira de explicar a política, apesar de ser bastante questionada hoje em dia, não desapareceu. Muitos trabalhos sobre temas políticos ainda constroem uma interpretação histórica

⁵⁴ MOTTA, *A História...* *op. cit.*, p. 100.

⁵⁵ MOTTA, *Desafios...* *op. cit.*, p. 21. Nesta definição, Motta sintetiza e atualiza o pensamento de autores importantes que, com anterioridade, desenvolveram o conceito de cultura política: Almond e Verba, e Serge Bernstein. Ver: BERNSTEIN, Serge. *A cultura política*. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998; KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. *As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política*. *Revista Estudos Históricos*, Vol. 13, nº 24, 1999.

⁵⁶ REMOND, René. *Uma história do presente*. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 13-36.

baseada na ótica da concentração do poder no Estado e nas instituições.⁵⁷ Nessa perspectiva, o período medieval é visto de forma anacrônica e frequentemente inserido em um quadro evolutivo e classificatório que forçosamente concebe a estrutura política e burocrática da Idade Média como o momento onde se localizam as origens do Estado Moderno. Temos a impressão de que se trata de um modelo onde se devem encaixar todas as épocas da história e, a partir dele, classificar as sociedades como mais ou menos desenvolvidas, ignorando as formas de pensar e de agir de cada período.

Contudo, se considerarmos a reflexão crítica que a história política levou a cabo dentro do próprio campo ao longo do século XX - influenciada tanto pelo contexto político da época, mas também pelas duras críticas da dita “história total”⁵⁸ –, vemos que é possível fazer uma história do poder que se afasta de modelos pré-definidos sobre as sociedades. Adotamos, então, essa perspectiva de estudo do político que leva em consideração as contribuições da psicologia, da sociologia e da antropologia; que não mais insiste em atrelar os fenômenos políticos à curta duração ou a um número restrito de protagonistas políticos capazes de centralizar o poder e de comandar o destino da história.

Ressaltamos também que o objetivo de se fazer uma história da nobreza medieval não contraria a adoção da perspectiva da Nova História Política. Acreditamos que o espaço da corte era socialmente plural, protagonizado por diversos atores, e politicamente influenciado por uma série de fatores de diferentes naturezas, sendo os rituais e as cerimônias apenas um deles.

O principal objetivo da dissertação, portanto, foi o de analisar os valores políticos (cultura política) que sustentam e justificam a existência da aristocracia como corpo superior da sociedade no espaço da corte castelhano da baixa Idade Média, por meio dos rituais e das cerimônias e da relação que se estabelece entre o seu discurso e as dinâmicas do poder.

Metodologia

Para levar a cabo a proposta que apresentamos, inventariamos e lemos criticamente a bibliografia que aborda o poder, os costumes, as cerimônias e os rituais

⁵⁷ *Ibidem*, p. 15

⁵⁸ *Ibidem*, p. 22-23.

de corte na Idade Média. A leitura da historiografia nos permitiu entender de que forma os medievalistas têm abordado o problema do exercício de poder no âmbito ibérico e no que estas abordagens contribuem para se compreender a cultura política medieval.

Levantamos uma gama de fontes primárias que abordam a vida dos reis e de outros personagens do século XIV e XV na Península Ibérica. Após uma leitura geral de todas as fontes que puderam ser acessadas, selecionamos aquelas que ofereceram um conteúdo mais frutífero para o estudo da cultura nobiliárquica e reduzimos o recorte-temporal para o reino de Castela no século XV.

A partir da leitura da documentação escolhida, destacamos como a apresentação destes rituais e destas cerimônias aparecem nos documentos, sem deixar de analisar sua ligação com o discurso sobre o poder. A tarefa exigiu uma interpretação dos *corpora* documentais selecionados e a identificação dos principais eventos ligados aos rituais e cerimônias medievais, possibilitando uma sistematização dessas características e as dinâmicas que alimentavam a construção de uma cultura nobiliárquica.

Simultaneamente à leitura das fontes pudemos cruzar muito do que foi encontrado nas narrativas com as várias interpretações historiográficas, desde aquelas de viés mais tradicional quanto aquelas de viés político-cultural. Nesse momento foi necessário iniciar um exercício de tipo contextualista,⁵⁹ com o intuito de entender de que forma as fontes usavam palavras-conceitos que, na historiografia, apareciam de maneira naturalizada. Referimo-nos a: corte, nobreza, aristocracia etc. Sobre este problema retornaremos na conclusão, uma vez que será necessário percorrer o trabalho, para fundamentar as opções que fizemos ao final.

Estrutura da dissertação

Esta dissertação é composta por seis capítulos, estruturados de acordo com os debates entre os principais autores da historiografia peninsular, mas principalmente, de acordo com os temas que apareceram com mais frequência na documentação.

O primeiro capítulo se destina a debater essencialmente a historiografia que analisa a nobreza e as cerimônias na Península Ibérica, com destaque para o reino de Castela. Nele mostraremos como a abordagem institucionalista ainda prevalece em

⁵⁹ Tentamos seguir as propostas metodológicas da Escola de Cambridge, principalmente de Skinner e de Pocock.

estudos que muitas vezes oferecem propostas inovadoras de análise, mas também pontuaremos as contribuições destas pesquisas.

Em seguida apresentamos o perfil dos dois personagens responsáveis pela autoria dos documentos utilizados nesta dissertação e como eles, no papel de cronistas, também estão inseridos no meio cortesão.

No terceiro capítulo pretendemos analisar como a chamada lógica do prestígio aparece em várias dimensões desta cultura política castelhana. Aqui também buscamos comparar as diferenças desta dinâmica pelo prestígio numa corte medieval em estreito diálogo com a corte moderna de Norbert Elias.

Seguindo a mesma ideia sobre o prestígio, no quarto capítulo mostramos como a corte fomenta espaços diferentes de prestígio e como seus respectivos rituais e cerimônias seguem essa mesma lógica. Nesse sentido, é evidente como o poder se desloca entre as diversas cortes medievais, sem estar ligado exclusivamente à figura do monarca.

O quinto capítulo retoma um novo debate historiográfico, no qual os autores concordam que a corte é ao mesmo tempo um ambiente de constantes disputas políticas e um espaço de controle dos costumes. Neste capítulo pudemos comparar vários pontos que os historiadores abordam sobre nepotismo, cargos hereditários, dinâmica do público e do privado com a perspectiva das fontes.

Por fim, o sexto capítulo se concentra numa análise sobre o papel do privado na corte castelhana. O destaque dado ao tema se justifica basicamente pela forma como o discurso sobre esse importante papel aparece ao longo da crônica do *Halconero*.

CAPÍTULO 1

Corte, cerimônias e nobreza: problemas de historiografia

Após a leitura de alguns trabalhos que abordam o tema da nobreza e seus costumes, é possível identificar aspectos importantes que revelam o contexto historiográfico em que o tema se insere. Como parte fundamental desta dissertação, pretendemos discutir questões que se relacionam tanto com os modelos interpretativos que configuram a história medieval, como também destacar as contribuições que os especialistas em cerimônias e rituais medievais vêm dando a esse campo historiográfico.

Em primeiro lugar, sublinharemos a abordagem de cunho institucionalista que nos parece prevalecer nas análises sobre a política na Idade Média, e que em boa medida acaba por se refletir também nos estudos que se dedicam às cerimônias e aos rituais. Mesmo em trabalhos que apresentam inovações na forma de compreender a dinâmica política medieval, é perceptível a influência dessa abordagem.

A título de exemplo, citamos a historiadora Maria Concepción Quitanilla Raso, grande especialista em nobreza castelhana baixo-medieval. Em alguns de seus artigos, a autora tenta oferecer uma interpretação historiográfica que explique o contexto político da época não somente pelo papel do rei, mas pela atuação da nobreza tanto no âmbito institucional junto à monarquia castelhana, quanto no âmbito informal de suas relações nobiliárquicas.⁶⁰ Em seu artigo, sobre *Los grandes nobles*, Quitanilla descreve a importância da alta nobreza no jogo político e na estrutura social de Castela, no final do século XV, como este grupo consolidou seus poderes, suas fontes de renda e sua liderança social.

No entanto, apesar da ênfase que a historiadora dá a esse grupo político, o que nos é apresentado não se afasta realmente das interpretações tradicionais acerca do poder. Isso porque não se desvincula da ideia de uma monarquia a caminho de se transformar em Estado Absolutista, por meio da centralização do poder e

⁶⁰ Ver: QUINTANILLA RASO, María Concepción. Los grandes nobles. *Medievalismo*, nº 13-14, 2004, p. 127-142. Disponível em: <<http://revistas.um.es/medievalismo/article/view/51221>>. Acesso em: 4 jan. 2015. QUINTANILLA RASO, María Concepción. Élités de poder, redes nobiliarias y monarquía en la castilla de fines de la edad media. *Anuario de Estudios Medievales*, vol. 37/2, julio-diciembre, 2007. p. 957-981. Disponível em: <<http://estudiosmedievales.revistas.csic.es/index.php/estudiosmedievales/article/viewFile/57/58>>. Acesso em: 3 jan. 2015.

instrumentalizando a nobreza segundo seus objetivos. São vários os momentos em que se constata essa forma de explicar o problema, dos quais destacamos o trecho a seguir:

(...) el poder regio, en la senda del absolutismo, puso en práctica una necesaria política nobiliaria revisionista, que se ensayó entre 1480 y 1492, y que tenía como objetivo principal la reparación de agravios y la definición de los marcos de los poderes nobiliarios.⁶¹

Quintanilla tenta deixar claro que “las medidas señaladas [...] respondían más al intento de afianzamiento de la autoridad real que a una definida tendencia antinobiliaria”⁶². Esta mesma ideia aparece em outro de seus artigos, *Élites de poder, redes nobiliarias y monarquía en la Castilla de fines de la Edad Media*, em que afirma que “el nuevo reinado supuso la regulación, más que la supresión, de las capacidades altonobiliarias”⁶³. Há, então, uma nobreza que age conforme seus interesses, construindo estratégias para se manter no poder, mesmo diante de conflitos entre os próprios nobres, de crises sucessórias e de medidas que eventualmente lhe restringiam a capacidade de ação. No entanto, depreende-se da explicação da autora a valorização da atuação da nobreza castelhana quando vinculada a uma estrutura pré-estatal, no final do século XV.

Este tipo de abordagem, de tom institucionalista e presente na historiografia desde o século XIX, explica o poder apenas pelas dimensões objetivas da política, ou seja, pela lei escrita, pelos documentos classificados como oficiais e por tudo aquilo que se vincula à burocracia do Estado. Partindo desta perspectiva, nega-se a existência de política em sociedades sem Estado – incluindo a medieval -, e adota-se uma lógica interpretativa etnocêntrica, hierarquizante e anacrônica.

Nesta dissertação optamos por uma perspectiva que tenta explicar o poder por meio dos rituais e cerimônias, pelos valores que eles comportam e manifestam, os discursos que os constituem, as dinâmicas da tradição em que se assentam. Trata-se, portanto, de aspectos subjetivos das cortes ibéricas e uma interpretação institucionalista não é suficiente para explicar a dinâmica política que envolvia todos esses elementos. Dessa forma, entendemos que a abordagem da cultura política parece ser a mais adequada para dar conta da complexidade que o tema exige, sobretudo quando se pensa no peso que o poder da tradição, da hierarquização e da lógica do privilégio teve para a sociedade medieval.

⁶¹ QUINTANILLA RASO, Los grandes... *op. cit.*, p. 129.

⁶² *Ibidem*, p. 131.

⁶³ QUINTANILLA RASO, *Élites de poder...* *op. cit.*, p. 959.

De qualquer maneira, a reflexão crítica sobre a historiografia que fazemos não pretende desmerecer as importantes contribuições que Quintanilla Raso fez ao estudo da nobreza castelhana. Para além dela, percebemos que muitos autores que estudam a Península Ibérica propõem temas muito interessantes referentes à nobreza da época, tanto no que se refere a estudos propriamente deste grupo, quanto à sua contextualização e descrição.⁶⁴ Entretanto, não podemos deixar de destacar que a maneira como se aborda esses temas, numa perspectiva política tradicional, é problemática.

Um dos problemas identificados é o da relação entre costumes da nobreza e ascensão da burguesia. Em trabalhos mais generalizantes sobre a nobreza, é comum encontrarmos a explicação de que a lógica do luxo, dos grandes banquetes, das festas e liberalidades ostentatórias estaria fundada na necessidade que a nobreza, principalmente na baixa Idade Média, teria de se afirmar diante da burguesia ascendente. Tal ideia encontra-se, por exemplo, numa das obras de Jean Flori, quando descreve os torneios medievais:

Utilitários, mas prestigiosos desde a origem, os torneios tornam-se mais faustosos e mais perigosos com o decorrer do tempo [...]. A proeza torna-se mais individual, mais teatral, e os grandes torneios “flamejantes” dos séculos XIV e XV tomam rumos suntuários: a nobreza procura neles se afirmar, tranquilizar e distrair ante a crescente ameaça econômica e social da burguesia.⁶⁵

Pensamos que esta ostentação e afirmação de costumes e, na cultura-política medieval, esta exibição de poder, é uma das formas da nobreza se distinguir dos outros grupos sociais. Porém, entendemos que se devem fazer duas ressalvas importantes com relação a esse quadro de distinção: em primeiro lugar, a precaução que se deve ter quanto à identificação e classificação de um grupo “burguês” que ameaçaria a nobreza, o que a levaria a reforçar seus atributos de diferenciação pelo comportamento; em segundo lugar, a constatação de que a referida distinção pelo prestígio e, portanto, concorrência, não se dava apenas em relação aos outros grupos sociais, mas, principalmente, dentro da própria nobreza e na esfera da corte.

A diferenciação pelos costumes vincula-se diretamente com o debate sobre a teatralização do poder nos rituais e cerimônias. Este debate materializa-se na

⁶⁴ Incluiremos autores como, José Mattoso, Antonio Henrique Rodrigo de Oliveira Marques, Iria Gonçalves, Miguel Ángel Ladero Quesada, entre outros.

⁶⁵ FLORI, Jean. Cavalaria. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean- Claude (org.) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC, 2002, p. 185-199.

discordância de Rita Costa Gomes com relação às análises que José Manuel Nieto Soria propunha sobre o tema. Mas, em vez de caracterizar uma polarização entre autores, a nosso ver, o debate oferece uma discussão muito útil aos demais pesquisadores.

Ceremonias de la realeza: propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara é uma obra de referência para qualquer estudioso interessado nos vínculos entre a dinâmica ritual e a política. Publicado em 1993, neste trabalho Nieto Soria mostra como ritos e cerimônias políticas contribuem para o estabelecimento, confirmação ou até transformação das relações de poder existentes entre os protagonistas destes eventos, e entre governantes e governados. O autor chama a atenção para a importância da comunicação política existente nas cerimônias régias, já que estas seriam uma espécie de retórica “não-escrita”, essencialmente teatralizadas, dramatizadas e capazes de persuadir e convencer de imediato o público.⁶⁶

Tal capacidade de persuasão exigiria a presença da dimensão carismática, componente essencial no exercício do poder da sociedade medieval. É na realização das cerimônias que o poder político carismático encontra o ambiente propício na busca de seus interesses: diferenciação social por meio dos gestos, propaganda e legitimação política.⁶⁷

Partindo dos critérios de legitimação e de propaganda política, Nieto Soria cria uma tipologia das cerimônias e a subdivide em diversas manifestações ritualísticas.⁶⁸ A maneira como apresenta o tema, com caráter global, tem relevância na medida em que ele tem o objetivo de estabelecer uma peculiaridade cerimonial castelhana. No entanto, será esta tipologia um dos aspectos mais criticados pela historiadora portuguesa Rita Costa Gomes.

Em seu artigo, *Cerimônias da realeza nos fins da Idade Média: a propósito de um livro recente*, Rita Costa Gomes procura assinalar alguns problemas gerais e metodológicos no livro de Nieto Soria. O ponto de partida das críticas se baseia justamente nessa tipologia das cerimônias que visa a uma interpretação global. Para ela, em primeiro lugar, Nieto Soria não ofereceria uma definição precisa do que entende por “cerimônia” ou “ritual”, ignorando a diversidade e fecundidade das

⁶⁶ NIETO SORIA, José Manuel. *Ceremonias de la realeza: propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara*. Madrid: Nerea, 1993, p. 16.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 17.

⁶⁸ A tipologia é composta pelas cerimônias de acesso ao poder, de trânsito vital, de cooperação, de justiça, litúrgicas, funerárias, de recepção e de vitória.

posições que neste campo se têm observado entre antropólogos e historiadores.⁶⁹ Esta imprecisão conceitual provocaria um grave problema metodológico, na medida em que o autor estabelece uma classificação de “eventos esparsos cujo nexos não se procura à luz da própria época”.⁷⁰

Em segundo lugar, Gomes aponta a falta de qualquer esclarecimento sobre os critérios determinantes para que uma cerimônia seja tipicamente da realeza. Nieto Soria pecaria por não levar em conta a multiplicidade de sistemas e linguagens cerimoniais da Baixa Idade Média, recorrendo a uma análise sem detalhamento dos próprios ritos, a partir de algo que lhes é exterior.

A autora prossegue sua argumentação criticando a separação entre “realeza” e “ritos” e o papel meramente propagandístico que estes últimos desempenhariam em função do primeiro.⁷¹ É fundamental esclarecermos que o principal argumento de Gomes é que os integrantes destas cerimônias não são apenas espectadores ou destinatários de mensagens políticas legitimadoras, mas são participantes ativos e trabalham de forma reflexiva nesses eventos. Segundo ela, a participação nos rituais pode ser interpretada de diversas maneiras:

Podem atribuir-se aos ritos, nas sociedades antigas, diversas dimensões e significados, por exemplo, o da reatualização, no plano simbólico, dos conflitos e da coesão fundamentais da comunidade, evocando, pela ação ritual, a forma ou o arranjo global das relações entre os vários grupos e, conseqüentemente, do ponto de vista do cientista social, permitindo apreciar o caráter paradigmático desse desenho global. (...) Mas também se pode falar dos processos de regeneração dos grupos através da dinâmica ritual, permitindo o ajustamento às mudanças internas e a adaptação ao meio e deste modo associando-se os ritos aos momentos de transição social (...).⁷²

Essa mesma argumentação de Rita Costa Gomes é encontrada em seu principal trabalho, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, de 1995. Nesta obra, a autora não ataca diretamente as ideias de Nieto Soria, como no artigo do ano anterior, mas sua crítica se mantém firme contra determinada historiografia:

É muito corrente hoje fazer-se apelo às noções de representação e mesmo à metáfora teatral para falar das cerimônias de corte, em nossa opinião de forma um pouco ambígua [...]. Por que razão é necessário que a corte “represente” (e para quem?) através dela uma qualquer ordem ou mensagem outra, que seria o “verdadeiro” conteúdo do acontecimento cerimonial? A acção ritual é o objeto

⁶⁹ GOMES, *Cerimônias...op.cit.*, p. 130.

⁷⁰ *Idem.*

⁷¹ *Ibidem*, p. 132.

⁷² *Idem.*

próprio da cerimônia, a sua eficácia e o seu fim. Se relermos os textos medievais, veremos de resto que essa era também a compreensão que então se tinha destes acontecimentos, e que seria talvez tão fora de propósito falar-se de uma “representação de corte” no banquete cortesão como de uma “representação da cidade” na procissão de Corpus Christi ou de uma “representação da divindade” no ritual da missa...⁷³

Após fazer uma breve diferenciação entre rito e cerimônia, Gomes declara que, em suas análises, utiliza os dois termos de forma aproximada. Ambos possuem um caráter rememorativo, que implica em aprendizagem e trabalho reflexivo sobre a realidade por parte dos integrantes desses eventos.⁷⁴ Tanto no artigo quanto no livro citados, a autora retoma Ernst Cassirer para afirmar que “os ritos não têm simplesmente um sentido alegórico, de encenação ou de imitação, mas um sentido perfeitamente real”. Estes ritos, além de determinarem a distribuição de papéis e a organização dos cargos em uma corte, estão inseridos na ação efetiva de seus participantes – e, portanto, dos cortesãos –, dependendo destes para serem executados.⁷⁵

Partindo desse pressuposto, a autora questiona a forma como a “propaganda” é utilizada no livro de Nieto Soria, basicamente por dois motivos. O primeiro, pelo fato de que a coerência entre as cerimônias sistematizadas na tipologia do autor deriva de aspectos rituais em seu conjunto, e não de mensagens específicas, conscientes e instrumentais. O segundo aspecto apresentado é que a distinção entre uma parte pública com fins propagandísticos e uma parte restrita sem esses fins não seria aceitável, já que o ritual representa uma modalidade da própria existência de quem dele participa.⁷⁶

Mas, levando em consideração essas duas perspectivas sobre as cerimônias, no que elas contribuem para esta dissertação? Apesar de não possuímos uma resposta imediata para a pergunta, pensamos que o diálogo entre os dois autores abre espaço para uma interpretação mais complexa sobre a temática das cerimônias. Ao mesmo tempo em que consideramos que muitas das críticas ao livro de Nieto Soria contribuem para a reflexão teórico-metodológico da prática de pesquisa, também acreditamos que algumas ideias dos dois autores podem ser conciliadas.

⁷³ GOMES, Rita Costa. *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Algés: DIFEL, 1995, p. 297.

⁷⁴ *Idem*.

⁷⁵ GOMES. Cerimônias... *op. cit.*, p. 133 e GOMES. *A corte...op. cit.*, p. 297-298.

⁷⁶ GOMES. Cerimônias..., *op. cit.*, p. 134.

No que se refere especificamente ao debate sobre a teatralização, por exemplo, é importante destacar que o debate é bastante duradouro. Como já mencionado, sobre o livro de Gomes, notamos que os ritos e as cerimônias estão diretamente ligados ao sentimento de existência dos cortesãos e do monarca. Porém, este sentimento não se manifesta desassociado do elemento político que o ambiente cortesão possui. Dentre as várias passagens que a autora oferece para a descrição de uma corte, podemos encontrar que:

A corte pode ser também entendida como centro político e lugar de um poder de crescente importância neste período: o poder régio. A proximidade do rei, a obtenção de cargos e dignidades na comitiva do monarca podem considerar-se um factor decisivo da atividade política de então, constituindo-se a corte como uma verdadeira encruzilhada dos diversos poderes, centro polarizador dos conflitos e das alianças que organizam uma “sociedade política” [...]. Mas a corte é também o local onde emerge a representação mesma dessa unidade do reino, onde se fabrica o discurso da sua história, onde se manifesta pela palavra e pela acção da comunidade inteira a um homem, a uma dinastia.⁷⁷

Entre os vários poderes sendo exercidos no ambiente curial, podemos destacar o da função mediadora entre a vontade real e o reino. Nesse sentido, a corte não seria apenas uma “realidade representativa, e meramente exterior, da grandeza do monarca”⁷⁸, mas ela atua como agente político, mesclando a dimensão política (administração do reino) e a doméstica (organização da casa do rei).

A ausência de oposição entre as esferas pública e privada na corte, contudo, não exclui a possibilidade de que haja um fator externo que se imponha aos que vivem neste ambiente curial. Algumas cerimônias, por exemplo, eram assistidas por pessoas que não viviam no séquito real, como outros nobres ou o próprio povo.⁷⁹ Se Rita Costa Gomes argumenta que o povo não é espectador, mas participante da cerimônia,⁸⁰ pensamos que o povo pode desempenhar os dois papéis.

De forma inversa, partindo de algumas reflexões de Nieto Soria, constatamos que o objetivo propagandístico e legitimador do poder não exclui a existência dos integrantes das cerimônias – para ele, o monarca e a nobreza. Na própria introdução do

⁷⁷ GOMES, *A corte...op. cit.*, p. 4.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 327.

⁷⁹ As festas de cavalaria, por exemplo, não se davam em locais privados, mas em praças públicas ou campos abertos, onde os cavaleiros podiam se afirmar socialmente e serem vistos pelo povo. Ver: ANDRÉS DIAZ, Rosana de. Las fiestas de caballería en la Castilla de los Trastámara. *En la España Medieval*, vol. 8, 1986. p. 81-107. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/ELEM/article/view/ELEM8686120081A>>. Acesso em: 5 nov. 2014. p.82-83.

⁸⁰ GOMES, *Cerimônias...op. cit.*, p. 134.

livro, o autor deixa claro que a exibição de símbolos e gestos aludem ao sentimento de pertencimento a uma determinada comunidade política:

Este valor retórico del gesto se confirma y toma una dimensión tanto más amplia cuanto que éste actúa como elemento de diferenciación de una comunidad concreta, la cual comparte entre sus miembros sus propios gestos distintivos, formando lo que puede ser considerado como “comunidades gestuales”, tales como la corte real, la nobleza, grupos profesionales, etc., cuya presencia resulta particularmente identificable en los actos ceremoniales.⁸¹

Ao confrontar as duas obras, constata-se uma diferença nos lados de observação do objeto de pesquisa. Enquanto a historiadora portuguesa analisa a corte de forma detalhada, preocupando-se com seu funcionamento e estrutura interna, Nieto Soria concentra suas análises nos aspectos externos que as cerimônias *da realeza* visam alcançar. De qualquer maneira, é perceptível que ambos os autores abordam a dimensão política a partir de aspectos culturais, subjetivos. Para Rita Costa Gomes, o desempenho tanto nas atividades diárias da corte como nas solenidades, para além de caracterizarem a condição superior de cortesão, evidenciam constantes disputas entre famílias, indivíduos e grupos em busca da ocupação desses ofícios.⁸² É difícil explicar os mecanismos “institucionais” que operam na corte separadamente das atribuições domésticas. A lógica doméstica invade as instituições burocráticas, assim como os cargos domésticos evocam uma série de tarefas burocráticas e contabilísticas.⁸³

De forma complementar, para Nieto Soria, a propaganda e a legitimação política através das cerimônias também levam em consideração os aspectos “irracionais” da sociedade. Com base nas ideias de Jean-William Lapierre, Nieto Soria considera que a propaganda é “el conjunto de los procesos de comunicación por cuyo medio se difunden los valores, las normas y las creencias que forman las ideologías políticas”. A propaganda é então caracterizada por uma dupla dimensão: depende tanto das motivações conscientes/rationais quanto das ideias ou representações subconscientes/irracionais.⁸⁴

É interessante notar que os dois modos de enxergar os fenômenos cerimoniais contribuem para a interpretação de outras obras que se debruçam sobre a mesma temática. Mesmo que alguns destes estudos ainda não fujam completamente de

⁸¹ NIETO SORIA, *Ceremonias... op. cit.*, p. 18.

⁸² A autora dedica um capítulo inteiro do seu livro à heterogeneidade dos membros da corte e a trajetória das famílias e dos grupos que compunham este ambiente. Ver GOMES, *A Corte... op. cit.*, p. 45-177.

⁸³ *Ibidem*, p. 23.

⁸⁴ NIETO SORIA, *Ceremonias...op. cit.*, p.25.

explicações tradicionais ao falar da centralização política, elas abordam e ampliam o campo de análise para além das instituições⁸⁵. No que se refere à indumentária medieval, por exemplo, Maria Martínez explica como se estabelecia a diferenciação social medieval por meio do vestuário. A vestimenta, como componente distintivo configura a aparência e a identidade das pessoas, através tanto do corpo físico como do social.⁸⁶ Essa identificação do/em um mesmo grupo é extremamente relevante na medida em que serão os costumes, o comportamento e também os trajes, que determinam a participação de indivíduos na categoria de nobres. Muito além de um aspecto meramente estético, portanto, a indumentária da época está diretamente ligada com o comportamento político inerente a uma sociedade hierárquica e tradicional.

De forma semelhante, as festas de cavalaria também podem ser analisadas a partir da relação entre aspectos culturais e políticos. Segundo a historiadora Rosana de Andrés Diaz, os desafios e duelos nestas festas desempenham um importante significado político nas relações entre a nobreza e a monarquia Trastámara.⁸⁷ A autora utiliza um conceito de festa que corresponde, ao mesmo tempo, tanto às ideias de cerimônia de Nieto Soria, quanto às de Rita Costa Gomes.

Para Andrés Diaz, as festas funcionam como o espetáculo que uma sociedade oferece a si mesma, se vendo e participando dos atos lúdicos e festivos, evocando nos indivíduos o sentimento de pertencimento a uma determinada categoria social⁸⁸. Elas obedecem a dois postulados: podem ser tanto um modelo de realidade, quanto um modelo para a realidade, mesclando assim representação da sociedade e desejos coletivos.⁸⁹ Os espetáculos cavaleirescos não fogem a essa regra:

La fiesta caballeresca es el reflejo de una sociedad y de unas intenciones políticas. El prestigio que proporcionan estos acontecimientos al que las ofrece y participa en ellas es incalculable; prestigio ante los individuos de la propia nobleza, pero sobre todo ante los ojos del pueblo que, igual que acata y aclama a su poderoso monarca en las “entradas” reales, se deslumbra ante el poderío, valor y destreza de la aristocracia. No son sólo juegos o espectáculos, sino cuestiones de peso, importantes para los equilibrios y las jerarquías, elementos decisivos para forjar o mantener los renombres.⁹⁰

⁸⁵ Nos referimos ao trabalho de Rosana de Andrés Diaz.

⁸⁶ MARTÍNEZ, María. Indumentaria y sociedad medievales (ss. XII - XV). *En la España Medieval*, vol. 26, 2003. p. 35-59. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/ELEM/article/viewFile/ELEM0303110035A/22064>. Acesso em: 8 dez. 2014. p. 39.

⁸⁷ ANDRÉS DIAZ, *op. cit.*, p. 92.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 83.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 81-82.

⁹⁰ *Idem*.

Tais festas ocorriam em um contexto político marcado pelo fortalecimento da nobreza e pela sua expansão territorial. Por isso elas não aconteciam em círculos privados, mas em praças públicas ou campos abertos - locais em que se podia contar com a presença do povo e dos procuradores reais. A participação do povo era um elemento imprescindível para que os cavaleiros pudessem se afirmar como os verdadeiros “defensores” da sociedade. Seria nestas celebrações públicas que os “grandes” da nobreza castelhana viam o momento adequado para ressaltar os valores sociais e políticos, proporcionar o contato direto com seus vassallos e, simultaneamente, exaltar sua preponderância social e política frente aos procuradores do rei.⁹¹

Pensamos que as ideias de Andrés Diaz são importantes para a análise das cerimônias festivas - neste caso, da cavalaria - e dos problemas políticos envolvidos. Para a autora, as festas devem ser analisadas nas dimensões política, social, antropológica e histórica,⁹² proposta que oferece, então, muitos subtemas referentes à nobreza e à corte a serem estudados detalhadamente. Dentre as possibilidades que a autora propõe, nos preocuparemos com um assunto diretamente relacionado com um problema bastante recorrente na historiografia sobre a Idade Média: a questão da ascensão social ou a suposta “mobilidade social” medieval.

A cavalaria configura um bom exemplo de possibilidade de ascensão social no período medieval. Segundo Jean Flori e Jérôme Baschet, a cavalaria teria origem nos auxiliares armados (*militēs*) dos grandes senhores castelões que aos poucos sofre o processo de aristocratização, a ponto de se fundir com a nobreza de linhagem, entre os séculos XII e XIII. Esta nova cavalaria, agora absorvida pela nobreza, se desenvolve e cria seu próprio código de ética, transformando-se numa categoria social hereditária.⁹³

Apesar da importância do debate acerca da trajetória da cavalaria, pensamos que esta matéria diz respeito a um período multissecular que foge de nossas pretensões de observação.⁹⁴ Ressaltamos que esta matéria, em si, já seria suficiente para

⁹¹ *Ibidem*, p. 83; 106. Para a autora, o desejo de mostrar superioridade frente aos procuradores reais se justificava na medida em que eles estavam adotando posturas firmes para frear a expansão senhorial da nobreza.

⁹² *Ibidem*, p. 107.

⁹³ Ver: BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006, p. 111; FLORI, Jean. Cavalaria. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean- Claude (org.) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC, 2002, p. 190.

⁹⁴ Segundo Jean Flori, a cavalaria teria sido um grupo profissional de guerreiros de elite que atuou em todas as batalhas europeias dos séculos XI ao XIV. Ver: FLORI, *op. cit.*, p. 185.

questionarmos a rigidez do modelo tripartite, que é atribuída à Idade Média, principalmente pela historiografia escolar. No entanto, nos preocuparemos em avaliar a mobilidade social nos ambientes curiais, já no final da época medieval.

Se o acesso à cavalaria passa a ser restrito cada vez mais aos filhos dos nobres, também é sabido que é por meio do adubamento que se realiza a integração de alguns homens novos, geralmente servidores da corte de um nobre.⁹⁵ Na condição de cavaleiro, será através das vitórias nas justas, torneios e duelos, que estes guerreiros participarão das festas de cavalaria a fim de agradar o público, se destacar no seio da corte, mostrar sua juventude, beleza e o espírito aventureiro.⁹⁶ Além de um entretenimento para o público, então, a ostentação do valor pessoal e o ganho da estima da corte tinham como objetivo a elevação da condição socioeconômica destes cavaleiros, seja pela obtenção de serviços de um patrono rico ou de alianças matrimoniais vantajosas.⁹⁷

Embora a cerimônia de adubamento tenha se tornado mais rara a partir da segunda metade do século XIII,⁹⁸ é certo que a promoção de indivíduos de diferentes origens como cavaleiros ainda ocorria nos séculos XIV e XV. Em relação a Portugal, Rita Costa Gomes alega que a centúria de quatrocentos alarga muito as modalidades da participação nobiliárquica em todos os âmbitos do ambiente curial. A importância militar dos nobres, devido à frequência dos eventos bélicos envolvendo a hoste monárquica a partir do século XIV e se prolongando no século XV, provocará um forte processo de curialização das Ordens Militares. Uma das características deste movimento de curialização é o recrutamento preferencial de cavaleiros entre a nobreza média e inferior ou mesmo dos pouco favorecidos pela sucessão linhagística, “que a própria modéstia patrimonial liberta para a permanência junto do monarca.”⁹⁹

A proximidade com o rei será motivo de grandes intrigas na corte. Como atesta a historiadora María del Pilar Carceller Cerviño, a heterogeneidade de origens dos indivíduos que compunham a cavalaria incomodava fortemente a grande nobreza castelhana. Equiparar a cavalaria à condição nobiliária significava ampliar demais as portas de entrada da nobreza, generalizando desmesuradamente os privilégios que eram

⁹⁵ BASCHET, *op. cit.*, p. 111.

⁹⁶ ANDRÉS DIAZ, *op. cit.* p. 92; 95.

⁹⁷ FLORI, *op. cit.*, p. 190; 195.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 190.

⁹⁹ GOMES, *A Corte...op. cit.*, p. 87.

restritos a este grupo.¹⁰⁰ A ameaça representada pelo ingresso de novos personagens no meio nobiliárquico gerou diversos conflitos de interesses entre os membros já reconhecidos como nobres, a ponto destes modificarem o discurso que justificava a verdadeira condição nobre:

La concesión por parte del monarca de preeminencias y cargos a personajes oscuros, en virtud de su potestad para “hacer nobles”, levantó las iras de aquellos que habían consolidado su posición al lado del rey [...]. Miguel Lucas de Iranzo ou Beltrán de la Cueva [...] ambos de procedencia dudosa y los ascendidos por voluntad regia. Precisamente estos dos personajes representan a la perfección a esa aristocracia nueva, defensora de la voluntad real como vía válida de ascenso social pero que, una vez en el poder, va a pasar a defender al linaje como fuente de nobleza.¹⁰¹

O incômodo da aristocracia, mesmo que já consolidada, em torno do monarca se tornava mais evidente na medida em que a ocupação dos cargos mais importantes do reino se devia a fatores que muitas vezes não pressupunham a condição reconhecida de nobre. Ao mesmo tempo, para aqueles de origem duvidosa que ascenderam por vontade régia, apoiar a forma pela qual eles mesmos foram promovidos, era colocar seu próprio posto em perigo. O ofício de privado, por exemplo, era geralmente desempenhado por personagens provenientes da média e baixa nobreza que teriam chegado ao posto mais alto da corte castelhana. O privado era reconhecido como o favorito do rei, “quien gozava de la confianza regia, lo que le garantizaba su participación directa en la vida política así como beneficios personales”.¹⁰² A conjuntura notadamente prestigiosa da privança era alvo de fortes críticas pelo resto da nobreza, a ponto desta associar os males do reino à intromissão do privado no governo e requerer maior poder de atuação.¹⁰³

Em consonância com o exemplo do privado, há outros casos que apresentamos a seguir e que servem para ilustrar um pouco a dinamicidade do cenário da corte medieval. No *Libro de la Cámara Real del Príncipe Don Juan*, encontramos bons exemplos da constante mobilidade dentro da corte, gerando forte heterogeneidade.

¹⁰⁰ CARCELLER CERVIÑO, Maria del Pilar. La nobleza cavalleresca castellana en el siglo XV: realidad y representación de un grupo social. *Medievalismo*: Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales, N° 10, 2000, p. 99. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=165212>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 101.

¹⁰² CARCELLER CERVIÑO, Maria del Pilar. Álvaro de Luna, Juan Pacheco y Beltrán de la Cueva: un estudio comparativo del privado regio a fines de la Edad Media. *En la España Medieval*, n° 32, 2009, p. 88. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3121013>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

¹⁰³ *Idem*.

Podemos verificar a flexibilidade das posições cortesãs nas descrições sobre os *moços de espuelas e de la vallesta*:

Ningún ofiçio ay en la Casa Real que no sea muy onrado, e aquéste de moço de espuelas e de la vallesta tienen mucho aparejo, quando son ombres de habilidade, para medrar e ser más que otros, a causa de la conversación e familiaridad que con el príncipe es forçado que tengan en los caminos, e caças e monterías; e açiertan algunos dellos a servir tan bien que, de aquel ofiçio, passan a otros más onrados e provechosos en la Casa Real, e se les hazen merçedes, e tienen lugar para pedir las a averlas en muchos tiempos. Yo vi al Gallego moço de espuelas de la Reina Católica, e después le vi su cavallerizo de las andas. Yo vi a Juancho de Artiaga moço de espuelas de la Reina Católica, e le vi después tesorero del sereníssimo infante don Fernando, tío de Vuestra Alteza. Yo vi a Ayala moço de espuelas del Rey Católico, e lo vi después su repostero de plata.¹⁰⁴

Fernández de Oviedo dá sequência a muitos outros exemplos de ascensão na hierarquia dos ofícios cortesãos de que ele se recorda. Outro caso, mais ligado ao enriquecimento do ocupante do cargo, é o do ofício de tesoureiro geral, descrito na segunda parte do livro:¹⁰⁵

Tesorero general de los reyes de Castilla es grande e provechoso ofiçio, e ne que se puede aprovechar a sí, e a muchos oimbres con cargos que del ofiçio dependen. [...] E en la Casa Real son mucha parte, e todos tienen neçesidad del tesorero porque paga e libra las quitaciones, e tienen aparejo para hacer ricos los tesoreros en poco tiempo – como han hecho algunos – y aun para ser pobres e se perder, si no son de buen recabdo e avisados.¹⁰⁶

Percebemos, então, que a corte possibilita a ascensão e promoção social através dos serviços prestados ao príncipe. Partindo dos trechos selecionados, afirmamos que esse ambiente é dinâmico e bastante heterogêneo. Nele não se encontram apenas os filhos das mais altas linhagens, mas se integram muitos “cavalleros sin título”, mercadores, clérigos e até escravos.¹⁰⁷ Todos eles estavam dispostos em uma estrutura hierárquica bastante complexa¹⁰⁸ que dava organicidade à corte e lhe assegurava um bom funcionamento.

¹⁰⁴ FERNÁNDEZ DE OVIEDO, p. 128.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 149. Fernández de Oviedo adiciona uma segunda parte ao *Libro de la Cámara Real* e aproveita a iniciativa para aumentar e corrigir a obra em seu conjunto. Nesta parte encontramos a descrição de outros ofícios, tais como os de *guión real*, *alférez real*, *reyes de armas*, *pregonero mayor*, *escribano mayor de rentas*, *tesorero general*, *alcaldes y alguaziles*, *cárcel*, *aposentador mayor*, *azemilero mayor*, *cavallerizo de las andas*, *correo mayor*, *maestro de armas*, *capitán de la guardia*, *cronistas e ofiçios en general*.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 155.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 91; 117; 122.

¹⁰⁸ A nosso ver, essa hierarquia pode ser entendida de forma vertical, mas com departamentos complementares. Segundo Fernández de Oviedo, essa estrutura é encabeçada pelo rei, seguido, sucessivamente, pelo príncipe ou infante herdeiro, arcebispo, mestre de Santiago, mordomo-mor, contador-mor e, abaixo, os restantes ofícios (ver p. 84). Esses outros ofícios, apesar de estarem na parte inferior dessa escala rígida, também possuem hierarquias internas, como vimos na própria dinâmica da câmara, entre o camareiro-mor e os moços da câmara.

Segundo Álvaro Fernández de Córdoba Miralles, outro cargo de notável ascensão social, era o de contador-mor. Na mesma linha de Carceller, Fernández de Córdoba alega que esse ofício havia se convertido em uma plataforma de ascensão social “gracias a la confianza que se depositava en ellos y a los generosos salários que recibían, concretamente los más elevados en la Corte de los Reyes”.¹⁰⁹ O mesmo se pode dizer dos “continos”, grupo de servidores que serviam o rei em todos os tipos de missões e provinham de famílias da baixa ou média nobreza. A eles também eram confiados altos postos nos governos locais, tais como os de corregedores ou alcaides.¹¹⁰

Além de exemplos pontuais relacionados com este dinamismo social, o livro - já mencionado, de Rita Costa Gomes, parece ser o que melhor apresenta esse panorama de heterogeneidade, variedade de indivíduos na sua condição social e instabilidade dessas posições.¹¹¹ A partir de sua leitura - que também abrange, em vários momentos, o cenário castelhano -, podemos perceber uma malha de constante ascensão e declínio de casos individuais e familiares nas cortes régias.

A autora descreve minuciosamente o percurso de diversas famílias que frequentaram o ambiente curial por longos períodos. Em primeiro plano, encontram-se as famílias notadamente cortesãs, já que estão presentes de modo praticamente ininterrupto na corte, nos séculos XIV e XV. Entre essas famílias, citam-se os Sousas, Meneses, Albuquerque, Pachecos, Castros, Pereiras, Cunhas e Silvas. Em segundo lugar, representando um pequeno grupo de magnatas mais assíduo junto aos monarcas, estão os parentes da família real, incluindo os bastardos, e suas respectivas linhagens: os Cascais, Henriques, Braganças e Noronhas. Outras famílias tornam-se importantes neste período pelo seu destaque tanto no serviço régio - como os Azevedos, Ataídes, Coutinhos, Fonecas, Melos e Vasconcelos -, quanto nas Ordens Militares - como os Pimentéis, Andrades, de Góis, Camelos e Avelar. Há também uma nobreza menor de presença permanente, de onde se recruta a maioria dos servidores dos reis, tais como os Meiras, de Avelar, Resendes e Barretos. E, por fim, como último componente desta nobreza contínua ao lado do rei, encontram-se famílias que constituem a “nobreza de serviço”, geralmente de condição muito modesta quando comparada às linhagens já

¹⁰⁹ FERNÁNDEZ DE CÓRDOVA MIRALLES, Álvaro. Sociedad cortesana y entorno regio. *Medievalismo*, nº 13-14, 2004. p. 70. Disponível em: <<http://revistas.um.es/medievalismo/article/view/51181>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

¹¹⁰ *Ibidem*, p.71.

¹¹¹ GOMES, *A Corte...op. cit.*,p. 45; 88.

mencionadas. Nestas últimas, podemos citar os Teixeira, Pessanhas, Azambujas e Coelhos.¹¹²

A diversidade de famílias nobres que mantêm uma continuidade notável na sociedade de corte portuguesa e castelhana, dos séculos XIV e XV, nos levaria a crer numa evidente estabilidade social. Contudo, mesmo neste quadro social aparentemente estável e bem organizado, “a análise de um tempo mais longo, englobando quase duas centúrias, permite traçar uma conjuntura, no final da Idade Média, marcada por uma grande instabilidade de posições, para esta nobreza de corte.”¹¹³ As mutações dinásticas, rupturas de carreiras, a forte circulação de nobres entre as cortes peninsulares e os conflitos gerados por estes acontecimentos exigem que esses nobres recorram a difíceis manobras e a alianças políticas para se manterem no poder. Mesmo sem perder seus postos, a dinâmica política e espacial da corte ameaçam constantemente as posições desses grupos já “consolidados”.

Em contraposição às famílias que se destacaram por sua longevidade no ambiente cortesão, Gomes apresenta outras tipologias de nobreza que se caracterizam por uma presença breve. Em primeiro lugar, estariam os exilados castelhanos e emigrantes galegos que aparecem na corte portuguesa entre os anos 1360 e 1380, impulsionados tanto pelo estado endêmico de guerra em Castela, mas também pela tradição de emigração nobre da Galiza. Os refugiados políticos, porém, formam o conjunto de maior representatividade, a maioria dos quais são castelhanos que outrora detinham cargos na casa e corte de Pedro I.¹¹⁴ Podemos destacar, então, que a fuga do reino de Castela de alguma forma está relacionada com a mobilidade do ambiente curial e sua conseqüente conflitividade no contexto político:

Homens de confiança do rei castelhano são geralmente de origem modesta, constituindo uma verdadeira “nobreza de serviço” de condição inferior à dos magnates, e cuja promoção constituiu, como lembra Salvador de Moxó, causa próxima da violenta revolta nobiliárquica contra o governo de Pedro.¹¹⁵

Na segunda tipologia de nobreza breve, estariam as famílias nobres que tiveram participação no séquito real no início do século XIV, mas que não duraram até o final do período. Tais linhagens não teriam superado a conjuntura de instabilidade e

¹¹² *Ibidem*, p. 64-98.

¹¹³ *Ibidem*, p.88.

¹¹⁴ Pedro I de Castela ou, simplesmente, *Pedro, o Cruel*, foi derrotado em 1369 por seu meio-irmão Enrique II durante a guerra civil castelhana.

¹¹⁵ GOMES, *A Corte...op. cit.*, p. 101.

conflito do final da centúria, por uma variedade de razões difíceis de evidenciar.¹¹⁶ Entre elas, podemos citar os Portocarreiros, Cogominhos, Bugalhos, Buval, Ribeiros, Alvim, Barrosos, Briteiros, Zotes, Regos e Carvalhos.

A última modalidade assinalada por Gomes é composta por uma nobreza breve que surge no final dos quatrocentos e que abrange famílias de diversas origens, emergindo da obscuridade, “mas cuja importância há que referir para a reconstituição de um panorama das mutações da corte portuguesa nos finais da Idade Média”.¹¹⁷ Essa “nova nobreza” teria renovado e reorganizado as relações hierárquicas vigentes no período final do século XIV através das alianças matrimoniais favorecidas pelo patrocínio régio. Esses indivíduos de origens modestas serão acolhidos, por exemplo, pelo Mestre de Avis, cuja proximidade e ligação com as Ordens Militares serão fundamentais no estabelecimento das relações de poder. Assim como o caso já citado de Beltrán de la Cueva, Fernão Álvares de Almeida é um dos grandes exemplos de ascensão pela privança. Sua numerosa descendência ilegítima continuará executando serviços para os monarcas durante o século XV, tornando os Almeidas grandes representantes de uma nobreza de serviço que ascende graças à confiança que lhes é manifestada pelo rei fundador da nova dinastia.¹¹⁸

Outros nomes como os Borges, Barros, Albergarias, Furtados e Filipes também são exemplos de famílias de escudeiros que ascendem à posição de cortesãos através dos serviços de guarda-roupa, uchão ou de ofícios ligados à puridade da casa real dos monarcas de Avis. Mesmo tratando-se de uma nobreza inferior – que tem estatuto diferenciado da alta nobreza -, esses indivíduos usufruíam dos privilégios e adotavam modos de vida próprios da nobreza do século XV.¹¹⁹

Por fim, ao falarmos de mobilidade social na Idade Média não poderíamos deixar de comentar acerca da chamada “nobreza de toga”. Este seria o grupo composto por famílias que ascendem à condição nobre a partir de seus serviços nas áreas do Desembargo, da Fazenda e dos ofícios da escrita. A promoção desses indivíduos estaria

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 99, 102-103. Para Gomes, a variação das fontes disponíveis não constitui um fator relevante para justificar o desaparecimento destas famílias.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 99.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 105.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 105-106. Apesar de estes ofícios serem colocados em uma posição hierárquica inferior, destacamos que os serviços ligados à puridade denotam maior importância que muitos outros cargos. O selo da puridade, cuja guarda permanece sob o controle direto do monarca, é o meio pelo qual este intervém na produção diplomática e nas cartas régias. O ofício do escrivão da puridade requeria um alto nível de responsabilidade, na medida em que cuidava dos documentos particulares e assuntos mais reservados do rei.

relacionada com o processo de burocratização no interior da organização curial na centúria de quatrocentos. Se para o século XIV foi constatada uma grande abertura da sociedade palatina à presença de oficiais e mercadores, é, sobretudo, no século XV que ocorre a nobilitação daqueles servidores régios, representados pelos Nogueiras, Lobatos e Fogaças.¹²⁰ Daí a sua inclusão como parte da nobreza.

Mas quais os fatores para a renovação da sociedade de corte do século XV? O que justificaria a atração de nobres de categoria inferior ou seu recrutamento cada vez mais alargado no seio de servidores de condição não-nobre? Para Gomes, três aspectos podem explicar tal cenário de mobilidade. Em primeiro lugar, o movimento de emigração para a corte castelhana levava parte da nobreza portuguesa que ocupava posições importantes no séquito de Dom Fernando. Em segundo lugar, e concordando com a já citada historiadora Rosana de Andrés Diaz, Gomes ressalta a intensificação da prática de sagrar cavaleiros alguns servidores régios nessa época e, por isso, o uso da ideologia cavaleiresca como instrumento de “lustre da nova nobreza”.¹²¹ Por fim, o enriquecimento geral dos que se beneficiam da proximidade do monarca, principalmente aqueles envolvidos nas iniciativas e movimentos de expansão em Marrocos, na costa africana e nas ilhas atlânticas, que encontram novas formas de obter recursos materiais capazes de manter uma vida luxuosa tal como a de um nobre.

A partir dos exemplos citados, percebe-se que o cenário da corte ibérica se apresenta de forma bastante peculiar: um ambiente composto por uma heterogeneidade de indivíduos, numa espécie de sincretismo de traços estatutários, marcado pela tensão entre modos de viver muitas vezes antagônicos,¹²² mas que ao mesmo tempo apresenta diversos casos bem sucedidos de promoção social. Nas próprias palavras do Rei Sábio, Alfonso X, essa característica da corte é justificada:

De los homes nobles et poderosos non se puede el rey servir en los oficios de cada dia, ca por la nobleza desdenarian el servicio cotidiano et por el poderio atreverse hien mucho aina á facer cosas que tornarien como en dano et en despreciamiento del”.¹²³

Nota-se, então, que os serviços da corte necessitam de um recrutamento de indivíduos de origens obscuras, mas que se integram ao ambiente curial, ascendendo não somente em relação à sociedade que está fora do palácio, mas também dentro dele.

¹²⁰ *Ibidem*, p. 107;144.

¹²¹ ANDRÉS DIAZ, *Las fiestas...* *op. cit.*, p.86-87. GOMES, *A Corte...**op. cit.*, p. 108.

¹²² GOMES, *A Corte...* *op. cit.*, p. 134. Aqui estamos nos referindo ao antagonismo entre os modos de vida do mercador e do cavaleiro.

¹²³ ALFONSO X. *Las siete partidas del Rey Sabio*, cotejadas con varios códices antiguos. Madrid: Real Academia de la Historia, 1807, p. 58.

Para Léopold Gênicot, apesar da nobreza apresentar traços comuns entre seus indivíduos, no final da Idade Média, ela apresentava uma forte variedade e complexidade, sendo difícil atribuir-lhe uma homogeneidade social.¹²⁴ Ou seja, indo além de uma divisão tripartite da sociedade, essa variedade de grupos e indivíduos no ambiente palatino também pressupunha outra construção de hierarquias.¹²⁵ Um séquito bem ordenado deveria englobar uma variedade hierarquizada de indivíduos, que é estabelecida de acordo com critérios da própria época, dependendo da dignidade atribuída aos diversos cargos em questão, que não anula a possibilidade de ascensão dentro dessa organização interna.¹²⁶

A plasticidade e constante reorganização da corte, ressaltadas pelos autores, parecem ser traços essenciais à permanência desse corpo no poder durante toda sua história. Desde o século XI, a nobreza apresenta fusões e contraditórios critérios de alianças políticas justificadas de acordo com a conjuntura de seus objetivos políticos.¹²⁷ Segundo Baschet, sem a integração – mesmo que limitada – de novos indivíduos e famílias dentro da nobreza, “um grupo social tão reduzido como a aristocracia teria rapidamente sido levado ao declínio, ou até mesmo à extinção”.¹²⁸

Assim, as formas de viver cortesãs conferem prestígio dentro e fora do corpo da nobreza. Mesmo que em seu interior as diferenças entre a alta nobreza e os novos aristocratas sejam motivos de conflitos, o apelo ao gasto, à emulação da riqueza e a distinção que a proximidade do monarca e da família real confere promovem o estatuto dos que se dedicam ao serviço régio.¹²⁹

Numa primeira aproximação à historiografia, gostaríamos de ressaltar que a corte é um dos exemplos que não se adéqua às grandes teorizações que simplificam o estudo da sociedade medieval. Entretanto, não sugerimos que se deva reconhecer a existência de uma mobilidade social para toda a Idade Média, em todas as suas dimensões, lugares e épocas, pois sabemos os perigos e anacronismos que o conceito pode representar para a nossa pesquisa. A questão da mobilidade social foi um dos fatores que mais chamaram a atenção ao longo da leitura que realizamos da bibliografia especializada, e essa constatação – que optamos por não descartar – parece acrescentar

¹²⁴ GÊNICOT, Léopold. Nobreza. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (org.) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC, 2002, p. 288.

¹²⁵ GOMES, *A Corte...op. cit.*, p.45.

¹²⁶ *Ibidem*, p. 130, 151.

¹²⁷ GÊNICOT, *op. cit.*, p. 284-248.

¹²⁸ BASCHET, *op. cit.*, p. 111.

¹²⁹ GOMES, *A Corte... op. cit.*, p. 134.

complexidade ao estudo da corte, coisa que não ocorreria se escolhêssemos encará-lo como uma dimensão rígida, monolítica, e destituída de dinâmica política, social e cultural.

A interpretação mais complexa, contudo, aparece prejudicada quando nos deparamos com autores que, metodologicamente, partem de um modelo político pré-concebido para fazer suas análises. Como já citado anteriormente, o trabalho da historiadora María Concepción Quintanilla Raso é um exemplo de uma abordagem historiográfica, herdada do século XIX, que prefere explicar o poder a partir da centralização política e do poder autocrático do monarca. Neste sentido, a dinamicidade e mobilidade social que apontamos anteriormente para a nobreza seria fruto da monarquia, que funcionaria como um poderoso motor capaz de provocar essas mudanças sociais, com um caráter acentuadamente intervencionista. Da mesma forma, as dinâmicas políticas na corte, que muitas vezes chegam a provocar dramáticas substituições dos atores, são também atribuídas ao poder do monarca. Não deixa de ser interessante notar que, aquilo que eventualmente os historiadores identificam como falta de poder do monarca vem quase sempre associado a um ‘indevido’ crescimento de poder da nobreza dentro da cúria, que é um dos fatores que justifica a classificação do soberano como “mau rei”. Nas palavras de Maria Filomena Coelho,

Assim, aquilo que é função, é muitas vezes classificado pela historiografia como disfunção. Um monarca que distribui “muitas” mercês é acusado de hipotecar o reino e de se tornar refém da nobreza. Aliás, a nobreza é normalmente interpretada como elemento negativo, e dificilmente se evidenciam as redes em torno dos monarcas como elementos positivos. Na verdade, é recorrente que a historiografia se refira ao rei por um lado e à nobreza por outro, como elementos que não pertencessem ao mesmo conjunto. Esquece-se mesmo que o rei nunca está só; quando combate uma parte da nobreza, certamente, está apoiado em outro grupo de nobres. Um rei que destrói a nobreza, que a elimina, não faz sentido do ponto de vista da própria natureza régia”.¹³⁰

Apesar do destaque que demos a Quintanilla Raso, sua maneira de abordar o tema reflete-se amplamente na maioria dos historiadores estudados para esta pesquisa, incluindo Nieto Soria,¹³¹ Rosana de Andrés Diaz, María del Pilar Carceller Cerviño e Álvaro Fernandez de Córdoba Miralles. Mas, para além da abordagem teórica e da metodologia por eles adotada, suas obras são fundamentais para compreender melhor o

¹³⁰ COELHO, *op. cit.*, p. 61.

¹³¹ Neste momento, por questões de sequência de nossos argumentos, não enfatizamos que Nieto Soria atribui a intensificação das celebrações cerimoniais ao processo de racionalização das relações sociais inerentes à gênese do Estado Moderno. Ver: NIETO SORIA, *op. cit.*, p. 20.

funcionamento da corte e seus rituais, e fornecem indícios para formularmos questões importantes.

Entendemos que, nesse sentido, a abordagem adotada por Rita Costa Gomes se apresenta como a melhor tentativa de análise do sistema de corte a partir de aspectos antropológicos, políticos e sociais interligados. E, mesmo que também tenha utilizado uma historiografia política tradicional, a autora faz sua crítica a esta visão institucionalista e oitocentista, e procura oferecer um estudo sobre a corte portuguesa menos linear e mais complexo,¹³² partindo, principalmente, das noções de figuração e interdependência de Norbert Elias.

¹³² GOMES, *A Corte...op. cit.*, p. 13-14; 37; 213.

CAPÍTULO 2

Crônicas e cronistas, tratados e tratadistas de corte

Os rituais e as cerimônias de corte fazem parte de uma cultura aristocrática/nobiliárquica cuja difusão e manutenção depende de uma série de estratégias e de canais de propagação. O próprio desempenho de ofícios na corte real e a execução das mais diversas tarefas, por si só, já eram uma maneira de distinguir o comportamento exigido àqueles que frequentavam esse espaço. Contudo, para além das ações e papéis desempenhados no teatro do poder havia outros instrumentos igualmente importantes para a distinção dos grupos superiores, entre os quais se destacam as crônicas e os tratados. Esse tipo de literatura constituía um importante instrumento de apreensão e de ordenação do mundo.¹³³

Nesse sentido, as crônicas e os tratados foram essenciais na educação pedagógica dos nobres. Enquanto descrição da maneira como o passado deve ser lembrado e visando uma proposta didática, essas obras proporcionavam o conhecimento de hábitos e costumes que o tempo consagrara como próprios da nobreza. Os dois documentos históricos que serviram de base para esta dissertação, além de descreverem o comportamento dos membros da corte castelhana da baixa Idade Média, assumem ao mesmo tempo o papel de atores históricos, na medida em que tanto os textos como seus autores circulavam na corte.

O primeiro documento é a *Crónica del Halconero de Juan II*, de autoria de Pedro Carrilo de Huete e Lope de Barrientos. Enquanto o primeiro foi o autor da maior parte do texto, que compreende os anos de 1420 até 1441, o bispo Lope de Barrientos lhe deu continuidade a partir de 1441 até 1450, quando se encerra a crônica.

Pedro Carrillo de Huete, falcoeiro-mor de Juan II, nos apresenta um relato muito importante para as descrições da corte castelhana pelo menos até 1441, período em que o cronista frequentou a corte com assiduidade não só em Castela, mas na fronteira com Granada. Segundo o historiador Juan de Mata Carriazo, se sabe muito pouco acerca de Carrillo de Huete, o que nos limita a conhecê-lo através das indicações autobiográficas em seu texto.¹³⁴

¹³³ FRANÇA, Susani Silveira Lemos. *Os reinos dos cronistas medievais (século XV)*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 142.

¹³⁴CARRIAZO, Juan de Mata. Notícia preliminar. In: CARRILLO DE HUETE, *op. cit.*, p. XI.

O falcoeiro-mor era um dos ofícios mais modestos da casa do rei, um cargo honorífico que, assim como os cargos de camareiro, copeiro, secretário e monteiro, implicava uma série funções burocráticas e protocolárias.¹³⁵ Carriazo defende que esta inferioridade do cargo de falcoeiro explica o estilo historiográfico do cronista, já que Carrillo de Huete estaria incluído entre “los cronistas reales que Enrique de Villena llamava ‘romancistas’”, referindo-se aos autores de pouca habilidade e incapazes de escrever uma narrativa “a la altura de las necesidades de los magnates o en este caso del rey Juan II de Navarra”.¹³⁶

Pedro Carrilo descreve sem preocupações literárias os eventos que acontecem diante de seus olhos, com certa predileção pela cavalaria, as expedições militares, as festas e os torneios. Desfrutando de proximidade com o monarca, o cronista pretende apresentar um diário da vida do rei e da corte de forma objetiva, reproduzindo com exatidão os eventos e os personagens da época. A ausência de uma intenção artística na forma de escrever, no entanto, é compensada pelo valor histórico do relato de Carrillo de Huete: o cronista fez uso frequente e sistemático de cerca de duzentas fontes documentais, que compreendem cartas diplomáticas, relatos de guerra, pregões, notícias, solenidades, entre outros.¹³⁷ Seu trabalho configura uma espécie de grande registro de entradas e saídas de documentos oficiais, no intuito de registrar quando, onde e como foi feita cada coisa durante o reinado de Juan II.

Além do tom objetivo, que pode ser muito útil para o historiador interessado em compreender a temática cortesã apresentada nesta crônica, é importante destacarmos o viés autobiográfico que Carrillo de Huete adota em seu registro. Para Rafael Beltrán, os cronistas se autorretratavam como participantes das guerras e acordos políticos, fazendo-se merecedores de uma pequena parte da gloriosa fama de seus biografados.¹³⁸ Logo nas primeiras páginas do manuscrito, já é perceptível o tom enfático de Carrillo de Huete com relação à sua participação na viagem junto ao rei a caminho de Montalbán, no contexto do conflito entre Juan II e Enrique de Aragão. Preocupado com a chegada do monarca castelhano em uma cidade sobre cuja lealdade havia suspeitas, o cronista relata que:

E por quanto en Montalbán no sabían cossa nenguna de la ydad el Rey, e el castillo hera sospecho al Rey, por quanto lo tenía Pero

¹³⁵ BELTRÁN, Rafael. Estudio preliminar. In: CARRILLO DE HUETE, *op. cit.*, p. XLVII.

¹³⁶ *Ibidem*, p. XLVIII.

¹³⁷ CARRIAZO, *op. cit.*, p. XII.

¹³⁸ BELTRÁN, *op. cit.*, p. LI.

Gómez Barroso por la rreyna de Aragón, madre del yanfante don Enrrique, Pero Carrillo, su falconero mayor, preguntó al Rey:
 - Señor, ¿el alcayde de Montalbán es sabidor deste fecho?
 E el Rey dixo que no, saluo que yba a sua abentura, asy como Rey. E en ésto rrespondió Pero Carrillo, assy como criança de su padre e suya, e dixo:
 - Señor, pívodos por merçed que me dedes liçençia que me adelante al castillo, que yo terné manera, com el ayuda de Dios, como vos entreguen el castillo, o moriré por vuestro serviço como cavallero.
 El Rey le respondiό que antes ge lo ternía en señala do serviço; e mandó a Diego López de Ayala que fuése con él. E yendo asy por el caminho adelante, al galope de los caballos, canso el cauallo de Diego López en el caminho, en tal manera que se ovo de quedar.
 E Pero Carrillo continuó su caminho, e llegó al castillo, e falló la puerta aberta, que abía a la sazón salido vn hombre con dos acémilas [...] ay fuera del castillo. E descabalgó del cavalo, e estando asy a la puerta bino el ombre que abía salido con las acémilas, e bínose para Pero Carrillo con vn puñal en la mano. E Pero Carrillo hechó mano por su espada, e deióle vn golpe de llano en la cabeça, e cayó en el suelo.¹³⁹

O cronista se destaca como um virtuoso cavaleiro, mostrando muita coragem para seguir sozinho o caminho a serviço e honra de seu rei. O falcoeiro, além de cronista, apresenta atributos típicos da cavalaria, o que reforça seu lugar na corte de Juan II. Portanto, o cronista não é um mero observador/relator dos eventos que ocorrem no reinado do rei castelhano, mas um ator histórico inserido na cultura política de seu tempo. Não é em vão que o monarca reconhece a atuação de Carrillo de Huete, dando “muchas graças a Dios por el bien e merced que le abía fecho en tomar tal castillo”.¹⁴⁰

A partir do ano de 1441, a narrativa é interrompida e passa a ser escrita pelo bispo Dom Lope de Barrientos, em virtude de Juan II e seus oficiais terem sido apreendidos pelos aragoneses e Carrillo de Huete não conseguir dar prosseguimento à crônica. O bispo, que consegue ficar junto ao monarca, continua a redação do testemunho durante os nove anos seguintes.¹⁴¹

Desde os primeiros capítulos de seu relato, o bispo se apresenta como um historiador neutro, deixando ao leitor a tarefa de tirar as conclusões dos fatos. Entretanto, não deixa de assinalar que cada uma das partes em conflito tem sua razão (*opinión*), que recai sobre o serviço devido ao rei.¹⁴² Tal perspectiva é apresentada na

¹³⁹ CARRILLO DE HUETE, *op.cit.*, p. 2-3.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 4.

¹⁴¹ BELTRÁN, *op.cit.*, p. XXIV.

¹⁴² *Ibidem*, p. XXXIV.

conclusão do capítulo acerca da tomada de Medina del Campo pelos infantes aragoneses:

Este rrey de Nauarra e ynfante, e los otros de su opinión, el título que trayan era que estas coisas si fechas que era seruicio del Rey, e pro e vien de sus rreynos. E los que con el Rey estauan dezían lo semejante, que estauan con seu Rey e con su señor, cunpliendo sus mandamientos. Los que en estos fechos herraron, esta determinación quede para después a determinar a los vinientes, después de la vida deste que fizo esta ystoria; aunque lo vido e se acerto en todo, non era a el determinar. Vean e oyan lo suso escripto, e visto determine cada vno como le plazará.¹⁴³

Bispo de Segovia, Ávila e Cuenca, Lope de Barrientos foi autor de obras latinas e castelhanas,¹⁴⁴ e apresenta um estilo de escrita muito diferente do de Pedro Carrillo de Huete. Ao longo da leitura do conjunto da crônica, nota-se que o relato do falcoeiro destaca muito mais os aspectos domésticos da corte, seu cotidiano e suas cerimônias, ao passo que o foco do bispo incide nos acordos políticos, nas guerras e disputas entre os bandos. O bispo não apresenta muitas situações de festas, banquetes ou outros tipos de rituais. Os atos cerimoniais registrados pelo bispo são principalmente os juramentos e as homenagens.

Para os especialistas no estudo destes cronistas, Lope de Barrientos apresenta o monarca como um verdadeiro político que “vive, sufre y disfruta, comprende y tiene algún control sobre los acontecimientos realmente relevantes para o reino”.¹⁴⁵ Diferentemente dele, na visão de Carrillo de Huete o rei aparece como ostentoso, brilhante e cerimonial, consideradas facetas relevantes para o fortalecimento da monarquia medieval e renascentista.¹⁴⁶

A partir dessas características, e também devido ao maior volume de páginas, podemos dizer que os títulos mais proveitosos para esta pesquisa foram os escritos por Carrillo de Huete. No entanto, o documento como um todo ofereceu, de alguma maneira, aspectos relacionados às cerimônias e à dinâmica política da época. A narrativa permite descobrir interessantes questões políticas em meio às descrições sobre diversos tipos de cerimônias e vida na corte, tanto na parte escrita pelo falcoeiro quanto na do bispo. Mesmo que os enfoques da descrição de cada um deles sejam diferentes, ambos nos apresentam uma corte em pleno funcionamento, que serve de espaço para atividades domésticas, alianças políticas, reuniões de conselho, tudo isso

¹⁴³ CARRILLO DE HUETE, *op.cit.*, p. 419.

¹⁴⁴ *Tractado de caso Sapientiae, Tractado de los sueños e de los agüeros e Tractado de La adivinança.*

¹⁴⁵ BELTRÁN, *op.cit.*, p. LV.

¹⁴⁶ *Idem.*

em meio a uma constante itinerância e conflitos bélicos. No trecho a seguir, de autoria de Lope de Barrientos, dedicado à descrição na guerra entre Juan II e o rei de Navarra, se pode perceber a importância dos atos cerimoniais:

E el Rey, desde que conoció el tiempo, e que avían poca gana de pelear los que con el estauan, envió por él a este arçobispo e fabló con én vn poco. E tornóse al rrey de Navarra, e vino luego el conde don Pero de Stúniga, e besó las manos al Rey; e estouo outro poco, e tornóse a donde el rrey de Nauarra estaua. E ante desto vino un cavallero de la Orden de Santiago que llamaban García de Padilla, e Juan Furtado [...] e mosén Juan de Torquemada, e otros muchos cavalleros, que serían fasta çient hombres de armas. E desde que el Rey los vido asy ante sy, e como esforçado que el era, dexó su pendón e fuése para el García de Padilla con vn bastón en la mano, con seys o siete con él, e fizo a vna trompeta que lo llamase, e segurólo, e vino ante él. E echó la lança él e otros siete o ocho, e versáronle las manos, e mandóles que se volviesen a la su parte; e hizieronlo asy.¹⁴⁷

Outro exemplo é o fragmento em que Lope de Barrientos descreve os acordos de casamento entre o rei de Navarra e a filha do almirante Dom Fadrique, no meio de um relato sobre a aliança feita pelo príncipe Dom Enrique com os infantes aragoneses:

E luego el rrey de Nauarra fué a Tordelobatón, a tomarse las manos con la dicha fija del almirante, e fueron por le ondrar a este acto el señor Rey de Castilla, e la Reyna doña María su muger, e el Príncipe don Enrique, e la rreyna de Portugal doña Leonor, e todos los otros señores que ay estauan a la sazón. E llegaron a la Torre Lovatón lunes primero de setiembre, e el almirante les fizo grande fiesta; e estovieron ende aqueste dia, e luego otro día se voluieron a Tordesyllas.¹⁴⁸

Ambos os trechos mostram que mesmo que Lope de Barrientos se preocupe em descrever eventos mais ligados às movimentações bélicas e aos acordos políticos, envolvendo Navarra e Castela, muitos detalhes ritualísticos podem ser encontrados ao longo de sua escrita.

Há ainda outras semelhanças entre os dois autores da crônica. Como já referido com relação ao protagonismo pretendido por Pedro Carrilo de Huete na crônica, se observa o mesmo com relação a Lope de Barrientos. Em várias passagens, ele faz questão de mencionar que estava presente em muitos eventos importantes da época, ora acompanhando e influenciando o monarca, ora o príncipe Enrique.¹⁴⁹ O bispo chega a dedicar mais de um capítulo exclusivamente para descrever sua participação em algumas das tramas políticas da época.¹⁵⁰ Em um deles, o cronista destaca como

¹⁴⁷ CARRILLO DE HUETE, *op.cit.*, p. 418.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 448.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 439, 446, 447, 439, 451, 456, 459, 460, 463.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 450-451, 474.

sua atuação foi fundamental para a realização dos acordos entre pai e filho, Juan II e o príncipe Enrique:

De cómo fabló el obispo don Lope de Varrientos con el señor Rey, para concordar con él al Príncipe su fijo, para su deliveración
E fasta aquí el señor Rey ni el señor Príncipe no avían fablado en el secreto de su deliveración, ca por el señor Príncipe ser tan moço el señor Rey no ge lo osava mover; e vien queria fablar con el dicho obispo don Lope de Varrientos.
[...] al fin, por medianero, el obispo ovo de concertar con el señor Rey quen presencia de todos no llamase, e se apartase con él a fabla a vna parte de la cámara. E fizolo asy, e como el Rey llamó al dicho obispo e se aparto a fablar con él.¹⁵¹

Portanto, o autor demonstra ter as virtudes necessárias para aconselhar e auxiliar o monarca diante das situações mais delicadas, como no episódio dos acordos para a destruição de Álvaro de Luna.¹⁵² Pelo relato de Lope de Barrientos, o monarca aparenta bastante insegurança, incapaz de tomar decisões, chegando a perguntar diretamente o que deveria fazer: “E dixo o Rey que qual era el rremedio.”¹⁵³ Ao descrever sua resposta a Juan II, o cronista se apresenta como personagem de sabedoria e confiança, prometendo seguir o monarca nas decisões que ele tomasse e garantindo a fidelidade de seu próprio filho.¹⁵⁴

Nota-se, então, que em ambas as partes da crônica, os autores tentam valorizar suas qualidades no meio de um contexto político bastante conflituoso. Se este é um traço comum, entretanto, a forma como reforçam esse protagonismo é diferente. Ao referir-se a Pedro Carrillo de Huete, Rafael Beltrán afirma que a posição humilde de falcoeiro¹⁵⁵ não dava suficiente autoridade para que ele pudesse se referir às suas próprias experiências vitais na crônica, acentuando o foco apenas nas qualidades bélicas. Tal fator teria contribuído para que sua parte da obra registrasse mais aspectos acerca do cotidiano e do jogo político que envolvia a nobreza. Autores do nível de Pedro Carrillo buscavam identificar-se com essa concepção aristocrática da vida, integrar-se nela e, por isso, manifestaram seu direito à participação numa história que é protagonizada pelo corpo social superior. As descrições detalhadas e bem organizadas acerca das cerimônias e festas da época sustentariam essa ideia:

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 450.

¹⁵² Vários capítulos da crônica são dedicados à descrição do jogo duplo feito pelo herdeiro do trono castelhano com os infantes aragoneses e seu pai sobre a tentativa de execução de Álvaro de Luna. Os principais títulos se concentram entre as páginas 435 e 457.

¹⁵³ CARRILLO DE HUETE, p. 450.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 450

¹⁵⁵ *Ibidem*, p. 336. Pela ordem dos cargos curiais, o ofício de falconeiro aparece como último.

La descripción ordenada – más que exaltación – de la gala caballeresca, con su alambicada retórica indumentaria, su enigmática significación heráldica y su outonal colorido faustoso [...], es común en todas estas obras. Al demostrar un control, un dominio sobre el complejo protocolo cortesano [...] estaban respaldando sus esforzados intentos de su incorporación individual a una sociedad de elegidos, en la que consideraban justo ser aceptados.¹⁵⁶

Em relação a Lope de Barrientos, Beltrán retoma as considerações do editor da crônica, Juan da Mata Carriazo, e qualifica o bispo numa categoria superior à de Carrillo de Huete, pelo fato do bispo se preocupar muito mais em abordar as intrigas e os assuntos políticos do que a “índole caballeresca, y aun las anécdotas de la vida particular del monarca.”¹⁵⁷ Em sua versão acerca do golpe de Rámaga, é o próprio bispo que convence o príncipe Enrique sobre a falsidade dos infantes aragoneses e a necessidade de se aliar a Álvaro de Luna - aliança crucial para a defesa de Juan II.¹⁵⁸ Lope de Barrientos se coloca, então, como figura fundamental nas ações decisivas para o reino de Castela durante este reinado, o que leva ao historiador Gómez Redondo a sugerir a necessidade de se fazer uma história da vida e do pensamento desse cronista.¹⁵⁹

Redondo ainda afirma que a influência e preocupação em guardar o serviço do rei por parte de Lope de Barrientos era uma maneira de defender a dignidade da corte castelhana,¹⁶⁰ e suas idéias podem ser vistas como um “denodado empeño de don Lope por salvar a esta corte del desprestígio que representaba la perdida de la autoridad que hubiera debido encarnar.”¹⁶¹

Com base na análise que realizamos da crônica, concordamos que há uma diferença na maneira em que os dois autores desenvolvem a narrativa. Como já mencionado, Juan da Mata Carriazo e Rafael Beltrán justificam a mudança do estilo entre os cronistas de acordo com sua posição social – mostrando uma certa predileção pelo relato de Lope de Barrientos, por apresentar uma trama política supostamente voltada para a autoridade régia e vinculada a acordos e guerras entre os reinos.

No entanto, cremos que tanto Pedro Carrillo de Huete quanto Dom Lope de Barrientos são, cada um à sua maneira, extremamente úteis para a análise da dinâmica política medieval. Em primeiro lugar, os autores são complementares, e a forma como

¹⁵⁶BELTRÁN, *op. cit.*, p. LI.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. LII.

¹⁵⁸ CARRILLO DE HUETE, *op. cit.*, p. 435-439.

¹⁵⁹ BELTRÁN, *op. cit.*, p. LIV.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. LIII e LV.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. LIII..

foram classificados é, por si só, um problema historiográfico. Na medida em que percebemos o viés diferente pelo qual eles apresentam fatos e personagens, por exemplo, constatamos como esses cronistas eram também típicos integrantes da corte: detinham funções específicas, estavam inseridos nas diversas intrigas políticas e demonstram uma nítida preocupação com o prestígio e a grandeza do ambiente que rodeia o rei castelhano. Em segundo lugar, discordamos da interpretação de Gómez Redondo e Juan da Mata Carriazo ao considerarem que o relato de Lope de Barrientos teria um teor mais político e, por isso, seria superior ao de Pedro Carrillo de Huete. Dois aspectos justificam a discordância: destacamos que o fato do bispo – de elevada posição social - se dispor a dar continuidade a uma crônica inicialmente escrita por um falcoeiro é uma evidência da importância que o relato de Pedro Carrillo tinha para a própria época. Lope de Barrientos valoriza a crônica na medida em que ele mesmo se atribui o papel de continuador, ainda que seu estilo se diferencie do falcoeiro.

Pensamos ainda que Gómez Redondo e Mata Carriazo acabam qualificando e diferenciando os dois cronistas a partir de uma tradição historiográfica que valoriza ações que estariam mais de acordo a padrões institucionais que não são próprios da lógica política medieval. Valorizar apenas uma parte da documentação que apresenta um relato mais estatista dos feitos de Juan II só reforça uma visão institucionalista da história que acaba prejudicando a compreensão de muitos aspectos acerca da vida e da política na Idade Média.

O tema desta pesquisa nos leva a dar preferência a documentos que proporcionem dimensões mais “subjetivas” do comportamento político dessa sociedade. Já mencionamos a dificuldade de selecionar uma documentação que permita aprofundar esta temática, e a crônica do *Halconero*, principalmente a parte escrita por Pedro Carrillo, foi mais que fundamental para este trabalho.

Com a mesma preocupação, a busca pelos aspectos subjetivos da política medieval, optamos por analisar o *Libro de la Cámara Rel del príncipe don Juan*. A obra representa um caso especial entre os tratados de “savoir-vivre”, que visava orientar a organização e o serviço ordinário de corte do jovem Dom Felipe, filho de Carlos I. A obra foi escrita em 1547, por Gonzalo Fernández de Oviedo (1478-1557), cronista-historiador castelhano de vasta produção literária e historiográfica¹⁶² e cuja

¹⁶² FABREGAT BARRIOS, Santiago. Estudio Preliminar. In: FERNÁNDEZ DE OVIEDO, *op. cit.* p. 11, 24, 28-29. De acordo com a classificação de Fabregat Barrios, a produção de Gonzalo Fernández de Oviedo compreende obras de ficção, obras didáticas sobre as índias, genealogia e heráldica e obras

reputação vinha de seu serviço na prestigiosa corte do príncipe dom Juan, primogênito de Isabel e Fernando de Castela, durante os anos de 1491 e 1497.¹⁶³

Diferentemente dos cronistas autores do *Halconero*, dispomos de muito mais informações acerca de Gonzalo Fernández de Oviedo.¹⁶⁴ Desde pequeno esteve vinculado à vida cortesã: aos 12 anos serviu na casa de Alfonso de Aragão, irmão do rei dom Fernando. Pouco tempo depois foi recomendado pelo bispo de Salamanca aos Reis Católicos, que então o designaram para o modesto serviço de moço de câmara do herdeiro do trono, em 1491.¹⁶⁵

Apenas dois meses mais novo que o príncipe, a semelhança de idade teria feito nascer uma relação muito próxima entre Juan e Fernández de Oviedo, o que explica o nível de detalhamento da rotina do príncipe que o cronista fornece. Ele se manterá na corte, mesmo após a constituição da casa e corte de Juan, na vila soriana de Almazán, em 1496. A partir desse ano, o cronista ascende ao ofício de moço de câmara das chaves, cargo que representava não só uma responsabilidade mais alta, mas também uma recompensa econômica mais elevada.¹⁶⁶

A vida na suntuosa casa principesca não duraria muito tempo, já que em 1497 ocorre o falecimento prematuro de Juan. A dissolução dessa corte levou Fernández de Oviedo a servir em diversas cortes italianas até 1502, quando retornou a Valencia. Sua experiência na Itália, em pleno Renascimento, representou a possibilidade de conviver com diversas perspectivas intelectuais que influenciaram diretamente na sua formação como escritor.¹⁶⁷

A partir de 1502, e de volta à Espanha, Fernández de Oviedo servirá na corte do duque de Calabria onde permanecerá por mais dez anos até se aventurar na América espanhola. Essa nova etapa na vida do cronista é apresentada como uma trajetória de várias idas e vindas do velho para o novo continente, que duraria até 1532, quando retornou à Espanha. Depois de 1533, quando Oviedo aceitou o cargo de alcaide da

didáticas sobre política e cortesania. Destacamos aqui algumas delas: *Claribalte* (1519); *Historia natural y general: Sumario de la natural historia de las Indias* (1526), *Historia general y natural de las Indias* (1526-1549); *Catálogo Real de Castilla* (1518-1532), *Batallas e quinquagenas* (1535-1556), *Francisco I de Francia* (1535) e *Libro da câmara real del príncipe don Juan* (1547-1548).

¹⁶³ FABREGAT BARRIOS, *op. cit.*, p.43.

¹⁶⁴ A edição crítica do *Libro da câmara real* apresenta uma biografia e uma interessante análise sobre a vida e obra de Fernández de Oviedo. Mais da metade da edição é dedicada a um estudo preliminar sobre o autor.

¹⁶⁵ FABREGAT BARRIOS, *op. cit.* p.14

¹⁶⁶ *Idem.*

¹⁶⁷ *Ibidem*, p.15.

cidade e porto de Santo Domingo e recebe o título de cronista oficial das Índias, o resto de sua vida passa a ser dedicado aos seus escritos como cronista e historiador.¹⁶⁸

É com esta reputação que em 1535 lhe é encomendada a elaboração de um tratado que descrevesse a organização e serviço ordinário da corte do príncipe Juan, tio de Filipe. Aquela corte representava um autêntico modelo cortesão segundo os autênticos usos do cerimonial em Castela,¹⁶⁹ e por isso era essencial que esse protocolo estivesse presente na formação do futuro herdeiro de Carlos I.¹⁷⁰

O tratado, porém, somente será escrito doze anos depois, em um dos retornos de Fernández de Oviedo à corte espanhola. Apesar de mais de quarenta anos transcorridos desde a entrada do cronista como moço de câmara na corte de Juan, Santiago Frabegat assinala que desde o falecimento do príncipe, não havia mais testemunhas disponíveis para a descrição tratadística daquela corte.¹⁷¹

Para a época em questão, Fernández de Oviedo seria a pessoa com mais capacidade de escrever sobre os usos e a etiqueta. Ainda segundo Santiago Frabegat, o período em que o cronista passou a serviço do príncipe lhe proporcionou um conhecimento profundo acerca do protocolo do ambiente palatino e como se utilizar dele. Este valioso ensinamento possibilitou não só a sua ascensão hierárquica como também “una aspiración vital, la cortesana”,¹⁷² como demonstrado pelos anos a serviço de outros importantes senhores ao longo da vida.

A relação próxima com o príncipe Juan e a redação do *Libro de la cámara* atestam o protagonismo e a importância de Fernández de Oviedo na política castelhana. Ao descrever a função dos cronistas, o autor diz que “historiadores e cronistas son en la Casa Real ofiçio muy preeminente, e el mismo título dize qué tal ha de ser e de qué habilidad el que tal ofiçio exerçitare, pues ha de escrever la vida e discursos de las personas reales”.¹⁷³ Mesmo que sua renomada fama como escritor já fosse anterior à execução do tratado, percebe-se que o cronista faz questão de ressaltar a proximidade com o príncipe Juan e sua competência para falar sobre a etiqueta castelhana:

¹⁶⁸ *Ibidem*, p. 24.

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 46 Se buscava um modelo de cerimonial tipicamente castelhana para diminuir a forte influência estrangeira na corte de Carlos I.

¹⁷⁰ *Ibidem*, p. 43.

¹⁷¹ *Ibidem*, p. 44. A maioria dos criados que havia servido na corte do príncipe dom Juan ou já tinham falecido, ou eram idosos ou estavam nas Américas.

¹⁷² *Ibidem*, p.15

¹⁷³ *Ibidem*, p.162.

Le avían certificado que yo le sabría dezir lo que vi como criado de la cámara de aquel glorioso príncipe, en lo qual yo serviria mucho a Vuestra Alteza [...].

Por tanto, he acordado de poner en este breve tractado lo que se uso en mi tiempo en la Cámara Real, porque sospecho que será provechoso, en todo o en parte, para que Vuestra Alteza sea servido e se continúe por aquel tenor que el Emperador nuestro señor quiso significar de su tío, para que Vuestra Alteza se criase e mejor le serviessen como a verdadero príncipe de Castilla, tomando delante el dechado que es dicho.¹⁷⁴

Percebe-se, então, que Fernández de Oviedo não só era famoso por dominar esses conhecimentos, mas também faz questão de confirmar sua sabedoria acerca do protocolo cerimonial. Com esse discurso percebemos que o cronista se coloca como um dos poucos habilitados a fazer do príncipe um verdadeiro rei de Castela: mantendo a tradição dos costumes de seu falecido tio.

A análise do *Libro de la cámara* se tornou importante para esta dissertação na medida em que ele representa um exemplo de documento escrito por um típico cortesão, aspecto evidenciado pelo completo domínio que o autor apresenta sobre os detalhes da rotina de um príncipe. A minuciosidade com que o cronista descreve o serviço cotidiano no palácio, as excursões de caça, as aulas de Juan com seu preceptor ou as aulas de canto, mostra o quanto este relato é fundamental para a análise daqueles que pretendem estudar o cerimonial da corte castelhana,¹⁷⁵ e, portanto, o comportamento político destes personagens.

Consideramos que as características até aqui apresentadas atestam a relevância destes dois documentos tanto para nós, historiadores, quanto para os leitores da época. No entanto, é fundamental esclarecer que ainda que ambos os registros representem tradições que devem ser preservadas, eles são plenos de historicidade, pois estão a serviço de agendas políticas, seja a de Juan II ou a de Carlos I. De acordo com Susani França, as crônicas “constroem o mundo e vinculam valores e modelos, bem como o que era com o que deveria ser, buscando respaldar-se numa tradição que se alimentava em grande parte em textos escritos.”¹⁷⁶ Portanto, é evidente que esses cronistas-historiadores, ainda que reforcem a sua neutralidade no momento de seus relatos, têm opiniões e posicionamentos políticos. Além de estarem a serviço de seu rei, eles estão

¹⁷⁴ FERNÁNDEZ DE OVIEDO, *op. cit.*, p.82.

¹⁷⁵ FABREGAT BARRIOS, *op. cit.*, p. 14.

¹⁷⁶ FRANÇA, Susani Silveira Lemos. *Os reinos dos cronistas medievais* (século XV). São Paulo: Annablume, 2006, p. 12.

inseridos dentro de uma corte cuja trama política envolve todos aqueles que dela fazem parte.

Dessa maneira, a própria tipologia documental justifica a complexidade que devemos apreender da leitura da crônica do *Halconero* e do *Libro de la cámara real*. Com o objetivo de educar reis e senhores, estas obras serviram de modelos para os restantes membros do corpo social e, por isso mesmo, tinham também responsabilidade naquilo que uma sociedade era ou não chegava a ser.¹⁷⁷ O ensino sobre as especificidades da posição dos nobres em comparação com os outros estratos da sociedade, com o intuito de “regular comportamentos, definir o modelo ideal de dirigente e de nobre e preservar a ordem social”¹⁷⁸, confirma o quanto estes documentos são úteis para o historiador da cultura política.

¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 92.

¹⁷⁸ *Idem*.

CAPÍTULO 3

O prestígio nobiliárquico

No capítulos do *Halconero*, Carrillo de Huete descreve uma sequência de festas de cavalaria ocorridas no reino de Juan II, momento de grande efervescência política em Castela. A apresentação desses festejos é bastante rica em detalhes, como vemos na festa do infante Dom Enrique:

Fizo em la plaza de la dicha villa, al cantón de la calle que sale de la puerta del Campo a la plaza, vna fortaleza, la qual hera de madera e de lienço. Hera fecho por esta vía: vna torre muy alta, com quatro torrejones encima; encima del suelode la torre, yn campanário fecho, e vna canpana puesta en él. E encima del campanário vn pilar, fecho por la mesma vía de la torre, el qual parecia de piedra. E encima del pilar estava vn grifo dorado, el qual tenía em los brazos vn estandarte muy grande de blanco e colorado. E em los quatro torrijones, encima de la torre, em cada vno su estandarte pequeno, por la mesma vía que el mayor.¹⁷⁹

Pelas minúcias estéticas e arquitetônicas do cenário da festa, percebemos que se tratava de um verdadeiro espetáculo cavaleiresco: além das torres, fortalezas, confecção de bandeiras e estandartes, a festa contava com animais, menestréis, carro alegórico, muitas donzelas e roupas de tecidos luxuosos.¹⁸⁰

O grande evento organizado pelo infante Dom Enrique, no entanto, não destoava das festas que são apresentadas na sua sequência. Uma delas, oferecida por dois membros da nobreza castelhana e navarra, confirmam tais características:

Luego el martes siguiente, que se contaron ocho días del mes de junio del año de veynte e ocho, fezieron armas retretas, delante el señor Rey de Castilla, mosén Gonzalo de Guzmán, señor de Torija, com vn cavallero de Aragón, que se llamava mosén Luys de Faces. E la liça donde ficieraon el campo fué em el corral de San Pablo de Valladolid. E fué muy ordenada, de sus palenques doblados, e de dentro su patín para a pie, al pie de donde estaban los cadahalsos donde mirava el señor Rey. E las armas fueron/ em esta guisa: vna tela puesta en mitad de la liça, e a las dos esquinas dos tendas. E ellos venieron ay com cada três pajés bem rricos, e sus estandartes, e com muchos farautes e menestriles e tronpetas.¹⁸¹

Os exemplos destes fragmentos mostram que há uma repetição nos rituais das festas, seja na sua decoração e ou na sequência das etapas que as compõem. Isso nos leva a supor que há um modelo festivo, bastante frequente na Baixa Idade Média, que

¹⁷⁹ CARRILLO DE HUETE, *op. cit.*, p. 20.

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 22.

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 26.

revela uma nítida concorrência entre os membros da nobreza. Esses nobres, cavaleiros e/ou anfitriões destes eventos, rivalizam entre si para oferecer as festas mais brilhantes, os banquetes mais suntuosos e as celebrações mais memoráveis.¹⁸² As justas, os duelos e torneios, e todas as dimensões que envolvem as festas cavaleirescas, pressupunham grandes somas de dinheiro convertidas em um verdadeiro espetáculo para os participantes e o público assistente.¹⁸³

Em outro trecho, Carrillo de Huete mostra também como esses membros da nobreza peninsular estão reunidos em um mesmo contexto cerimonial; cavaleiros e promotores de festas circulam entre os reinos, em busca de oportunidades para ostentar seu poder e aumentar seu prestígio. Nem o monarca foge a esta regra, tendo em vista que sua condição nobre exige virtudes cavaleirescas que devem ser demonstradas. Se as reverências ao final dos torneios se destinam à sua figura, o rei, por meio da adulação e emulação, também reconhece os seus iguais:

E luego tomaron los padrinhos, e llegaron al Rey a fazerle rreuerençia, e troxiéronlos cada vno a su tienda, a desarmar. E luego e señor Rey de Castilla enbióles sendas rropas bien rricas, de clemesín brocado de oro e afforadas de martas, com que salieron de las tendas. E los padrinhos de los caballeros eran éstos: de mosén Gonzalo de Guzmán, don Fadrique, fijo del almirante de Castilla; e de musén Luys, Iñigo López, senõr de Buytrago, fijo del almirante Diego Furtado.¹⁸⁴

Estas primeiras impressões sobre a crônica de Carrilo de Huete nos indicaram que o documento oferecia boas oportunidades para uma análise que considerasse o cotidiano da corte, suas diversas cerimônias e a dinâmica política que as envolvia. Essa percepção concorre para acentuar a necessidade de analisar as narrativas cerimoniais por meio de novas chaves interpretativas que destaquem a dimensão cultural e política, tal como nos inspira a obra de Norbert Elias.

Na perspectiva de Elias, a racionalidade da corte é baseada, em primeiro lugar, no planejamento calculado da estratégia de comportamento em relação a possíveis perdas e ganhos de status e prestígio, sob a pressão da competição pelo poder.¹⁸⁵ A ideia central do sociólogo acerca do poder está diretamente ligada à lógica do prestígio, envolvendo toda a dinâmica da vida na corte e, por sua vez, os rituais e cerimônias. É a partir da busca por alcançá-lo, que os convivas e o rei organizam suas

¹⁸² MARTIN CEA, Juan Carlos. Entre platos, copas y manteles: usos y costumbres sociales en torno a las comidas en la Castilla Bajomedieval. In: MARTIN CEA. *Convivir en La Edad Media*. Burgos: Editorial Dosssoles, 2010, p. 254-282. p. 271.

¹⁸³ ANDRÉS DIAZ, *op. cit.*, p. 95.

¹⁸⁴ CARRILLO DE HUETE, *op. cit.*, p. 26.

¹⁸⁵ ELIAS, *A Sociedade... op. cit.*, p.110.

atividades cotidianas meticulosamente calculadas, em que cada movimento é previamente estabelecido, revelando um sinal de prestígio. Cada atitude demonstrada em determinada cerimônia simboliza como funciona a divisão do poder daquela sociedade.¹⁸⁶

No caso do ritual em que o monarca se despe, por exemplo, cada etapa possuía um valor de prestígio bem definido que recaía sobre todos os participantes. Podemos constatar isso no *Libro de la Cámara Real*, onde há uma rica descrição do cenário do quarto do príncipe, com uma sequência minuciosa de rituais desde seu despertar, passando pela refeição, até o momento de dormir. Ao falar das incumbências acerca do ofício do *camareiro mayor*, Gonzalo Fernández de Oviedo mostra como funciona esse protocolo diário da câmara:

Al tempo que el príncipe se acostava para reposar la noche, dava Su Alteza al camareiro la orden del vestido que queria traer e vestirse el día siguiente, e el camareiro mandava al moço de câmara que tenía las llaves dela, como su teniente, que toviese para outro día, de mañana, aparejado todo aquello. [...]Por la mañana el camareiro tomava la camisa, e el pañizuelo de nariçes e la cofia com que se devia tocar la cabeça el príncipe a noche venidera, que era um garvín, alias cofia de red de seda, e, embuelto en una towalla, llevávalo uno de los de la câmara e ivan a vestir al príncipe. [...]Después que el príncipe [...] se avía calçado las calças e él le avía ayudado a se atacar, tomava el camareiro la camisa que él príncipe avía tenido esa noche vestida e, envuleta en una towalla, la dava a la puerta al que tenía cargo del retrete. [...]En el retrete estava un bacín de plata en el que el príncipe se sentava para lo que no se puede escusar, pero como açessorio. Éste es ofício particular del moço del baçín, pero con outro baçín e aquése tiene el cargo de le llevar e traer debaxo de su capuz quando conviene. [...] Después que el príncipe se ha peinado e calçado, se salían luego el çapatero y el barbeiro, e se acabava de vestir de mano del camareiro aquellas ropa que los moços de câmara, hecha la salva, le daban, que, como dicho és, avían allí llevado.¹⁸⁷

Para Elias, mesmo que de fato o monarca necessitasse se despir, o aparato ao redor desse ato não se justificava pela sua utilidade. A mera presença de um nobre nesse tipo de ritual era um privilégio que o distinguia em relação aos demais, cuja concessão pelo monarca era utilizada como instrumento de dominação, sem um objetivo realmente prático ou funcional. O valor de prestígio era algo evidente por si mesmo e servia como indicador da posição do indivíduo, nesse caso, do camareiro, no equilíbrio de poder entre os cortesãos.¹⁸⁸

¹⁸⁶ *Ibidem*, p.102.

¹⁸⁷ FERNÁNDEZ DE OVIEDO, p. 93-95.

¹⁸⁸ ELIAS, *A Sociedade...op. cit.*, p. 103.

Nesse sentido, o prestígio, o status e o poder que os entrelaçam eram alcançados de acordo com o comportamento de cada um nas cerimônias cotidianas. A hierarquia dos privilégios, baseada nos parâmetros da etiqueta, é mantida pela disputa dos indivíduos envolvidos em tal dinâmica, que são privilegiados por ela e preocupados em preservar suas pequenas regalias e o poder que elas conferiam. Para Elias, aos poucos, essa etiqueta passa a se desenrolar no vazio, de forma que as funções “secundárias” do poder (prestígio, status) sobrepujam as funções primárias ou utilitárias.¹⁸⁹ Essa lógica do prestígio, que tem um fim em si mesmo, nos apresenta outra forma de enxergar o exercício do poder, baseada em valores e normas de comportamento.

Apesar de o sociólogo elaborar sua teoria para a corte do século XVIII, ele afirma que as “competições por prestígio e status podem ser observadas em muitas formações sociais; é possível que se encontrem em todas as sociedades”.¹⁹⁰ Assim, inspirados pelas ideias de Elias, pensamos que também é possível analisar a corte e o poder medievais com base nessa lógica interpretativa. O estudo da narrativa das fontes da época nos permite verificar essa perspectiva.

A documentação selecionada apresenta bons exemplos que corroboram a ideia de como a lógica do prestígio tinha grande relevância para a vida na corte e para o desempenho do poder político. Nos primeiros capítulos da *Crónica del Halconero de Juan II* já podemos constatar uma sucessão de eventos envolvendo prestígio, cerimônias e disputas políticas entre reis, infantes, e o condestável de Castela, Álvaro de Luna.

A narração que o cronista faz dos eventos ocorridos, entre 1423 e 1428, segue uma sequência cronológica que sugere uma explicação de como as cerimônias e o prestígio a elas inerente não eram meros detalhes da trama política. Como ponto inicial dos acontecimentos, partimos da cerimônia em que Álvaro de Luna é feito condestável de Castela, descrição em que o próprio Carrilo de Huete destaca o tratamento diferenciado que é dado ao ainda criado:

Miércoles, diez e ocho días de setiembre, año de mil e quatroçientos e veynte e tres años, día de Sancta María, fizo el Rey duque de Arjona al conde don Fadrique, sin cerimonia alguna, en Valladolid.

En este mes de setiembre e año suso escripto, fizo el Rey su condestable a su criado Álvaro de Luna, estando em Tordesyllas, con muchas çerimonias. Este condestable dió muchas dádivas de caballos,

¹⁸⁹ *Idem.*

¹⁹⁰ *Ibidem*, p. 110.

e muchas rropas, a todos los caballeros que a lasazón ally estaban. Este día dió el Rey muchas rropas de azeytuný brocado, e muchas rropas de seda e de lana forradas en martas, a todos los de su cassa, e muchas joyas. E fizo justar a estos cavalleros de su cassa.¹⁹¹

Se nos detivermos nos detalhes da cerimônia, percebe-se que Álvaro de Luna desfruta de certas regalias superiores em relação ao conde Dom Fadrique. Segundo Carrillo de Huete, o condestável não só mereceu uma cerimônia, como nela foram oferecidos cavalos, roupas, joias e uma festa tipicamente cavaleiresca. Estas características, que possivelmente poderiam ser encaradas como meros detalhes de um ritual, na verdade indicam também um aspecto interessante da cena política que envolve Juan II: o rei, que é superior, veste seu inferior adequadamente para uma ocasião nobre. Tal atitude do monarca, relatada pelo documento, abre a possibilidade de se discutir um aspecto importante destacado por Elias: o uso da etiqueta por parte do rei como forma de dominação dos súditos, mas também de sua própria sujeição a ela.

Para o sociólogo, a etiqueta e o cerimonial representam um “instrumento de dominação altamente flexível nas mãos do rei”,¹⁹² pois ele utiliza a constante competição por prestígio e favorecimento entre os nobres para alterar a posição de determinado indivíduo dentro da corte, de acordo com seus objetivos. No entanto, essa concessão de privilégios e favorecimentos não afeta somente aqueles que ganham ou perdem prestígio; afeta diretamente o monarca. Sendo ele também um nobre - o primeiro deles - está igualmente sujeito à grandiosidade e às exigências comportamentais típicas da nobreza, de forma que ele “não podia submeter os outros indivíduos ao cerimonial e à coerção de representar sem submeter-se a si mesmo.”¹⁹³ Dessa maneira, faz sentido que o monarca tenha o interesse de manter a nobreza - seu corpo político - como camada distinta e separada das demais, o que justifica a necessidade de elevar os futuros participantes de sua corte a tal condição. Como visto no trecho selecionado, sendo Juan II, membro da nobreza, mas também concorrente dela, tem a necessidade de demonstrar seu poder constantemente a seus iguais e às outras camadas sociais por meio de atos simbólicos. A cerimônia oferecida ao condestável de Castela exemplifica essa situação: o rei castelhano, ao mesmo tempo em que veste bem os convivas para engrandecê-los, também se engradece por meio do

¹⁹¹ CARRILLO DE HUETE, *op cit.* p. 9.

¹⁹² ELIAS, *A Sociedade... op. cit.*, p. 107.

¹⁹³ *Ibidem*, p. 149-150.

gesto. Juan II prestigia Álvaro de Luna, com uma cerimônia repleta de pessoas bem vestidas e ornamentadas, e simultaneamente se glorifica ainda mais por estar rodeado de pessoas qualificadas para acompanhá-lo e aconselhá-lo.

Após o acontecimento notório envolvendo o condestável, a crônica segue com grandes eventos do ano de 1425, como o nascimento do futuro rei de Castela e a invasão do território castelhano pelo rei Alfonso, de Aragão. Alfonso visava soltar seu irmão, o infante Dom Enrique, preso a mando de Juan II. Após algumas tentativas frustradas de resistência, Juan II manda soltar o infante e vai até a vila de Roa para entregar o infante a seu outro irmão, Juan de Navarra.¹⁹⁴

No ano de 1427 ocorre a entrada deste infante Dom Enrique em Castela sem a licença do rei castelhano. A chegada de Enrique fazia parte de uma reunião entre poderosos em Valladolid a fim de “tratar con ellos secretamente como desbiasen de la corte e de la voluntad del Rey al condestable.”¹⁹⁵ A partir desse trecho, iniciam-se longas disputas e intrigas políticas que se estenderão ao longo de toda a crônica. Nesse contexto, autor apresenta de forma muito interessante as alianças e as tentativas dos infantes aragoneses em diminuir o poder do condestável e/ou do próprio Juan II:

[...] E ayuntados en Valladolid; el rrey de Nabarra, e el ynfante don Enrrique, e muchos cavalleros, perlados e maestros, la mayor parte del rreyno, todos juntamente enbiaron al Rey suplicaçiones, pidiéndole por merçed que mandasse apartar de sy e de su corte al dicho condestable, dándole para ello muchas causas e rrazones.¹⁹⁶

Após muitos debates e discussões com os que estavam reunidos, Juan II concordou que a decisão fosse tomada por quatro deputados: dois representando a parte do condestável e outros dois a parte contrária à permanência deste na corte. A sentença dos deputados acaba por decidir o afastamento de Álvaro de Luna:

Jueves siguiente, a quatro días del mês de setiembre, dieron sentençia los deputados: que se fuese el condestable don Álvaro de Luna por año e medio de la corte, e todos sus familiares.
[...] Sábado siguiente, seys días del mês de setiembre, año que suso dize de mil y quatroçientos e veynte y siete años, partió don Álvaro de Luna, condestable de Castilla, de Simancas para Santesteban, e fué a comer a Tudela de Duero. E yvan con él muchos cavalleros e gentiles hombres de su cassa.¹⁹⁷

¹⁹⁴CARRILLO DE HUETE, *op. cit.*, p. 11.

¹⁹⁵*Ibidem*, p. 11.

¹⁹⁶*Idem*.

¹⁹⁷*Ibidem*, p. 13.

Para os infantes aragoneses, a forte influência de Álvaro de Luna sobre Juan II ameaçava a presença da casa aragonesa em Castela. O crédito que o monarca castelhano dava a determinados personagens que o rodeavam transformava-se em motivo de lutas políticas que se espalhavam para todos os lados:

Lunes siguiente, veinte e dos días del mes de setiembre deste año, fué preso Fernán Alfonso de Robles, contador mayor del Rey de Castilla. E prendióle Ruy Díaz de Mendoça, mayordomo mayor del señor Rey; e llebólo al alcáçar de Segobia, por mandado del Rey. El qual fué preso em Tudela; e fué acordado de su prisión en las heras de Burguillos. E esta prisión procuraron algunos cavalleros, por enojo que dél tenían de los hechos passados; e asymismo por quanto el señor Rey le dió mucha fee syenpre, e rrecelavan que les enpacharía mucho sy ally estubiese. E al señor Rey plogo su prisión, e dió lugar a ello, porque fué en dar sentençia para que el condestable saliese de la corte.¹⁹⁸

Apesar de não termos informações suficientes acerca de Fernán Alfonso de Robles, a narrativa mostra que sua prisão era desejada por muitos cavaleiros, não só por ações passadas do contador, mas também pelo prestígio de que ele gozava junto ao monarca, o que “enpacharía mucho sy ally estubiese”. Interessante também notar que a atitude de Juan II ao acatar a prisão também se ligava ao afastamento de Álvaro de Luna, já que Fernán Alfonso teria contribuído para a saída do condestável da corte.

O exemplo de dois personagens que ganham relevância junto ao monarca nos mostra como esta posição na corte está diretamente ligada à política do reino. A lógica do prestígio, dinâmica e circunstancial, apresenta um panorama em que os grupos em concorrência, ora se apoiam, ora se enfrentam, dependendo do objetivo do momento. O monarca, cabeça política e mediador entre os corpos, tem de saber lidar com várias situações de maneira harmônica, sem prejudicar a coletividade – alegação que os infantes aragoneses usavam para afastar o condestável¹⁹⁹– e sem eliminar seus interesses. Em outra situação similar, Juan II, que prendera o infante Dom Enrique, solta-o depois e vai com ele encontrar a infanta Catalina, irmã de Juan e prima/esposa do infante aragonês:

Miércoles veynte y quatro días deste mês de deziembre, vispera de pascoa de Nabidad, vino el ynfante don Enrique con nuestro señor el Rey a Turuégano, a ver a la señora Reyna su hermana, a la qual nunca abía visto después que lo prendieron.²⁰⁰

¹⁹⁸ *Ibidem*, p. 14.

¹⁹⁹ *Ibidem*, p. 11.

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 15.

Posteriormente, é a vez dos infantes aragoneses retrocederem em seu posicionamento contra Álvaro de Luna e decidirem pela volta do condestável:

Después, como vieron algunos cavalleros de los principales que el rrey de Navarra e el ynfante don Enrrique su hermano tenían en los fechos del rreyno tan gran logar que a ellos les cavía poca parte, e asy mismo acatando que no podían desviar de la voluntad al Rey al su condestable, començaron a tratar secretamente de lo tornar a la corte. Pero no pudo ser el trato tan secreto, que no fuese sentido del rrey de Nabarra e del ynfante. E como lo sentieron, deliberaron ellos de tener luego con el Rey, e trataron con el condestable, e finalmente concluyóse su venida.²⁰¹

A cerimônia envolvendo Álvaro de Luna mais uma vez ganha destaque no relato de Carrillo de Huete e nos permite compreender o retorno do condestável, como um verdadeiro evento político. Aspectos interessantes do jogo de poder podem ser levantados nesse evento, ocorrido em 1428: o regresso de alguém tão próximo a Juan II não só foi decidido por reis e senhores de Aragão, Navarra e Castela, mas o próprio condestável se apresenta como digno da nobreza, acompanhado por homens de estado, em grande quantidade, e bem ornados como “nunca antes visto”.

Viernes a seys días del mês de febrero [...] entró el condestable de Castilla don Álvaro de Luna, co licencia de nuestro señor el Rey don Jhoan, e con consejo del rrey de Nabarra e del ynfante don Enrrique sus primos, e de todos los grandes de su rreyno, que a la sazón estaban todos juntos em çidad de Segobia.

E entró muchos grandes, así prelados como homes de estado, que serían fasta quatroçientos e cinquenta cabalgaduras.[...]

[...] E estos venían tan vien guarnidos, así de sus personas como de cavaloes e pajés, que omes que aquellos vieron abia gran tempo que nunca em Castilla otros tan vien guarnidos vieron. Que todos venían bordados de azeytuny e de argentería: de la manera que ellos venían, asy venían sus pajes.

E el condestable venía vien bordado de argentería, e quatro pajes por aquella vía muy grandes e muy fermosos, e muy bien guarnidos a maravilla.²⁰²

A menção acerca do número de homens que acompanham o condestável e o uso do epíteto de “grandes” ou “homes de estado” objetivava mostrar que se tratava não só de uma qualidade moral, mas era sinônimo de “poderosos” ou “cheios de prestígio”.²⁰³ A narrativa do cronista, ainda no ano de 1428, prossegue com vários encontros entre o condestável e os senhores e reis de Castela e Navarra, e Álvaro de Luna continua sendo apresentado como um personagem digno desse prestígio. Um

²⁰¹*Ibidem*, p. 16.

²⁰²*Ibidem*, p. 17-18.

²⁰³MATTOSO, José. *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p. 310.

nobre, armando-se como cavaleiro, participando de justas e compartilhando sua pousada com seus iguais:

Domingo a dos días del mes de mayo deste año escripto, mantovo en arnés rreal el condestable de Castilla, don Álvaro de Luna, e otros syete cavalleros que con él yban. E salieron a ellos el Rey de Castilla, e el rrey de Navarra, e el ynfante don Enrrique; e todos tres juntos venieron a la tela, e después salieron otros muchos cavalleros. E el Rey de Castilla quebro dos varas vien flertes, e el rrey de Navarra vna. Este día a la noche cenaron con el condestable en su posada el Rey de Castilla, e el rrey de Navarra, e la Reyna de Castilla, el ynfante don Enrrique, e la ynfanta doña Catalina, su muger, e laynfanta doña Leonor. E dormieron dentro en el cuerpo de la posada del condestable todos los sobredichos, saluo el rrey de Nabarra e el condestable, que dormieron en la posada del doctor Diego Rodríguez, vno del Consejo del señor Rey.²⁰⁴

Escolhemos analisar alguns acontecimentos entre os anos de 1423 e 1428 para sublinhar que o jogo político na corte não pode ser estudado sem se levar em conta alguns fatores “subjetivos” que influenciam e muitas vezes determinam as práticas políticas. O status, o prestígio e a honra são aspectos fundamentais para uma sociedade tradicional, como a medieval.

Entretanto, esses aspectos não são evidências de um modelo rígido de sociedade, mas o contrário. Como já mencionado, a maneira de fazer política na Idade Média é muito mais dinâmica do que parece. Nesse sentido, Norbert Elias ainda nos serve de inspiração, por meio de seu conceito de interdependência e de sua análise da corte absolutista. Para ele, o exercício do poder está relacionado com a dependência dos indivíduos entre si, da qual se origina o tipo de “figuração” formada:

Observando com mais atenção, descobrimos que se trata de maneiras específicas de dependência dos indivíduos entre si, ou, com um *terminus technicus*, de interdependências específicas que mantêm os homens ligados em uma determinada formação e que conferem a essa formação, muitas vezes ao longo de várias gerações – com certas mudanças e desenvolvimentos -, sua durabilidade. A análise de interdependências [...] mostra que tais vínculos nem sempre são apenas de natureza harmônica e pacífica. É possível depender tanto de rivais e oponentes quanto de amigos e aliados. Balanças de tensões multipolares, como as que vêm à tona no caso da investigação da sociedade de corte, são fatores característicos no caso de muitas interdependências: elas se encontram em todas as sociedades diferenciadas. Suas modificações a longo prazo, assim como muitas vezes sua dissolução, a destruição de um equilíbrio de tensões tradicional e a ascensão de um novo, podem ser estudadas através de uma análise minuciosa.²⁰⁵

²⁰⁴CARRILLO DE HUETE, *op. cit.*, p. 19.

²⁰⁵ELIAS, *A Sociedade...op. cit.*, p. 156.

Se prestarmos atenção ao que os documentos apresentaram neste breve recorte temporal escolhido para a análise do prestígio na corte castelhana de Juan II, é possível constatar vínculos políticos entre os grupos e indivíduos que não são sempre pacíficos. Como notamos, o prestígio que envolve o personagem de Álvaro de Luna, mas também Fernán Alfonso de Robles, era um motivo de rivalidade entre os protagonistas do panorama político da época. Uma rivalidade, porém, que se dissolve posteriormente, mesmo que temporariamente.

Pensamos que o prestígio na corte exige uma melhor compreensão do contexto medieval e como funcionava o ambiente que freqüentavam os cortesãos. Apesar de nos remetermos à obra de Elias como ponto inicial para abordar a temática, algumas peculiaridades da nobreza peninsular permitem dar mais complexidade à análise da lógica do prestígio para a Idade Média.

Não podemos esquecer que a corte estudada pelo sociólogo não oferecia a seus membros qualquer possibilidade de escape, ou alternativa de fonte de status, além da corte parisiense. Dessa maneira, “para os cortesãos do Ancien Régime não existia a possibilidade de se mudar, de deixar Paris ou Versailles, transferindo-se para um espaço equivalente e levar uma vida do mesmo nível e significação, sem perder prestígio em relação às pessoas da mesma posição social e sem perder a autoestima.”²⁰⁶ Sair desse fascinante centro de poder e status significava a perda da própria identidade como nobre. Esse não é o panorama da Idade Média.

Apesar de concordamos com Elias, e considerarmos que as relações políticas e interpessoais entre os nobres se baseavam em valores como honra e status, a lógica do prestígio medieval parece ser mais complexa do que aquela referente à sociedade de corte moderna. Se a documentação que utilizamos mostra que há uma forte presença desses valores entre os membros da corte, entretanto isso não permite afirmar que o prestígio estaria concentrado em um único lugar. A Península Ibérica apresenta uma pluralidade de espaços de prestígio: diversas cortes que se assemelham, se comunicam, se emulam e se imitam. O espaço de circulação da nobreza era muito maior do que o da corte do Antigo Regime. Castela, Portugal, Leão e Navarra configuram espaços de rituais e cerimônias que estão em contato permanente. Essa forte conexão entre as cortes peninsulares ocorre não somente pelos casamentos arranjados entre os reinos, mas também pelo discurso que esses nobres utilizam para justificar seus objetivos

²⁰⁶*Ibidem.* p. 116.

políticos. Ao falar da rainha de Aragão, Dona Leonor, Carrilo de Huete destaca o entrelaçamento entre os protagonistas de sua crônica:

E esta rreyna doña Leonor hera [la] más generosa que abía en España; que hera suegra del Rey don Jhoan de Castilla, madre de la Reyna doña Maria, e muger que fué del rrey don Fernando de Aragón; e madre del rrey don Alfonso de Aragón, e madre del rrey don Jhoan de Navarra, e madre del ynfante don Enrrique, el qual era casado con la ynfanta doña Catalina, fija del rrey don Enrrique, hermana legitima del Rey don Jhoan de Castilla. E eso mesmo madre del ynfante don Pedro, e madre de la ynfanta doña Leonor, la qual hera casada com el ynfante Duarte, primogénito de Portugal, e sobrinha del rrey de Portugal, fija de su hermana del ynfante Duarte.²⁰⁷

As ligações matrimoniais entre os personagens não impediam a ocorrência regular de conflitos. O discurso utilizado para justificá-los ou solucioná-los é encontrado no fragmento que o cronista copia de forma direta da carta enviada pelos reis de Aragão e Navarra ao de Castela, para tratar da guerra entre os dois reinos. Os trechos são muito interessantes quanto ao discurso político utilizado no documento, no intuito de convencer Juan II a respeitar o laço existente entre os três reinos:

Mas entendiendo los grandes debdos e acostamientos e amores que son e deuem ser entre los rreyes e cada vno dellos, e cómo son todos descendidos de vna casa, e considerando más encara cómo algunas personas por sus yntereses se esfuerçan e desean poner turbación e escándalos entre los dichos rreyes, e procurar los tales mouimientos e cosas, quanto en los dichos rreyes será por dar rrazón de sí mesmos a Dios e al mundo, entiendo avien guardar más encara avn monte por su poder, como es enrrazón, e nunca dar logar al contrario, e no abçeptaron voluntariosamente en otra alguna.

E con aqueste propósito, e por cosas que cunplen a onor e bien de todos los rreyes, e señaladamente del dicho Rey de Castilla, e benefício de sus rreynos [...] los rreyes de Aragón e Nauarra [entraron] en el rreyno de Castilla, por certificar e como primos hermanos e amigos, syn fazer daño ni injuria a persona alguna;

[...] Por la rrazón, los rreyes, considerados los dichos deudos e otras rrazones suso dichas, deliberaron venirse en sus rreynos e ynformar por otra vez al Rey de Castilla, e a los grandes e buenos de su rreyno que aman su bien, de las cosas que fueron mouidas a ser ver con el Rey de Castilla.

[...] E diredes que los dichos rreyes de Aragón e Nauarra abrán placer e consolação de la vista del Rey de Castilla, asy como primo hermano, la persona e estado e onor e vien del qual aman tanto como a sy mesmos, e lo rreçebirán como cunple a tal príncipe e a tan debdoso com ellos, e por quien an de poner personas e vienes.²⁰⁸

Notamos que ao longo da carta se recorre às relações de parentesco que os une como argumento, por descenderem da mesma casa (Trastâmara) e prezarem pelo amor

²⁰⁷CARRILLO DE HUETE, *op. cit.*, p. 56.

²⁰⁸*Ibidem*, p. 64-65.

e honra entre si. Os dois monarcas revelam surpresa pelo fato de haver guerra “pregonada entre Castilla e Aragón e Nauarra [...] syn causa alguna rrazónable, syno es por yntereses de las dichas personas”,²⁰⁹ entre as quais, supostamente, estaria Álváro de Luna. A justificativa é interessante na medida em que sugere complacência quanto ao comportamento do monarca, pois se ele governa mal, o faz por influência de certas pessoas e cabe aos seus primos – também monarcas – preservar seu reino. É assim que a carta adverte Juan II para acatar as ponderações dos dois reis e, caso contrário, eles serão forçados a invadir Castela:

E caso que por siniestras ynformaciones e consejos de las personas, la yntención del Rey de Castilla no sea conforme a la de los rreyes de Aragón e de Nauarra, e por su poder desbiarán toda rrotura e escándalo, e nunca ellos vernán sino forçados. En el qual caso se ala culpa e caso del Rey de Castilla más propriamente de las dichas personas de siniestra yntención.²¹⁰

Com base nesses trechos verifica-se a relação e conexão entre os reinos, que não significava apenas uma estratégia discursiva, mas uma verdadeira prática de circulação e mobilidade de nobres entre as cortes. Segundo Rita Costa Gomes, várias famílias da alta nobreza, como as dos Meneses, Albuquerque e Pachecos servem como exemplos de grupos que exerciam dupla influência tanto em Portugal quanto em Castela.²¹¹ E a ligação entre elas não se dava somente por questões de parentesco:

Por último, veremos uma tendência estrutural da sociedade de corte em Portugal no movimento de circulação de nobres entre as várias cortes peninsulares, implicando a permanente abertura deste meio à presença de estrangeiros. Um movimento que liga [...] a *entourage* dos reis portugueses à dos castelhanos, de modo capilar. Esta circulação, bem patente na trajetória dos Meneses e dos Albuquerque, mas também dos Castros e até dos Pachecos na corte portuguesa de Trezentos, antecedendo um movimento paralelo de envolvimento de linhagens portuguesas na corte castelhana de Quatrocentos, constitui um forte argumento a favor da existência de uma verdadeira comunidade nobiliárquica e cortesã peninsular não alicerçada apenas na contiguidade e na existência de ligações de parentesco fomentadas pelas alianças matrimoniais.²¹²

Tal movimento pode ser notado também com relação a outros estratos nobres, como os que a autora chama de “nobreza breve”.²¹³ Nela estariam incluídos os exilados castelhanos e galegos que, entre os anos de 1360 e 1380, foram acolhidos na

²⁰⁹ *Ibidem*, p. 65.

²¹⁰ *Ibidem*, p. 65.

²¹¹ GOMES, *A corte.... op. cit.*, p. 66,70.

²¹² *Ibidem*, p. 88.

²¹³ *Ibidem*, p. 98.

corte portuguesa. A autora destaca a permeabilidade da corte portuguesa em relação aos nobres oriundos de outras regiões da Península Ibérica, o que, segundo os valores da época seria “expressão do prestígio e autonomia dos nossos monarcas”. A abertura para estrangeiros nas cortes régias parecia ser um fenômeno muito conhecido também nos outros reinos na Europa medieval e isso estaria vinculado ao estado endêmico de guerra que prevalece nos séculos XIV e XV.²¹⁴

Para além do contexto de guerra que estimula a circulação desses nobres, lembramos que frequentar a corte régia por si só – fosse castelhana ou portuguesa – conferia bastante prestígio. O status associado ao sangue real resultava numa forte atração da corte sobre a nobreza mais rica e poderosa,²¹⁵ o que representou mais um fator de hierarquização da nobreza cortesã. No século XV constata-se forte preeminência das linhagens aparentadas com os reis, verificando-se a ascensão de famílias que antes tinham capacidades políticas mais limitadas. Trata-se geralmente de linhagens de origem bastarda: Guerras, Cascais, Henriques, Braganças e Noronhas.²¹⁶

No entanto, devemos considerar que essas importantes ligações de parentesco eram procuradas igualmente pela própria família real, geralmente representada pelos bastardos. Ou seja, a nobreza da corte régia também buscava outros canais de prestígio fora de seu círculo, quer para aumentá-lo ou, simplesmente, reforçá-lo. Um bom exemplo é o caso da nobreza do norte de Portugal, que apesar de no século XIV enfrentar problemas econômicos que diminuíssem sua base de poder, nunca perdeu sua aura “como região das origens e das tradições familiares; fica-lhe para sempre associado o prestígio de guardar o patrimônio simbólico”.²¹⁷ Estabelecer relações políticas e matrimoniais com as famílias desta região, consideradas como berço e origem da verdadeira nobreza era interessante para as linhagens que buscavam prestígio. Isso é explicitado por José Mattoso:

Este facto manifesta-se de formas muito concretas. Assim, por exemplo, que fazem fortuna em Tábua, vão buscar o nome a um solar junto a Braga; os Aboins não retêm o nome de Portel, usado também pelos que aí fazem fortuna, mas o do solar de origem no Alto Ninho; os Meneses, depois de alcançarem a riqueza e o nome do castelo de Albuquerque, vêm a obter os títulos de Condes de Barcelos e de Neiva, ambicionados também por bastardos reais; o nome dos Sousas passa a ser usado por quem já só descendia deles por dupla linha feminina e depois de dispersos seus bens. O carácter reservatório das

²¹⁴*Ibidem*, p. 99.

²¹⁵*Ibidem*, p. 92.

²¹⁶*Ibidem*, p. 89.

²¹⁷ MATTOSO, *op. cit.*, p. 312.

tradições e símbolos da nobreza permanece portanto, durante muitos séculos no Entre Douro e Minho.²¹⁸

No plano simbólico, o vínculo obtido com alguma dessas famílias constituía importante fonte de prestígio que não só aumentava o status de cortesãos no grupo da nobreza como também servia como forma de legitimar sua categoria social. Percebemos então que há diversas fontes de prestígio baseadas não só no local onde ele se concretiza, mas na maneira como ele se estabelece.

²¹⁸ *Ibidem*, 312-313.

CAPÍTULO 4

Espaços de corte itinerantes

No que diz respeito à questão espacial do prestígio, deve-se lembrar que a própria corte régia medieval é itinerante. Ela é uma entidade espacial, mas sua mobilidade é uma característica e um modo de vida estreitamente ligados à própria condição da realeza, já que as sociedades medievais atribuíam grande significado à presença do rei nas diferentes partes do território.²¹⁹ Apesar de ser uma tendência em regressão nos séculos XIV e XV, a itinerância ainda persiste nos finais da Idade Média, exercendo influência na estrutura e organização da corte e representando um modo de vida particular para os que dela fazem parte. Desse modo, encontramos mais um fator que diferencia a corte medieval da corte moderna: a cúria medieval concretiza espaços de prestígio de acordo com a itinerância régia e/ou a própria itinerância régia é determinada pelos espaços de prestígio (cortes de outros senhores) em outras localidades de Portugal, Castela e Leão.

Esses espaços, portanto, podem ser apropriados no plano físico e simbólico. Ao mesmo tempo em que indivíduos convivem física e assiduamente com o monarca em sua corte, e por isso ganham prestígio, eles também se apropriam dos nomes e referências de outras localidades para alcançar o mesmo fim, ainda que não frequentem esses espaços. Curiosamente, a relação entre a lógica do prestígio e seus espaços se torna mais interessante ao considerar alguns costumes. Novamente, a nobreza cortesã portuguesa serve de exemplo para analisar a complexidade desse tipo de relação: ao mesmo tempo em que indivíduos frequentam a corte régia, e cada vez mais os centros urbanos,²²⁰ eles se intitulam descendentes da nobreza rural, assentada do norte e que, ironicamente, rejeita os costumes da corte.²²¹

Verificamos, então, que a corte real certamente representava um canal de prestígio importante; mas não era o único. O protagonismo que a corte régia assume nos estudos sobre a temática cortesã se explica na medida em que a maioria dos documentos medievais registra os feitos dos monarcas, seus atributos morais, seu desempenho bélico, sua boa administração do reino, etc. Além desse aspecto, deve-se ainda destacar a maneira como eles foram, e ainda são, interpretados – reforçando mais

²¹⁹ GOMES, *A corte...op. cit.*, p. 244.

²²⁰ *Ibidem*, p. 246.

²²¹ MATTOSO, *op. cit.*, p. 312-313.

ainda a figura do rei – o que muito contribui para que os estudos sobre essa temática se concentrem apenas na corte régia.

No entanto, destacamos que, além de existirem fontes que abordam outros personagens importantes, com descrições minuciosas acerca de rituais e cerimônias de corte, os mesmos documentos que pretendem enaltecer a figura do rei registram grande variedade de personagens, cortes e costumes, que permitem descobrir diferentes espaços e maneiras que conferem prestígio.

As próprias crônicas régias, que visam destacar a figura do rei, não permitem concluir que a corte do rei fosse a única via para conferir valor e status. Embora essa tipologia documental, de iniciativa dos próprios monarcas, pretendesse apresentar o cenário dessa maneira, uma leitura mais atenta revela a existência de outros espaços de prestígio que se interligam constantemente e que concorrem de maneira equivalente em suntuosidade e grandeza com o do monarca. Carrillo de Huete fornece trechos interessantes acerca desses espaços que disputavam com a corte régia.

Um dos casos em que podemos verificar essa concorrência ocorre justamente no interesse de Juan II sobre as terras do conde de Castro, Dom Diego de Sandoval. O rei castelhano exige um encontro com ele, ameaçando-o com a perda dos ofícios e os bens que de seu serviço provinham. O conde, avisado da chegada do rei à sua vila de Lerma, viaja até Briones, buscando proteção. As palavras do cronista detalham as qualidades dos bens de Diego de Sandoval:

E entre todos los que con él yban eran fasta veinte cabalgaduras; e andando quanto pudo, por temor del Rey, e aportó en Briones, vna villa que era del rrey de Navarra. E éste hera el más rico ome de vassalos solariegos que abía en Castilla, e era señor destas villas: de Castrojerez, e de Saldaña, e de Çea, e de Portillo, e de Gomiel de Cian, e de Gomiel del Mercado, e de Osorno, e Alcoçar, e de Villafrechos. E estas villas e sus fortalezas mandó qe estubiesen a la merçed del Rey su señor.²²²

Juan II, ciente de que o conde não lhe obedecera, reúne-se com os grandes do reino para decidir o que fazer:

E partió el miércoles de las ochauas, e fuése a Palençia. E allí obo su Consejo con los grandes de su rreyno que allí estauan, los quales eran estos que se siguen: el condestable Álvaro de Luna, administrador perpetuo del maestradgo de Santiago, y el conde de Benabente, don Rodrigo Alfonso Pimentel, e don Pedro Ponze de León, conde de Medellín, e el adelantado de León Pedro Manrique, e don Gutierre de Toledo, obispo de Palençia, e Ruy Días de Mendoça, mayordomo

²²²CARRILLO DE HUETE, *op. cit.*, p. 74.

mayor del Rey, e Pero López de Ayala, su alcalde mayor de Toledo e aposentador mayor, e los doctores Periañes e Diego Rodrigues, e Fernán Lopes de Saldaña, su contador mayor.²²³

O rei e seus conselheiros deciden sequestrar os bens do conde, “ansy las fortalezas de Castroxerez e Saldaña como las villas e logares e ofiços e dineros que en los libros del Rey abía”.²²⁴ Juan II envia uma carta ao conde, exigindo que ele compareça ao seu chamado sob a pena de privação do ofício. Percebemos que o cargo ocupado pelo conde era de muito prestígio, sendo o ofício inclusive instrumento-chave no jogo de interesses políticos entre o rei e seus pares:

Don Jhoan, por la graçia de Dios, Rey de Castilla &, a vos don Diego Gomes de Sandobal, conde de Castro, adelantado mayor de Castilla, e mi chançiller mayor de mi sello de la poridad, e de mi Consejo, salud e gracia. Sepades que yo tengo de ber fabla e consulta e auer acuerdo con algunos grandes de mis reynos, de los quales vos sode vno [...] Porque vos mando que del día que vos esta mi carta fuere mostrada [...] fasta quinze días primeiros siguientes, vengades a mí, do quier que yo sea, porque yo pueda ver, fablar e consultar e acordar con vos lo que cumple a seruicio de Dios e mío, e de la corona rreal de mis rreynos, e a pró e bien común, e paz e sosiego e a paçífico estado dellos, como de lo dicho es. E que lo ansy fagades e cunplades, sin outra luenga ni tardança ni escusa alguna; e non fagades ende al, so pena de la mi merced, e de caer e que ayades caydo en las penas en que caen los tales que son llamados por su Rey e señor natural, en tal mando, sol a dicha pena, e de pribación del ofiço, e de diez mil marabedis para la mi câmara, que dé ende al que vos la mostrare testimonio signado con su signo, porque yo sepa en cómo es cunplido mi mandado.²²⁵

Outros exemplos significativos, com relação a espaços de prestígio, são as festividades que ocorrem em várias vilas e cidades ao longo do reinado de Juan II, promovidas pela monarquia e pela nobreza. Nesse sentido, destacamos as cerimônias da entrada do monarca em Toledo. Em um primeiro momento, Carrilo de Huete descreve a suntuosidade da entrada real na cidade, detalhando o momento da chegada do rei e como o evento foi organizado pelos alcaides e regedores:

E los alcaldes e rregidores de la çidad tenían ordenado vn cadahalso de madera vien alto, todo cobierto de paños franceses; el qual tenían fecho em derecho de la puerta de la huerta que se llama del Rey. En el qual sobió el Rey, con muchos nobles caballeros. E ally estaban catorce omes de los de la çidad, que eran todos alcaldes e rregidores; todos catorce vestidos de vna librea, de sendas ropas fasta el suelo de

²²³*Ibidem*, p. 77.

²²⁴*Ibidem*, p. 78.

²²⁵*Ibidem*, p. 78-79.

escarlata colorada, e sus capirotos grandes del paño mesmo, todas las ropas e capirotos forrados de terçenel colorado.²²⁶

Rituais religiosos também foram realizados para felicitar o rei, tendo em vista que as vitórias nas batalhas do monarca castelhano sobre os mouros foram atribuídas à ajuda divina. Diante do palco em que se encontrava Juan II, desfilou uma grande procissão que começara na catedral, “vien ordenada e muy rrica de ymágenes e de muchas rreliquias”.²²⁷ O valor material dos objetos e apetrechos utilizados nessas formalidades é uma forma de reforçar a importância daqueles que fazem uso desses aparatos - o rei - mas também todos que o saúdam:

E después que pasó la proçesión, descendió el Rey del cadahalso, e tenían los alcaldes e rregidores vn paño de oro clemseión brocado de los lavores, muy rrico, con catorce varas muy largas en las manos, todas blancas argentadas. E por todas las varas desçendian desdel paño por cada vna vara vna flocadura a la rredonda en culebreta de oro e de seda clemesyn. E púsose el señor Rey so el paño. E así mouieron fasta la puerta de la huerta, ante lo qual estaua fecho vn rrico estrado cubierto de un rrico paño de oro, ençima del qual estava vna cruz de oro muy rrica. E ally adoro el señor Rey aquella cruz, e le dixieron vna oración.²²⁸

Se ao monarca é oferecido um lugar sob um pálio feito de materiais valiosos, Juan II também oferece seu pendão real como forma de reconhecimento àqueles que detêm prestígio na cerimônia:

E luego allí ofreció el señor Rey dos pendones que traya, e dió el vno a don Vasco Ramírez de Guzmán, arçidiano de Toledo, el qual era de sus armas rreales, de castillos e leonês; e el outro mandó dar a don Martín de Guzmán, fiijo de don Álvaro Pérez de Guzmán, que a este tiempo era canónigo en la yglesia, el qual era de la ymagen de Santiago. Los quales llevaron así en la proçesyón.²²⁹

Esses elementos decorativos e a oferta de insígnias pelos participantes da cerimônia estavam inseridos em um espetáculo que envolvia toda a cidade. Segundo o cronista, pelas ruas se viam paredes e sobrados ornados com panos franceses coloridos, muitos ramos e muitas plantas. Da entrada do Zocodover até a catedral as ruas foram cobertas por um “céu” feito de panos brancos, verdes e azuis, de tal maneira tapavam o sol. A cidade inteira felicitava o rei, e suas ruas “estavan llenas de muchas gentes de muchas guisas, asy en las puertas como en los sobrados e por ventanas”.²³⁰ Esse

²²⁶ *Ibidem*, p. 110.

²²⁷ *Idem*.

²²⁸ *Idem*.

²²⁹ *Idem*.

²³⁰ *Ibidem*, p. 112.

espaço de prestígio, apesar de ser realizado em público e contar com a presença de diferentes grupos sociais, não se desvincula da lógica de prestígio restrito aos nobres. Mesmo que a entrada real transcorra em um ambiente coletivo, no mesmo dia ocorriam outras cerimônias em locais privados, reservados a poucos, como a casa do pai de Juan de Silva:

E esta tarde, por seruiçio del Rey y por onrrar rreçebimiento, mantouo vna tela Jhoan de Sylva, con çiertos cavalleros. E pidió por merced al señor Rey e al su condestable que quisiese la merced dellos esa noche tomar seruiçio en casa de su padre, e çenar e dormir allí, el qual le fué outorgado; e así mesmo conbidó todos los cavalleros mançevos que justaron, e a otros grandes señores. En la qual çena el señor Rey fué mucho bien seruido, e todos los otros, de muchas nobles dueñas e donzelas, que fueron allí llegadas por fazer seruiçio al Rey e onrrar la fiesta. En la qual noche obo ally muchos deportes.²³¹

Não só o monarca, mas seu condestável e todos os grandes senhores participam de um jantar solene oferecido por um nobre. A ocasião pareceu dar conta da qualidade de seus participantes, de forma que todos os presentes foram bem servidos. Tais cerimônias, em que o monarca não é o anfitrião, podem ser encontradas em outras passagens da crônica. Seleccionamos como exemplos um jantar ocorrido em Santa Cecília, o batismo do filho do condestável castelhano e as justas oferecidas por outros membros da corte, como Álvaro de Luna e Iñigo Lopes de Mendoça.

Em 1435, Juan II partiu de Madrid em romaria a caminho de Santa Maria de Guadalupe, a fim de visitar uma capela que mandara fazer.²³² Quando chegou, foi recebido com uma procissão solene:

E desde luego llegó a fuera de la yglesia, estáuale la proçesión esperándole, muy solenemente, e avía en ella çiento e veynte frayles; e así entró en la yglesia, e fizo la oraçión en el altar de la Señora Santa María, e adoró la cruz, e fuése a su câmara. Luego el domingo comió en el rrefitorio, e todos los fraydes ally onde lo abían acostumbrado. E a sua mesa comió el Príncipe don Enrique su fijo, e el prior Pedro de las Cauañuelas. E otro día, lunes, fué a comer el Rey con el prior a Santa Ceçilia, vna legoa de Guadalupe, e dióle muy vien de comer, e el Rey tomó muy grande plazer en ver aquella casa tan hondrada, e tan graçiosa como ella era. E a la tornada vinose por los molinos de estanco, ovo gran plazer en ver tan ondrado artifiçio.²³³

²³¹ *Idem.*

²³² *Ibidem*, p. 195.

²³³ *Ibidem*, p. 196.

Neste trecho podemos notar alguns hábitos da rotina do monarca, como o de retirar-se a seus aposentos após participar de uma cerimônia pública. Destacam-se ainda alguns costumes à mesa, que revelam detalhes sobre o prestígio conectado a rituais de comensalidade. No primeiro caso, notamos que apesar de Juan II se alimentar em um aposento juntamente com outros frades, apenas seu filho Enrique e o prior Pedro de las Cabañuelas dividem a mesa com o rei. No dia seguinte, o rei repete o mesmo ritual com o prior, mas desta vez em Santa Cecília. O deslumbre e admiração que Juan II demonstra pela casa onde foi servido, mostram que se tratava de outro espaço digno de prestígio em que os hábitos de corte se mantêm, mesmo fora do palácio régio.

Outro momento representativo da forma como se entendiam os espaços de prestígio é a cerimônia de batismo do filho do condestável, nascido em 24 de junho de 1435,²³⁴ e batizado no dia 3 de julho do mesmo ano. A criança era fruto do segundo casamento de Álvaro de Luna, com Juana Pimentel, filha do conde de Benavente, Dom Rodrigo Alfonso Pimentel. O batizado é caracterizado como uma grande cerimônia:

E fizieron esta çirimonía en la posada del condestable su padre, en esta manera.

El Rey e la Reyna comieron con él en su posada, e las dueñas e donçellas que con la Reyna yvan, e el conde de Haro don Pero de Velasco. E luego en la tarde [...] vatearon al niño con gran çerimonía el Rey e la Reyna. Fueron padrinhos el conde don Pero de Çúñiga, e el conde de Castañeda, don Garçía Fernandes Manrique; e madrina doña Veatris, fija del rrey don Donys. El perlado que lo vateó era don Pedro, nieto del rrey don Pedro, obispo de Osma.²³⁵

É relevante comentar acerca do status dos nobres que participaram da cerimônia: além do rei e da rainha, o batismo contou com a presença de condes e pessoas de renome, como a madrinha e o prelado, ambos filhos de reis. Todos eles estavam rodeados de pessoas de prestígio em um espaço de prestígio, que não é o palácio régio, mas a casa do contador Alfonso Álvarez:

Asy vateado el niño, tocaron los menestrilles, e dançó el Rey e la Reyna, con ciertos gentiles onbres [...] cada vno con su dama. E fué vateado en las casas de Alfonso Álvarez, contador, donde el condestable posaba. E la pila era vna grande vaçina, do acostunbrauan vañarse las dueñas, toda guarnida de paño de oro en derredor. E después que así ovieron dançado el Rey e la Reyna, vinieron otros gentiles onbres fechos momos, e dançaron vn rrato; e luego dieron colasçión muy solene. E esta noche çenó el Rey con el condestable; e

²³⁴*Ibidem*, p. 211.

²³⁵*Idem*.

dió el Rey a la condessa vn diamante e vn rrobí que fue apreciado en tres myll florines.²³⁶

Assim como Juan de Silva e Alfonso Álvarez, o condestável também oferece sua casa e dá festa aos membros da nobreza. A quantidade e a qualidade dessas recepções, festividades e justas atestam a capacidade dessa nobreza de circular, de se organizar para participar das solenidades e exhibir seu comportamento. Várias das festas promovidas por Álvaro de Luna ocorrem em diferentes localidades, característica inclusive destacada pelo cronista.²³⁷ A primeira dessas cerimônias é a recepção oferecida a Juan II em 1432, em Ayllón:

E estando ende fasta el viernes, que entró en Ayllón, logar del condestable.

E ende le fizo vna fiesta en esta manera. Mandóle poner dos cadahalsos en la dehesa que es entre San Bartolomé e San Lázaro, allende de la puente, e dos tendas, vna en vn cantón de la tela, e outra al outro cantón. E la tabla fué de vn paño colorado, e los palos en que estaua puesto este paño eran todos de colorados; e cada canto de la tela vn álamo postiço, e ençima de cada álamo su pendón de las armas del condestable. E ellos eran fechos quadrados e pequenos, a la manera de Italia. E bien guarnidos de paños françeses e de paños de oro, según que la rrazón lo rrequería.²³⁸

Os ofícios e os acompanhantes dos participantes da justa são descritos de maneira detalhada, repetindo-se as qualificações na ênfase dada à forma como eles se apresentavam. Todos os cavaleiros estavam “vien endereçados”, “muy bien adereçados” ou “bien guarnidos a maravilla”. Nas palavras do cronista:

E estos caualleros eran de los gentiles onbres de su casa que a la sazón vinieron a esta fiesta.

E luego al punto salieron de la villa de Ayllón diez cavalleros vien endereçados, que eran de la casa de Fernán Lopes de Saldaña, su contador mayor, e otros sus cavalleros. [...].

E estando justando, vino Juan de Sylua su criado, señor de la villa de Çifuentes, e con él nuebe caualleros, todos de su librea, muy bien adereçados. E luego a poco de ora pareció don Fadrique, conde de Luna, con doze cavalleros, que uenían de vna aldeã de Ayllón que llaman Mançagatos; e traya de su cuerpo quatro pajes muy bien guarnecidos, e traya vnas vças ytalianas de damasco, e los cauillos en que yvan los pajes muy vien guarnidos a maravilla. E los caualleros que con el conde venían trayan sus vças e sobrevistas de cauillos blancas, de la librea del conde, e cada cauallero su pajé guarnido por semejante.

²³⁶*Ibidem*, p. 211-212.

²³⁷ Em várias passagens, Carrillo de Huete identifica determinada cidade, ou vila, como “logar del condestável”, sendo exemplos o município de Maqueda, a vila de Escalona, Castillnouo, Adradra e Ayllón. CARRILLO DE HUETE, Pedro. *Crónica del Halconero de Juan II*. Editado por Juan de Mata Carriazo. Madrid: Espasa-Calpe, 1946, p. 129, 162, 195, 197, 236.

²³⁸CARRILLO DE HUETE, *op. cit.*, p. 129-130.

E luego bino Ruy Días de Mendoça, mayordomo mayor del señor Rey [...] con onze caualleros muy bien endereçados. E traya consygo vna ynvencçión fecho a manero de carro, pero trayan omes de a pie. E encima del carro vn pajé assentado que llebava vna lança e vn escudo de azero. E todo muy vien guarnido.²³⁹

A justa, que foi “la más fermosa que nunca se fizo en Castilla”²⁴⁰, tem seu encerramento com um jantar feito “muy solenemente” no castelo de Ayllón, para o qual o rei, a rainha Maria, o príncipe e todos os cavaleiros são convidados.²⁴¹ Os aspectos descritos nesta cerimônia são encontrados novamente na narração de outra festividade oferecida pelo condestável, desta vez em Alcalá de Henares:

Estando el Rey don Juan en Alcalá de Henares, año de 1436 años [...] fizo uma fiesta don Álvaro de Luna [...] muy solene, en que el Príncipe su fiijo e caualleros e gentiles onbres que a la sazón en la corte estauan...La qual fiesta fué muy notablemente ordenada, de justas en arnés rreal, de día em vna floresta, e después en su posada de noche con antorchas, en arnés de guerra. Enla qual justaron muchos caualleros; e çenaron el Rey e Reyna e Príncipe en la posada del condestable, ricamente, e fizieron momos e danças que duraron fasta la media noche.²⁴²

E, mais uma vez, encontramos o relato de outra festa organizada pelo condestável, em 1436, em Toledo:

E el su condestable fizo la fiesta.
Domingo siguiente corrieron doce toros, e miércoles, día de Santa María, fizo vna justa el su condestable. Sendo él mantenedor con once caualleros; a la qual salió el Rey con otros once caualleros, todos muy ondradamente guarnidos en arnés rreal. E acabada e a la noche, con fachas, el señor Rey e la Reyna, e todos los otros caualleros com ellos, se fueron a la posada del condestable, donde les fizo sala, segúnd cunplía a tal fiesta.²⁴³

A festa foi patrocinada pelo condestável juntamente com outros onze cavaleiros. Esta prática da nobreza era bastante comum durante a Idade Média, e aponta para a complexidade da dinâmica política e cultural da aristocracia, que reforça seus costumes nas festividades, em diferentes localidades. Se Álvaro de Luna fora patrocinador do torneio, em 1436, ele já havia sido aventureiro na justa ocorrida em Madri, em 1433, organizada pelo marquês de Santilhana, Iñigo Lopes de Mendoça, e seu filho Diogo Furtado. Novamente, o cronista destaca as etapas da cerimônia e a suntuosidade no modo como os cavaleiros se apresentavam:

²³⁹*Ibidem*, p. 130-131.

²⁴⁰*Ibidem*, p. 131.

²⁴¹*Idem*.

²⁴²*Ibidem*, p. 228.

²⁴³*Ibidem*, p. 231.

Fu  mantenedor Iñigo Lopes de Mendoça, e Diego Furtado su hijo. E la justa se hizo en el coso, delante de las puertas del alcázar del Rey. E Salió Iñigo Lopes a la tela con veinte caualleros e cuatro pajes; e llebauan vna donzela cavo sy, en vn cosel blanco, e lleuaba trabada la donzela con vna estandarte delante dellos, en que yva fegado el carneiro encantado con el vello ino de lana de oro.

Luego vino el condestable don  lvvaro de Luna, por aventureiro [...].  l se armó fuera, en el canpo [...] E estauan ende el señor Rey, e la reyna doña María su muger. E la cabalgada venía ordenada en esta manera.

Delante del ganado venían fasta cincuenta ginetes, e det rs del ganado fasta otros cincuenta vallesteros. E en pos de los vallesteros venía el condestable don  lvvaro de Luna. E traya fasta setenta onbres de armas, muy vien guarnidos de todo lo que av an menester para la justa. E luego el condestable hizo  iertas carreras con Iñigo Lopes, e después mandó que justasen los otros cavalleros suyos con los de Iñigo Lopes.²⁴⁴

Estes s o alguns exemplos de cerim nias promovidas por nobres que demonstram que a corte r gia, itinerante, se insere e concorre com outros espaços de prestígio. Mesmo que ao se deslocar a corte r gia n o perca sua identidade, notamos que isso tampouco impede que outros personagens apare am de forma proeminente durante as cerim nias, seja no papel de anfitri es ou de convidados. Tal aspecto   evidenciado em diversos trechos em que se descrevem festas, recep es e jantares promovidos por Juan II.

O primeiro deles   a notável justa ocorrida em Valladolid, em maio de 1434.  lvvaro de Luna, no papel de capitão, foi acompanhado por trinta cavaleiros mancebos escolhidos dentre “los grandes que av a a la sazón em toda la corte”.²⁴⁵ A charanga narrada   porta do palácio convidava o “muy alto e muy poderoso príncipe, Rey e se or”²⁴⁶ para ensaiar uma justa, e requeria alguns nobres para serem juízes:

A la qual essomesmo este cavallero suplica que mande al conde de Buelna, e a I igo López de Mendoça, se or de Fita, e al mariscal Pero Garça, que sean juezes de aquellos caualleros m s balientemente se avr n; a los quales este cauallero, por ondr a de su fiesta, tiene ordenado algunos preços, así como los siguientes capítulos de mostrar .²⁴⁷

Ao meio dia do domingo, parte Juan II de sua pousada, em San Pablo, juntamente com seu condestável e outros cavaleiros, depois de uma parada para se

²⁴⁴ *Ibidem*, p.148.

²⁴⁵ *Ibidem*, p.154.

²⁴⁶ *Idem*, p.154.

²⁴⁷ *Ibidem*, p.154-155.

armar.²⁴⁸ Álvaro de Luna parte para San Francisco “con sus treinta caualleros”²⁴⁹, todos bem adornados de verde e amarelo:

E la librea que él e los caualleros trayan era verde e amarillos; e los quince cubiertos de verde, e cuviertos los cauillos de este mesmo paño, e los otros quince vestidos de amarillo, e las cuviertas eran esso mesmo de este paño[...]. E llegando así a la tela, pasaron por ella, según costunbre de justadores, teniendo delante dellos atabales e muchas tronpetas. E desque fueron en cavo de la tela, fiziéronse dos partes, e los vnos quedaron en el vn cabo, e los otros se fueron al outro. E luego mesclaron e voluieron su justa mucho ondradamente vnos con otros; e andaron asy bueltos.²⁵⁰

Posteriormente, é a vez do rei Dom Juan, vestido de verde e carregando um escudo dourado, justar com dois cavaleiros, sendo um deles Diego Gomes Manrique, filho do “adelantado” Pedro Manrique. Com o fim da participação do monarca e do condestável, os cavaleiros passam a lutar entre si, momento que Carrillo de Huete diz ter havido “muy fuertes e rrezios enquentros”²⁵¹, citando o desfecho de alguns dos embates:

E quedaron algunos de aquellos caualleros desmarcados de los arneses, e los dos dellos de los yelmos, que ge los llebaron de las caueças. Los quales fueron estos: Pedro de Sylua, fijo de Gomes de Sylua, llevó el yelmo de la caueça a Gonçalo de Quadros; e don Martín de Guzmán, fijo de don Álvaro Pérez de Guzmán, alguazil mayor de Sevilla, llevó el yelmo a Fernando de Guibara, fijo de don Pedro Veles de Guibara.²⁵²

A participação de nobres vindos de outros lugares atesta que estas cerimônias envolviam uma grande quantidade de aristocratas que se reconheciam como iguais e se comportavam honradamente. Esta festa em Valladolid contou com a presença de uma grande quantidade de pessoas, como é mostrado no seguinte trecho:

A la qual justa suso dicha, vinieron la Reyna doña Maria e el Príncipe don Errique su fijo, e otros muchos condes e perlados e caualleros e rricos-omes que a la saçón era en la corte del Rey, e otros muchos escudeiros e gentiles omes e dueñas e donzelas, e de otra gente muy mucha. Tanta, que era más de diez mil personas, entre los vnos y los otros.²⁵³

Mais uma vez, ao final da justa, o rei, a rainha, o príncipe, seus acompanhantes, justadores, cavaleiros e escudeiros, donas e donzelas vão para a pousada em San Pablo

²⁴⁸*Ibidem*, p. 156.

²⁴⁹*Idem*.

²⁵⁰*Idem*.

²⁵¹*Ibidem*, p. 157.

²⁵²*Idem*.

²⁵³*Idem*.

e lá fazem “muchas danças de muchos omes vien guarnidos, e la señora Reyna e muchas dueñas bien arreadas a marauilla com ella”. Após a dança, todos comem na mesma estância:

E feçieron e feçieronse muchos momos, e vien guarnidos, e çenaron allí en sala.

En la mesa del Rey çenaron la Reyna [...] e el príçipe don Enrrique [...], e doña Beatriz, fija del rey don Doniz de Portugal, nieta del rey don Enrrique e tía del Rey. E çenaron en la sala del dicho condestable el arçobispo de Santiago, e el arçobispo de Seuilla, hermano del condestable, e el adelantado Pero Manrrique, e el conde don Garçia Fernández Manrrique, e el conde don Pero Niño, e otros muchos caualleros, cada vno según convenia.²⁵⁴

Após o ritual de comensalidade, os juízes pronunciam a sentença e atribuem os prêmios aos melhores justadores. O monarca encabeça a lista dos premiados e é qualificado pela “virtude de su magnifica rreal persona”, ganhando um cavalo como honraria. Mas ele não está sozinho neste reconhecimento; estão também listados seu condestável e outros notáveis cavaleiros como Juan Niño, Pedro de Acuña, Juan de Merlo, Carlos de Arellano e Alfonso Niño.²⁵⁵ A lista de agraciados ainda contempla todos os que se esforçaram, mas cuja premiação fica a cargo de favores amorosos:

después déstos a quien estos son señalados, se son mostrados más rregulosos e mejores encontrados, e auer fecho más e mejores carreras que ninugno de todos los otros, rrogamos e pedimos de graçia a sus señoras e amigas que en rremuneraçión e galardón de sus trauajos lo araçen e fagan buena fiesta.²⁵⁶

O reconhecimento de nobres em cerimônias patrocinadas pelo rei também se constata nas recepções que Juan II oferece a seus pares, independentemente de serem parentes. Selecionamos três dessas formalidades para ilustrar como o monarca acolhe outras pessoas em sua corte e como seus convivas também devem reconhecer aqueles que visitam a corte régia. Na recepção feita para Dom Gutierre de Sotomayor, no ano de 1432, podemos encontrar tais características:

[...] vino ende a la su corte el maestre de Alcántar don Gutierre de Sotomayor [...] E salieronlo a rreçebir el condestable Álvaro de Luna, e el arçobispo de Santiago don Lope de Mendoça, e don García Fernández Manrrique, conde de Castñeda, e Fernán Lopes de Saldaña, e los doctores Periañes e Diego Rodrigues, e el relator Fernando Días de Toledo, e Jhoan de Sylba, e Juan de Merlo, e todos los donzeles de la casa del Rey, e otros muchos rricos-omes que ala sazón [estauan] en la corte dél. E todo asy vinieron juntamente con el maestre fasta palaçio del Rey [...]. El maestre, e todos los sobredichos con él, entró

²⁵⁴*Ibidem*, p. 158.

²⁵⁵*Ibidem*, p. 160.

²⁵⁶*Idem*.

en palácio a vesar manos e fazer rreberencia al Rey. E fecha la dicha rreberencia, despedióse del Rey, e fué con el condestable a comer, con ciertos caualleros de su casa e del maestre, e otros del Rey que con él venían.²⁵⁷

O mestre de Alcântara visitara a corte régia, em Ciudad Rodrigo, para jurar lealdade ao monarca.²⁵⁸ A entrada de Dom Gutierre Sotomayor é cerimoniosa, e também o juramento feito por ele, pois “fizo omenaje en las manos del señor Rey por las fortalezas que tenía en su maestradgo de Alcântara, e de los acojer a él o al Príncipe Enrique su fijo, ayrado o pag[ad]o, con pocos o muchos.”²⁵⁹

Tanto Ciudad Rodrigo, onde estava localizada a corte régia neste episódio, quanto os domínios do mestrado de Alcântara constituíram ambientes prestigiosos onde se desenrolou o jogo político associado aos rituais de corte. O mestre promete acolher o monarca e seu filho quando necessário, independentemente das circunstâncias em que eles se encontrassem – alegação que nos leva pensar que ele não só prioriza bem servir o monarca, mas também que tem condições de fazê-lo. Em resposta ao juramento do mestre, novamente o monarca utiliza seu pendão real como forma de reconhecimento pelos serviços concedidos:

E este maestre fizo el juramento, e luego entrególe el Rey tres pendones blancos [...]
El vno va vna cruz prieta, y el outro vna cruz verde e el outro vn estandarte e vna cruz verde.
E asy dados los pendones, dixo el Rey:
- Yo vos fago maestre, e vos entendo fazer otras muchas mercedes por los señalados serucios que me fezistes.²⁶⁰

A segunda recepção organizada por Juan II ocorreu em 1435, em Soria, para a chegada de sua irmã, dona Maria, rainha de Aragão.²⁶¹ A rainha vinha acompanhada de prelados, cavaleiros e gentis homens, e todos são recebidos com “muchu fiesta, como aquella hermana que él amaua mucho”.²⁶² O rei e seu condestável reconhecem o status de Maria e de todos os que a acompanhavam, oferecendo presentes e honrarias, tal como se esperava de homens de sua categoria:

E su condestable don Álvaro de Luna fizo grandes conbites, así a la rreyna como a todos los señalados hombres que con ella venían, e

²⁵⁷ *Ibidem*, p.138-139.

²⁵⁸ *Ibidem*, p.139.

²⁵⁹ *Idem*.

²⁶⁰ *Ibidem*, p.139-140.

²⁶¹ Maria de Castela era irmã mais velha de Juan II e casou, em 1415, com seu primo Alfonso V, rei de Aragão.

²⁶² CARRILLHO DE HUETE, *op. cit.*, p. 221.

dióles mulas e otras cosas que se acostunbrauan dar los tales hombres como é el las tales fiestas como estas.

[...] E la rreyna partio de Soria viernes [...] e el Rey partio el sábado siguiente. E antes que de ay partiese la rreyna, dióle el Rey su hermano valía de doze myll florines de oro en joyeles y en paramentos de Arras. E de allí envió el Rey a Gomes Carrillo, su camareiro, fijo de López de Vasques de Acuña, con la rreyna su hermana, fasta Çaragoça, donde estava la ynfanta doña Catalina, hermana del Rey legitima de padre y madre, a la qual llevó en paños de seda e de lana, e en dineros, valía de quatro myll florines.²⁶³

O terceiro exemplo dessas recepções promovidas por Juan II, que envolvem diferentes espaços de prestígio, relaciona-se à chegada de um alemão, chamado Ruberte, à cidade de Segóvia, onde estava instalado o rei e sua corte. Desde o início do capítulo acerca dessa visita, o cronista informa que se tratava de alguém com bastante prestígio, pois era “señor de Valsa, e él era hombre de manera [...] y traya consigo sessenta caualgaduras [...] y traya otros diez y ocho gentiles hombres, que cada vno traya su empresa, e el señor Ruberte la suya”.²⁶⁴ Juan II, juntamente com seus homens, mostra-se disposto a acolher este senhor de acordo com o nível de sua grandeza, recorrendo a outro nobre para alojar o alemão:

E el Rey [...] mandóle aposentar en vna posada de Fernando de Luna, alta, donde posó dicho señor Ruberto, cauallero e gentilles hombres. La qual posada fué guarnida de rricos paramentos e camas muy rricamente; e le fezieron sala e muchas onras, e saliéronlo a rescevir los condes e caualleros e gentiles hombres que a la sazón en la corte del señor Rey estavan.²⁶⁵

Apesar da recepção cerimoniosa que a corte castelhana oferecia ao senhor alemão, este dispensa a formalidade e entra na cidade ainda pela manhã. A atitude desperta a curiosidade de Juan II, pois “el señor Rey maravillóse dello, e preguntóle que por qué lo avía asy fecho; e rrespondió que por no enojar a su merced ni dar trabajo a los de su corte, e lo outro que su costunbre era de se lleuantar de mañana.”²⁶⁶

Mesmo diante da recusa, o rei castelhana e seus gentis homens tentam agradecer o senhor alemão, oferecendo-lhe muitas jóias preciosas e cavalos apetrechados. Mais uma vez, Ruberte resiste-se em receber as gentilezas:

El señor Rey envió al dicho Rubert muchas joyas preçiadas, e cauallos guarnidos, e otras cosas; de lo qual no quiso rresçeuir cosa alguna, deziendo que quando de su tierra avía salido avía fecho voto de non rresçebir cosa alguna de rrey ni príncipe ny de outro señor. E tanto le

²⁶³*Idem.*

²⁶⁴*Ibidem*, p. 214.

²⁶⁵*Idem.*

²⁶⁶*Idem.*

afincó el señor Rey, a que ovo de rreçevir la devisa solamente del Collar del señor Rey de Castilla.²⁶⁷

Apesar da recusa em relação a certas cerimônias, o desfecho da visita se dá com um pedido de mercê por parte de Ruberte. O alemão pede ao monarca castelhano uma carta que o autorizasse a entrar em terra de mouros, juntamente com Fernán Álvarez, senhor de Valdecorneja, com o objetivo de que este o armasse cavaleiro lá, bem como aos homens que o acompanhavam. Juan II atende ao pedido de Ruberte, reconhecendo-o honradamente:

E al señor Rey plógole dello, e dióles sus cartas para el dicho Fernánd Álvarez, que luego entrase con ellos e los armase cavalleros. E partieron de Segobia, e fueron a Fernánd Álvarez, e diéronle las cartas del señor Rey; e entraron en tierra de morros, e todos prouaron muy vien. E allí se araron todos veinte caualleros, e se tornaron para su tierra.²⁶⁸

Percebe-se, então, que as formas que envolvem as cerimônias, como as já citadas, mostram que a lógica do prestígio envolve todos os participantes, tanto anfitriões como convidados. Ambas as partes se retroalimentam dentro de seu próprio grupo social, partes que se destacam daqueles indivíduos que não pertencem à nobreza, mas que assistem e participam da exibição pública. Juan de Silva, Alfonso Álvarez, Álvaro de Luna e Iñigo Lopes de Mendoça oferecem festas para o monarca e o resto da corte à altura daquilo que a nobreza deve receber. Da mesma maneira, o monarca também deve promover cerimônias para reconhecer seus iguais e recompensá-los pelo seu status e serviços, a exemplo das recompensas dadas aos cavaleiros que justaram em Valladolid e às recepções oferecidas ao mestre de Alcântara, à irmã Maria e ao cavaleiro Ruberte.

Com base nessa constatação, entendemos que a lógica do prestígio para a nobreza medieval parece ser mais complexa do que para a nobreza moderna. Enquanto no século XVIII a lógica do prestígio está diretamente vinculada a uma única corte, espacialmente fixada, na Idade Média notamos a existência de vários cenários e situações capazes de servir como espaços de prestígio: uma corte régia itinerante, domínios da nobreza em diferentes localidades - seja em Madri, Toledo, Ciudad Rodrigo, Alcalá de Henares ou na vila de Ayllón.

²⁶⁷*Ibidem*, p. 214-215.

²⁶⁸*Ibidem*, p. 215.

CAPÍTULO 5

A concorrência que fortalece a corte

Os conflitos políticos no ambiente curial, ou seja, a concorrência que se estabelece entre grupos e indivíduos, são um aspecto extremamente importante para compreender a complexidade que envolve o processo de construção e de fortalecimento da corte. Ao contrário do que se costuma pensar, a concorrência e os embates não significam fraqueza política, mas a vitalidade desse espaço.

Joseph Morsel identifica a corte como um espaço de domesticação onde os conflitos entre facções monárquicas e aristocráticas se confrontam pela regulação social, gerando um novo modelo de legitimidade social do poder senhorial. Retomando as ideias de Norbert Elias, Morsel explica como a corte medieval e moderna representou o local onde o processo civilizador teria se completado, por meio da adoção de costumes civilizados em contraste com comportamentos brutais da sociedade medieval.²⁶⁹

Para o autor francês, a importância do trabalho de Elias está exatamente em colocar o processo civilizador como um novo modelo de socialização, em que a corte serviu ao mesmo tempo de centro e de objetivo para a reestruturação da aristocracia. Destacando o aspecto espacial como determinante do ambiente curial, Morsel entende que a corte: “constituye un lugar y un conjunto de personas copartícipes. El centro de atención común de esse lugar/grupo es el monarca, lo que implica que la corte no es un lugar fijo, sino que consiste en una especialización temporal de un sistema de vínculos sociales.”²⁷⁰

Morsel, contudo, discorda de Elias quanto à suposta eficácia social da sociedade cortesã que se traduziria em um processo civilizador capaz de moderar a violência aristocrática. Reforçando o aspecto espacial, ele afirma que a corte “funciona menos como lugar de pulimento que como lugar en sí mismo. Gracias a su dimensión espacial, la corte aparece como el lugar por excelencia para ‘ser noble’”.²⁷¹

²⁶⁹ MORSEL, Joseph. *La aristocracia medieval*. El dominio social en Occidente (siglos V- XV). p. 330.

²⁷⁰ *Idem*.

²⁷¹ *Ibidem*, p. 332.

Estas ideias de Joseph Morsel, na nossa leitura, não necessariamente excluem as proposições de Norbert Elias. O autor alemão reforça a importância que a participação na corte tinha na construção da identidade da nobreza:

Propriedades que são características de toda “boa sociedade”, em certa medida, mostram-se aqui desenvolvidas ao extremo. Em toda “boa sociedade”, ou seja, em toda sociedade com tendência a se segregar e se destacar dos campos sociais circundantes [...], esse isolamento, esse pertencimento à “boa sociedade” estão entre os fundamentos constitutivos tanto na identidade pessoal como na existência social.²⁷²

O espaço da corte, visto como a “boa sociedade”, era fundamental na gradação da honra, virtude necessária na formação do nobre. Perder a honra significava perder a condição de membro desta sociedade, e este atributo dependia diretamente da opinião daqueles que frequentavam a corte.²⁷³ Comparando com as reflexões de Morsel, podemos dizer que Elias dá até mais complexidade a esta questão espacial na medida em que sublinha como o espaço era significativo para marcar a desigualdade entre as camadas sociais e a hierarquia dentro do palácio. Apresenta-se uma interessante dinâmica entre a questão do polimento e a proximidade/distanciamento que a envolve, mostrando um modo peculiar de relacionamento entre rei, rainha, cortesãos, criados e pares. Os frequentadores da corte, socialmente diferenciados entre si, apesar de compartilharem vários espaços domésticos, deveriam marcar sua posição social por meio de seus hábitos. Ao falar da intimidade que esse espaço de nobres provocava, Elias ressalta que:

Contudo, o que estava sempre presente nela era um distanciamento irremediável, o sentimento profundamente enraizado de que, quando lidavam com tais homens e mulheres que enchiam suas casas em contingentes maiores ou menores, tratava-se de uma outra raça humana, de gente “comum, do povo” [...]. A presença constante dessa gente dava à situação dos cortesãos uma outra configuração e atmosfera [...]. Assim, a disposição dos aposentos, que prevê no mínimo uma antecâmara para cada quarto dos senhores da casa, é uma expressão *dessa simultaneidade da constante aproximação espacial e constante distanciamento social, de contato íntimo num nível e distanciamento rígido no outro.*²⁷⁴

Esse é um dos aspectos que evidencia a complexidade do pensamento elisiano, como denomina Roger Chartier, ao afirmar que “a sociedade de corte é uma figuração

²⁷² ELIAS, *A Sociedade...op. cit.*, p. 111.

²⁷³ *Ibidem*, p. 112.

²⁷⁴ *Ibidem*, p. 71.

em que a maior distância social se manifesta na maior proximidade espacial”.²⁷⁵ É dessa forma que, não diferentemente de Morsel, Elias deixa claro que a corte é o ambiente para ser nobre, mesmo que nela existam outros grupos sociais que não são considerados como tal. E é por meio dos costumes, rituais e das cerimônias – pelo exercício da civilidade - que estes nobres destacam sua diferença tanto dentro da corte, quanto fora dela.

A proximidade em relação às figuras mais importantes da corte, mas também o reforço de bons hábitos, é evidenciada no *Libro de la Cámara Real*:

Grande es e de los mejores e de los más preeminentes ofícios de la Casa Real el del camarero, así como en honor como en provechos; tanto que és opinión de muchos que es el mejor ofício de la Casa Real, porque és más continuo e conversable cerca de la persona del príncipe, e conviene que esté en persona de buena sangre, generoso, e naturalmente noble e aprobado en virtudes; porque, como es dicho, es más ordinariamente visto ante el príncipe, e^a siempre el tal es su secreto consejero.²⁷⁶

A convivência com a cabeça-política parece ser um dos maiores fatores de prestígio desses nobres, pois - como sugere o documento - o ofício de camareiro-mor seria um dos melhores da casa real por pressupor a presença contínua junto do príncipe. Quanto mais perto e frequente está o cortesão do monarca, mais privilegiado ele se torna. E, como argumenta Elias, tal proximidade espacial entre camareiro e príncipe justifica a posição social deste cortesão. Fernández de Oviedo não deixa de evocar os bons costumes que o camareiro deve demonstrar ao fazer parte da *optima pars*: sua pessoa deve ser de bom sangue, generoso, naturalmente nobre e aprovado em virtudes; seus hábitos e desempenho de acordo com as diversas cerimônias que rodeiam o príncipe demarcam sua posição de privilégio dentro e fora da corte.

A crônica de Carrillo de Huete também apresenta passagens em que se podem apreciar as cerimônias em sua relação com o espaço da corte:

Acatando el rrey de Navarra e los otros caualleros de su valia cómo el señor Príncipe non se mostraba claramente por ellos, e se partava de la corte; [...] e quedó acordado que jurasen todos de lo poner asy en execución, e non desistir dello hasta llegar fin. Por ende, que suplicaban a su senhoria que veniese a corte a fazer con ellos juntamente el dicho juramento, e dende en adelante se pornían en obra la execución.²⁷⁷

²⁷⁵ *Ibidem*, p. 20.

²⁷⁶ FERNÁNDEZ DE OVIEDO, *op. cit.*, p.87.

²⁷⁷ CARRILLO DE HUETE, p. 447.

Nesse episódio, o príncipe Enrique é chamado à corte do rei de Navarra para jurar seu compromisso de ajudar a derrotar o condestável. No início do fragmento, percebe-se que o fato do príncipe castelhano não se encontrar no mesmo local em que se encontravam o rei de Navarra e seus aliados alimentava a suspeita de que “el señor Príncipe andaua por se yagualar e sanear con el dicho condestable.”²⁷⁸ Para que a derrota de Álvaro de Luna fosse consumada, se tornava necessário que o príncipe participasse da cerimônia de juramento na corte do rei navarro. O mesmo tipo de cerimônia e a exigência da presença dos envolvidos são encontrados em outro trecho:

E así notificado al señor Rey e al dicho maestre don Álvaro de Luna, fué por ellos rrespondido que por quanto grandes fechos non se podían platicar e concloyr así en ausência como en presençia, que se veniese el dicho Rodrigo Manrique a la corte, e que le darían bastante seguridade para venir a estar e voluer. [...] Con esta seguridade él yría a la corte del señor Rey para fablar e platicar las cosas suso dichas. Sobre lo qual fizo rrecaudo e omenaje en las manos del dicho mariscal.²⁷⁹

Os acordos e conchavos políticos são, então, parte do cotidiano da nobreza. Os dois fragmentos selecionados da crônica permitem compreender a dimensão da concorrência política das cerimônias no espaço da corte, avalizando as perspectivas apresentadas tanto por Elias como por Morsel.

Há ainda outras passagens da crônica castelhana em que as cerimônias são apresentadas como cenários da maneira de se fazer nobre no espaço da corte. No trecho a seguir fica evidente como a repetição e a emulação de certos rituais eram requisitos da cultura nobiliárquica:

De la sala que fizo la rreyna de Nauarra
Luego, jueves a 22 de octubre, fizo sala la rreyna de Navarra doña Blanca al Rey de Castilla e a la Reyna doña María su muger, e al rrey don Jhoan de Navarra, e al Príncipe don Enrrique su yerno, e a la princesa doña Blanca su muger, e al ynfante don Enrrique, por semejante que los otros se rreuenta que fizieron en Valladolid.
De la sala que fizo el ynfante don Enrrique
Luego el domingo fizo sala ynfante don Enrrique, maestre de la Orden de la Cavallería de Santiago, la qual sala se fizo por la semejante manera, muy conplidamente. E por onrar más la sala justaron [...].²⁸⁰

Dessa forma, cada vez que os nobres se reúnem há uma maneira naturalizada de se fazer as coisas, construída ao longo do tempo e que demonstra o quanto esses

²⁷⁸ *Idem.*

²⁷⁹ *Ibidem*, p. 496.

²⁸⁰ *Ibidem*, p. 354

rituais são fundamentais na vida na corte. São eles que evidenciam quem é capaz de se comportar como nobre, seja ao participar de cerimônias oferecidas por seus pares ou oferecendo festividades à mesma altura - como demonstrado no fragmento anterior. Apesar da análise destes costumes serem o foco dos argumentos de Norbert Elias, e não de Joseph Morsel, pensamos que o autor francês não deixa de retomar a idéia elisiana, ao falar da pressão existente entre os convivas da corte. Abordando as tensões no ambiente da corte, Elias faz uso da noção de “pressão” exercida entre os cortesãos por meio da civilidade e etiqueta, como podemos ler:

Uma atitude alimentava a outra; assim, graças ao fenômeno da pressão e contrapressão, a engrenagem social se equilibrava, estabilizando-se em uma espécie de equilíbrio instável. Era na etiqueta que esse estado de equilíbrio se expressava aos olhos de todos.²⁸¹

A etiqueta serviria como forma de medir o comportamento de cada membro deste grupo, tornando o ambiente onde se dão estes rituais um espaço de constante observação, julgamento e disputa pelo poder. Morsel assinala que a corte se torna um ambiente muito importante na estruturação da aristocracia, na medida em que este grupo faz dela um objetivo de lutas políticas. Há um desejo de exercer poder sobre o outro e é na corte que se localiza o centro desse poder. Assim, ser admitido e frequentá-la é também inserir-se em um ambiente de dependência e serviço que não está ligado somente à figura do rei, mas a todos os cortesãos, pois “esta servidumbre no se debe tanto al príncipe como a la presión que los propios “curiales” introducen”.²⁸²

Morsel não escolhe uma palavra para definir os termos da dependência que afetava os nobres inseridos na corte, como faz Elias, ao utilizar “etiqueta” e “cerimonial” como vias de equilíbrio de tensões. Mesmo assim, considerando seus argumentos acerca do funcionamento das disputas por poder, pensamos que o historiador francês acaba concordando com as idéias gerais de Elias: ambos dão importância à questão espacial da corte, à proximidade e ao distanciamento na dinâmica da corte, e à pressão exercida entre os pares. Os dois autores, em nossa leitura, fazem uma análise complexa do poder dentro do ambiente palatino, considerando os aspectos que envolvem a aristocracia como um todo - incluindo o monarca, mas sem reduzir e centrar suas explicações na atuação deste.

²⁸¹ ELIAS, *A Sociedade...op. cit.*, p. 104.

²⁸² MORSEL, *op. cit.*, p. 332.

Inspirados pelo tipo de interpretação de Elias e Morsel, pensamos ser significativo abordar aspectos que ajudam a acentuar essa complexidade do poder na corte. Nesse sentido, a distribuição dos ofícios régios oferece ao historiador a possibilidade de compreender de que forma a concorrência por esses benefícios constituía uma dinâmica essencial ao fortalecimento do prestígio da corte como espaço político por excelência.

A maioria dos autores que estudam a corte medieval e moderna concorda que a participação neste ambiente simbolizava uma importante fonte de prestígio, status, benefícios financeiros e ascensão social. Para Rita Costa Gomes, o desempenho de ofícios na corte constituía a razão de ser primordial da presença do cortesão junto do monarca, em que este serviço se prestava de diversas maneiras, em diversas funções. Mesmo detendo apenas o título de um ofício na casa real - já que muitos terceirizavam suas funções -, a criação e o serviço na corte era fundamental para a sociabilidade cortesã e sua hierarquização.²⁸³

Maria del Pilar Carceller Cerviño além de identificar a corte como um espaço onde a nobreza podia construir sua própria exaltação, entende que o principal motivo da entrada nesse ambiente a serviço do rei era a possibilidade de ascensão social.²⁸⁴ Este aspecto está claro na crônica de Carrillo de Huete:

Esto fué tan breve, por quanto este Rey crio a este condestable de moço, e vn ayo que traya consigo, al qual llamauan Ramiro de Tamayo, lo puso en mayor estado que nengún súbdito vasallo suyo de su reyno.²⁸⁵

Uma vez na corte, era fundamental a integração nos grupos já existentes, estabelecendo vínculos pessoais com diversos objetivos. O serviço na casa real “podía promover al joven noble, o plebeyo, que lograra encajaren un grupo nobiliario, establecer vínculos de fidelidad y de parentesco y, mejor aún, gozar de la cercanía y el favor régio”.²⁸⁶ Obter e/ou exercer um ofício na corte afirmava uma situação de privilégio diante da sociedade, condição essencial na definição de um nobre.

Todas as vantagens que o ambiente da corte oferecia atraíam não só indivíduos para o mundo cortesão, mas também famílias inteiras que tinham interesse na

²⁸³ GOMES, *A corte... op. cit.*, p. 230-231.

²⁸⁴ CARCELLER CERVIÑO, María del Pilar. Álvaro de Luna, Juan Pacheco y Beltrán de la Cueva: un estudio comparativo del privado regio a fines de la Edad Media. *En la España Medieval*, nº 32, 2009, p. 85-112. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3121013>>. Acesso em: 14 jan. 2015... p. 88.

²⁸⁵ CARRILLO DE HUETE, *op. cit.*, p. 432.

²⁸⁶ CARCELLER CERVIÑO, Álvaro de Luna...*op. cit.* p. 88.

manutenção de relações políticas junto ao monarca. Nesse sentido, ter vínculos próximos com pessoas de influência na corte - como o exemplo do condestável e do próprio rei - era de extrema importância para se alcançar determinados postos dentro do palácio. A decisão sobre quem ocuparia as funções e os ofícios era baseada nas considerações do monarca e de seus conselheiros de maior influência, tal como se deduz das súplicas de Álvaro de Luna:

Veniendo el Rey de Toledo para Ávila, sopo cómo era falesçido don Gutierre, arçobispo de Toledo, e luego el Rey quisiera suplicar por esta dinidad para don Lope de Varrientos, obispo de Cuenca, en rrenumeraçión de quantos seruicios le avia fecho. [...] E el mestre don Álvaro de Luna soplicó al Rey que diese aquella dinidad a don Alfonso Carrillo, fijo de Lope Vázquez de Acuña, su pariente; e tanto aquejó al Rey sobre esta rrazón, que lo ovo de otorgar.²⁸⁷

Este condestable tenia en sua casa, a los quales daua dineros, tres mill hombres darmas, e fizo muchos bienes a parientes e a criados suyos, e ayudó a otros muchos del rreyno. [...] En esta manera, su hermano por el fué arçobispo de Toledo; e don Pedro, nieto del rrey don Pedro, por el fué obispo de Osma; e Alfonso Carrillo, su primo, fijo de Lope de Vasques de Acuña e de doña Teresa Carrillo su tía, por el fué obispo de Çinguença; e mosén Rodrigo de Luna, prior de San Joan; a Álvaro de Luna su sobrino, casólo con fija de Jhoan Enrriques, nieta del almirante don Alfonso Enrriquez, e fizole dar a Alba de Liste.²⁸⁸

Rita Costa Gomes afirma que a transmissão hereditária dos cargos e a sua vinculação a determinadas linhagens era recorrente na corte baixo-medieval.²⁸⁹ O serviço do rei para muitos oficiais e seus descendentes tinha um significado prestigiante para muitas famílias, que se utilizavam desta via para se promoverem ou para se consolidarem na escala estatutária cortesã.²⁹⁰ Em Castela, portar a bandeira do reino, por exemplo, era um privilégio hereditário dos condes de Cifuentes, como informa Fernández de Oviedo ao descrever o ofício de alferez real:

Alferez real de los reyes de Castilla es el conde de Çifuentes, por privilégio especial, e donde se halla la persona del rey en el exército, el mismo conde lleva la vadera real de Castilla, o su hijo mayor, que ha der suçeder en su casa e estado [...]. Es ofício de grand auctoridade e onor, e de mucha peeminença, e dignamente fue exercitado en muchos fechos de armas por el conde de Çifuentes.²⁹¹

A historiadora Marie-Claude Gerbet entende que a grande nobreza castelhana aproveitou-se do exercício desses cargos na corte para limitar o poder real e impor seu

²⁸⁷ CARRILLO DE HUETE, p. 470.

²⁸⁸ *Ibidem*, p. 177.

²⁸⁹ GOMES, *A corte... op. cit.*, p. 216.

²⁹⁰ GOMES, *A corte... op. cit.*, p. 138.

²⁹¹ FERNANDEZ DE OVIEDO, *op. cit.*, p. 152.

“programa de governo”.²⁹² Mesmo que esta idéia da autora soe como uma interpretação tradicional acerca do fortalecimento ou enfraquecimento do poder da monarquia, ela concorda com muitos dos aspectos abordados aqui e defendidos por Elias, Morsel, Carceller Cerviño e Gomes.

Com relação à criadagem e ao serviço na nobreza do século XV, Gerbet afirma que a nobreza titulada quis exercer altos cargos na corte, buscando não só o prestígio que estes conferiam, mas a possibilidade que eles proporcionavam e o poder que outorgavam. Todos os benefícios incluíam os parentes e clientes dos detentores dos ofícios, ao ponto de se chegar ao que a autora declara como “nepotismo ativo”:

En el siglo XV algunos linajes llegaron a alcanzar puestos relevantes y, lo que es más importante, a hacer los prácticamente hereditarios. La mayoría de las veces, fue el rey quien les concedió estos cargos en concepto de recompensa. En la Casa y Corte el rey nombraba a oficiales que ejercían funciones públicas o domésticas. Aunque los grandes cargos ya se habían patrimonializado, todavía quedaban muchos a disposición del rey, que podía nombrar y revocar. Por lo que respecta a los oficios menores del palacio, eran desempeñados por criados, caballeros o segundones de los nobles titulados que practicaban un nepotismo muy activo.²⁹³

O nepotismo também era amplamente praticado pelo rei, pois este utilizava os cargos para promover aqueles que acabavam de ascender de categoria social na esperança de atrair sua fidelidade. Gerbet ainda afirma que “los monarcas practicaban un nepotismo tan activo como el de los nobles, pues necesitaban constituir un bando”.²⁹⁴ Seja para a manutenção da presença de certas linhagens em sua corte ou para promovê-las, notamos que essa prática aparece de forma freqüente na crônica de Carrillo de Huete. Muitas delas mostram situações onde o monarca designa o filho do falecido ocupante do ofício na administração para tomar o lugar de seu pai:

Ordenanças sobre los vandos que avia en las villas e çidades del Rey: [...] E otro día, [...] estando en este Castilnouo, viniéronle nuevas cómo era muerto el su adelantado Diego de Ribera, que era adelantado mayor del Andaluzía; de lo qual el Rey ovo gran sentimiento de su muerte. E acatando los buenos servicios que él le auía fecho, e por quanto era muy buen cauallero, fizo merced de todo lo que el avia, e del ofiçio del adelantamiento del Andaluzía, a Perafán de Riuera, su fijo, el qual quedó en hedad de quince años.²⁹⁵

²⁹² GERBET, Marie-Claude. *Las noblezas españolas en la Edad Media*. Siglos XI-XV. Madrid: Alianza Editorial, 1997. p. 278.

²⁹³ *Ibidem*, p. 278-279.

²⁹⁴ *Ibidem*, p. 279.

²⁹⁵ CARRILLO DE HUETE, *op. cit.*, p. 162.

Este mesmo tipo de designação é encontrado no trecho a seguir, em ocorrência da morte do conde de Niebla:

E don Juan su fiijo e los que con el estavan, quando supieron la muerte del conde, descercaron la villa, e fuése para Seuilla, e derroco lãs casas del pribado su padre, e tomóle todo lo que ende tenía en Seuilla e en su tierra. E de la muerte del conde ovo el señor Rey muy grande sentimiento; e su fiijo don Juan de Niebla llamóse conde de Niebla de allí adelante, e heredó toda la casa del conde su padre; el qual es agora duque de Medina.²⁹⁶

Mesmo que muitos desses “ofícios herdados”, mencionados na crônica de Carrillo de Huete digam respeito a serviços que se davam espacialmente fora da corte, todos os seus tenentes eram freqüentadores da corte régia e participavam constantemente do conselho real.

Retomando as reflexões de Rita Costa Gomes e avaliando o que a documentação apresenta, é evidente o caráter doméstico da maioria dos cargos da corte tardo-medieval, já que esta se configura como um organismo extremamente complexo. Há diversos grupos funcionais nesta domesticidade régia, em que a “casa” do rei ocupa seu lugar ao lado de outros lugares referentes à esfera pública, tais como a administração geral, as finanças régias, a chancelaria.²⁹⁷ Além disso, mesmo os ofícios tidos como essencialmente domésticos vinculam-se à administração do reino. A mescla entre as dimensões pública e privada é encontrada constantemente em ambos os documentos utilizados nesta dissertação. Dois trechos de Fernández de Oviedo demonstram como não há diferença entre a esfera administrativa e a doméstica em momentos de resolução de algumas questões burocráticas:

En la noche, quando el príncipe se queira retraer, venía el camareiro con los de la cámara [...] e después que se avía desnudado por mano del camareiro hasta quedar em calças e jubón e encima una ropa forrada en martas, [...] asentávase en su silla e descalçávale los borzeguís uno de los moços de cámara. Fecho esto, salíanse los de cámara e un poco antes los reposteiros de camas, e guardavan la puerta por de fuera, e quedávase el camareiro solo e descalçávale las calças e, quitado el jubón, dávale la camisa de noche e comunicava com Su Alteza el vestido de la mañana para el día seguinte. Así como el príncipe se començava a desnudar, daba los memoriales o peticiones que le avían quedado aquel día, o que estonçes tenía que no avía distribuido, e leía cada uno, primero para sí, e según la calidad del negocio, así los mandava llevar a los moços de la cámara o a los reposteiros de camas, al secretario o al del Consejo o a los alcades a quienes pertenesçia conosçer o proveer em aquello de que la petición tractava; o, por ventura, al limosnero.²⁹⁸

²⁹⁶ *Ibidem*, p. 233.

²⁹⁷ GOMES, *A Corte...op. cit.*, p. 21.

²⁹⁸ FERNÁNDEZ DE OVIEDO, p. 96.

Con estos respostereros de camas embía el príncipe muchos mandados públicos e secretos, e tal es como es servido o en la corte o fuera dela, donde le plazze, por ombres de crédito e de mucha confiança, entre los quales siempre ay algunos de gentiles habilidades, secretos, honestos e de buenas costumbres [...].²⁹⁹

No decorrer do ritual de despir, memoriais e petições eram comunicadas ao príncipe. Tanto os camareiros quanto os reposteiros, ambos cargos com incumbências domésticas, participam dos problemas burocráticos ou de ordem pública. A ideia de Casa e a Corte, portanto, estão mescladas.

Inclusive, a menção a esta expressão “casa e corte”, exatamente desta maneira, é bastante recorrente tanto na crônica de Carrillo de Huete, quanto no livro da câmara real, de forma que ambas as palavras aparecem em muitos trechos como sinônimas. Ao apresentar algumas ordenanças feitas em Guadalajara, em 1436, Juan II especifica alguns dos ofícios importantes para a execução de sua justiça e do “vien común” utilizando sempre essa expressão, como vemos na crônica.³⁰⁰

Don Juan etc., a los duques, condes, e rricos omes, maestros de las Ordenes, priores, comendadores e sus comendadores, alcaides de los castillos e casas flertes e llanas, e a los de mi Consejo, a los mis chancilleres mayores e oydores de la mi audiència, e alcaides e alguaziles e notarios, e a los mis contadores de las mis quantas, e otras justicias e ofiçiales de la mi casa e corte e chancillería, e a todos los conçejos, alcaides, algaziles, rregidores, caualleros e escudeiros, ofiçiales e ombres buenos de todas las çibdades e villas e logares de los mis rreynos e senhorios...³⁰¹

É nítida a importância atribuída à participação destes oficiais ligados à administração pública no ambiente doméstico do rei. O caso dos alcaides é emblemático, onde vemos o rei ordenar e mandar “que en la mi casa e corte anden continuamente dos alcaides, los quales sean tales quales cunple a mi seuicio, e a execucion de la mi justia, e que sigan por sus personas los ofiçios.”³⁰² Em outros fragmentos, Carrillo de Huete apresenta o monarca repetindo esta exigência:

Consejo de la Justicia

Yten, que de los pleytos que según las mis ordenanças e premáticas sençiones los mis ofiçiales puedan traer a la my corte, que conozcan dellos los mis alcaides de aqui de la mi casa e corte, e que los de mi Consejo de justicia no puedan dar ny librar comisyón de ellos ny de algunos dellos para outro alguno.³⁰³

²⁹⁹ *Ibidem*, p. 116.

³⁰⁰ CARRILLO DE HUETE, *op. cit.*, p. 237.

³⁰¹ *Ibidem*, p. 236.

³⁰² *Ibidem*, p. 237.

³⁰³ *Ibidem*, p. 240.

Ordeno e mando que los oydores de la mi audiencia e alcaldes de la mi casa e corte e chancillería fagan juramento en forma devida de non tomar nin llebar nin aber dineros ni otras cosas de conçeijos ni de vniversidades e cabildos e aljamas, ni de outra persona alguna, clesiástica ni seglar, de qualquier estado, condición, preminencia o denidad que sean ni de outro por ellos por si ynterposita persona, direte ni indirete, que los dichos mis oydores e alcaldes sirban en cada año de seys em seys meses.³⁰⁴

De maneira semelhante, encontramos a mesma expressão em alguns trechos do livro da câmara real, como na descrição sobre os moços de esporas, na qual Fernández de Oviedo afirma: “yo vi a Vallejo moço de espuelas del príncipe, mi señor, e después le vi a[l]guazil de su casa e corte”.³⁰⁵ Posteriormente, o cronista também diz que “por alcalde de la casa e corte de Su Alteza vino allí e començó a servir el liçençado Luis de Polanco”.³⁰⁶ Mas, talvez mais interessante é o trecho em que Fernández de Oviedo sublinha a importância que os cargos de alcaide e de aguazil tinham na administração da “república”:

De los ofiçios de los alcaldes e algalizes de la casa e corte no me paresció que avía que decir en la primera parte de este tratado más de lo que dixo, porque en la casa del príncipe don Johan, por la brevedad de su vida, después que se le dio casa, ovo poco tiempo e menos que hazer. Pero éstos, como son oficiales de justicia, e muy preeminentes en sus ofiçios e muy públicos e nesçessarios para la república y execución de la justicia – y ésta no plaze a todas maneras de gentes -, así es uno de los principales pernos que tiene la corte para su bien conçierto e sosiego.³⁰⁷

Percebemos, portanto, que mesmo os ofícios de ordem pública são inseridos num documento destinado a descrever os cargos típicos do ambiente doméstico de um príncipe, assim como ofícios de âmbito doméstico estão ligados a questões administrativas. Inclusive a crónica do *Halconero*, que não tem o mesmo objetivo do livro da câmara, confere o mesmo tratamento aos ofícios do conselho de justiça.

Fica evidente que a corte constrói, física e simbolicamente, um espaço onde aqueles que fazem parte dela desfrutam e procuram, de alguma forma, o prestígio que lhe é inerente. A concorrência e disputa por melhores cargos, que poderia significar um sinal de fragilidade desse sistema, na verdade é seu próprio motor. Os mais diversos ofícios, obtidos por meio de herança, ascensão, designação pelo rei ou por vínculos com pessoas de influência na corte, requerem um comportamento à altura da função.

³⁰⁴ *Ibidem*, p. 241.

³⁰⁵ FERNANDEZ DE OVIEDO, *op. cit.* p. 129.

³⁰⁶ *Ibidem*, p. 139.

³⁰⁷ *Ibidem*, p. 155.

E, como mostra Fernández de Oviedo “ésta no plaze a todas maneras de gentes”; exige um comportamento de acordo com a cultura nobiliárquica, fortalecendo a aristocracia como corpo social superior.

CAPÍTULO 6

Privança e privados

Ao falar de costumes e cerimônias de corte é inevitável considerar o papel de um dos principais ofícios nesse ambiente de poder: o privado. Este tema é muito explorado pela historiografia, com destaque para o estudo de personagens que ficaram famosos no cenário político castelhano da baixa Idade Média: Álvaro de Luna, Juan Pacheco e Beltrán de la Cueva. Entretanto, é preciso salientar que geralmente a historiografia insiste em associar o fenômeno da privança com a fraqueza política da monarquia.

Em sua análise sobre a nobreza castelhana do século XV, a historiadora Marie-Claude Gerbet apresenta o regime de privança com um sentido mais amplo que os demais estudos. Para ela, a privança foi um dos pilares fundamentais para a ascensão na corte, em que a proximidade com o monarca e o favor régio promoviam aqueles que frequentavam o ambiente palatino, mesmo que não se relacionassem de forma exclusiva com o rei. Com base no exemplo do grupo dos cavaleiros, a autora aponta como o serviço na corte real era uma fonte de riqueza e prestígio:

Los caballeros podían igualmente servir al rey en la administración o en la Casa real, o incluso enviar a sus hijos a “criarse” en la Corte. Pero para esto era necesario disfrutar de la privanza real, es decir, tener acceso a la persona del rey, ya fuera directamente, gracias al jefe de su linaje, o como cliente de un gran noble. Esta privanza era esencial, puesto que permitía obtener tierras, juros, señoríos, e incluso, autorización para fundar mayorazgo. Algunos pertenecían a la pequeña nobleza, pero desarrollaron magníficas carreras de letrados que les proporcionaron ascenso social y enriquecimiento.³⁰⁸

Diferentemente de Gerbet, María del Pilar Carceller Cerviño apresenta o fenômeno da privança de forma mais particularizada, acentuando o protagonismo de alguns personagens que frequentavam a corte régia. O privado, nesse sentido, caracterizar-se-ia principalmente por assumir as funções do próprio rei, governando em seu lugar e controlando as relações de poder.³⁰⁹ Esse aspecto pode ser encontrado em vários fragmentos da crônica de Pedro Carrillo de Huete, que registra reclamações que muitos nobres faziam do condestável Álvaro de Luna, privado de Juan II:

³⁰⁸ GERBET, *op. cit.*, p. 370.

³⁰⁹ CARCELLER CERVIÑO, Álvaro de Luna. *op. cit.*, p. 88.

Porque de las cosas que por la presente dezir entedemos las más se aderençan al desordenado rregimento de vuestros rreynos procurado por el vuestro condestable, desque vuestra señoría lo fizo e subió en el estado que es, usando entera e largamente de todo vuestro rreal poder, así avsoluto como ordinario, e posponiendo onrra e preminençia que debidas era a vuestra mafestad rreal.³¹⁰

Así mesmo á procurado con vuestra señoría e tiene tales maneras como nengún natural vuestro aver ni alcançar no puede ofiçio vuestro ni merced vuestra si non quien él querer; [...] mostrandose más poderoso que vuestra merced e alta señoría. Muchas vezes ha acaeçido rrebatir lo que vuestra alteza e señoría por su persona madaua, a dar a entender que vuestro rreal ofiçio en él se á traspasado, e non conbiene a outro suplicar merced alguna ni justiçia si non a él.³¹¹

A alegada usurpação do poder por parte do privado é um dos principais argumentos em que se baseia a historiografia tradicional para interpretar este ofício como a evidência do estado pouco desenvolvido das monarquias medievais. Como já referido, pensamos que encaixar a monarquia medieval numa escala política evolutiva, rumo à formação de um Estado centralizado, empobrece a compreensão do funcionamento da dinâmica política medieval.

De acordo com Carceller Cerviño, a história carece de um estudo mais individualizado sobre a privança, ao contrário do que ocorre com o fenômeno do “valimento”.³¹² A institucionalização do ofício de valido, e a consequente produção de documentos relativos à função, facilitou as pesquisas sobre essa figura política nas monarquias modernas. Segundo a autora, “la ausencia de un reconocimiento expreso de la privanza, las variaciones del significado de dicho término y del de privado, así como la propia evolución de la monarquía complican más el establecimiento de unas características concretas del fenómeno”.³¹³

Pensamos que esta falta de clareza quanto à definição da privança, contudo, não significava que o ofício não tivesse um papel delimitado na administração reino. Pelo que as fontes indicam, o privado não só era um favorito e amigo pessoal do monarca, mas tinha a incumbência de aconselhá-lo, executando várias atribuições burocráticas e administrativas a fim de facilitar a condução das decisões régias. A privança tinha a função de auxiliar o monarca na execução da justiça e na promoção do bem comum. Carrillo de Huete oferece vários trechos em que Álvaro de Luna aconselha e desempenha o papel de secretário do rei castelhano:

³¹⁰ CARRILO DE HUETE, *op. cit.*, p. 320.

³¹¹ *Ibidem*, p. 327.

³¹² CARCELLER CERVIÑO, *Álvaro de Luna...op. cit.*, p. 87.

³¹³ *Idem*.

e señor Rey don Jhoan, por rruego e suplicación de don Álvaro de Luna, conde de Santestevan, e su condestable, mandó soltar de las prisyonas en que tenía preso a don Diego [...].³¹⁴

Las quales leyes suso dichas e a cada vna delas, yo fize e ordené con consejo de don Álvaro de Luna, conde de Santisteban e mi condestable de Castilla, e mi camareiro, e de mi Consejo, e de Rodrigo Alfonso Pimentel, conde de Benabente, e de otros condes, cavalleros e perlados e doctores de mi Consejo que a la sazón en la mi corte estaban.³¹⁵

Para a Idade Média, ainda no período que compreende este estudo, o privado do rei é tema de muitos debates políticos entre aqueles que aconselham a cabeça política. A maior parte da narrativa da crônica castelhana usada neste estudo se refere a conflitos e longos debates entre o monarca, seu condestável e diferentes grupos políticos, ora apoiando Juan II e seu privado, ora contrários. Nos trechos mencionados, Álvaro de Luna é o primeiro a ser citado entre os pares. Tal destaque adquirido pelo papel do privado, registrado na fonte, levou muitos historiadores a considerarem a privança como evidência da debilidade de um modelo político onde a figura do rei é fraca.

Esse é um aspecto também abordado por Carceller Cerviño – ainda que de forma superficial - em seu texto sobre privados castelhanos. Para ela, a evolução até o Estado Moderno deu lugar a transformações importantes no espaço cortesão, e somente com a chegada dos Reis Católicos ao poder haverá uma mudança substancial no regime da privança.³¹⁶ Dois fatores teriam contribuído para o fim do prestígio e da influência do privado no governo de Isabel e Fernando: os escândalos ocorridos com Beltrán de la Cueva, em 1464, e as Cortes de Toledo, em 1480.

Em 1464, após a nobreza rebelde acusar gravemente o privado Beltrán de la Cueva de receber a maior parte de seus ativos, os monarcas Isabel e Fernando determinam uma revisão das mercês. Apesar de seu patrimônio não ter sido gravemente reduzido nem sua participação no Conselho Real ter sido excluída, o antigo favorito de Enrique IV, Dom Beltrán,

Perdió su calidad de confidente de los reyes, sus posibilidades de decidir en la política regia, de ser la mano derecha en los momentos conflictivos; pero no solo porque los monarcas no comprendieran su gobierno de esa manera, sino también porque don Beltrán había sido el valido de un monarca desprestigiado, débil y acusado de tener demasiada influencia y de ser el

³¹⁴ CARRILLO DE HUETE, *op. cit.*, p. 150.

³¹⁵ *Ibidem*, p. 245.

³¹⁶ CARCELLER CERVIÑO, Álvaro de Luna... *op. cit.*, p. 90.

verdadero padre de la infanta Juana. Fuera o no fueran ciertas estas acusaciones, el duque de Alburquerque seguiría siendo recordado como la «causa» de los múltiples conflictos que sacudieron el reinado de Enrique IV.³¹⁷

Além dos escândalos envolvendo o privado, a autora nos leva a supor que os Reis Católicos tinham um projeto claro de criar um Estado centralizado, sem a interferência de outros personagens políticos. Tal conclusão concorda com grande parte da historiografia que costuma associar as mudanças ocorridas na relação entre a monarquia e a nobreza castelhanas a partir das Cortes de Toledo. Nesse conselho ter-se-iam fixado novas disposições relativas à organização da administração e do governo da Coroa, além da restituição de alguns cargos, de mercês em dinheiro e de possessões à realza. Essas disposições teriam causado grandes transformações na nobreza castelhana, o que envolvia a redução do protagonismo e da intromissão do privado no governo.³¹⁸

A limitação da participação de alguns membros na nova administração do reino causada pelas Cortes levou muitos historiadores a também admitirem uma evidente diminuição da importância e da função do próprio grupo da nobreza nas decisões do governo. Carceller Cerviño, contudo, destaca que alguns estudos mais recentes têm moderado tal interpretação, afirmando que o avanço até a monarquia absoluta não ocorreu de forma drástica, mas foi um processo de adaptação que conseguiu conservar a ordem social estabelecida e respeitar o grupo nobiliárquico – apoio de que a monarquia não podia prescindir.³¹⁹

A autora afirma, então, que foi no reinado dos Reis Católicos onde se firmou a posição de não se contar com a ajuda de privados. O fato de que nessa corte não houvesse um Juan Pacheco ou um Beltrán de la Cueva, “no quería decir que no hubiese nobles con un papel destacado en el gobierno y la administración; la diferencia es que éstos no tenían una influencia sobre los reyes comparable a la de aquéllos”.³²⁰ Continuaram existindo favoritos e a nobreza preservou seu papel, pois a função do conselho continuava sendo fundamental para a estabilidade dos monarcas, que dependiam do apoio e da sua colaboração.

³¹⁷ *Ibidem*, p. 111.

³¹⁸ *Idem*.

³¹⁹ *Idem*.

³²⁰ *Ibidem*, p. 112.

Em seu estudo acerca da aristocracia medieval, o historiador francês Joseph Morsel faz algumas considerações interessantes sobre os pesquisadores que estudam o período da história entendido como “a gênese da supremacia monárquica”. Morsel argumenta que os medievalistas costumam caracterizar o Estado Moderno a partir de dois pontos de vista: um ideológico e um prático. Do ponto de vista ideológico, estes historiadores se preocupam com relações que já não são feudais (senhor/homens), mas entre rei/súditos, construídas com o apoio de noções como “território” ou “nação”, e com base em discursos que independentizam o campo político. Do ponto de vista prático, esses estudos configuram tais relações através de uma fiscalidade de estado, de assembleias representativas e do enquadramento da justiça e da guerra. Segundo o autor, “así concebido, el ‘Estado moderno’ nacería en Occidente entre 1270 y 1370 aproximadamente, y descansaría sobre el sometimiento de la aristocracia”.³²¹

Morsel, contudo, pensa um pouco diferente. Pare ele, mesmo que tenha ocorrido um processo de acúmulo de forças de regulação social, não seria adequado ver nisso um plano conscientemente articulado pelo Estado de enquadrar institucionalmente o poder aristocrático. A formação do Estado monárquico como fenômeno histórico global não se situa no mesmo plano lógico que o conjunto de práticas observáveis entre príncipes e aristocratas³²²; práticas que devem ser observadas, no caso deste estudo, nos rituais e nas cerimônias de corte.

O autor argumenta que a passagem do feudalismo para o capitalismo, ou de uma Idade Média para a Moderna, teria sido resultado de poderes de tipo monárquicos que prolongam até o Antigo Regime a dominação aristocrática, dotada de discursos e de privilégios consideráveis que a institucionalizaram e a naturalizaram como uma categoria social denominada “nobreza”:

la existencia de la “nobleza” queda legitimada, esencialmente, en relación con esos poderes monárquicos, porque constituyen la fuente de toda legitimidade institucional, en tanto que en ellos confluyen legitimidade teológica y legitimidade jurídica. Pero esta situación, más que el resultado de una decadência aristocrática frente al rey, se debe a la transformación de los modelos de dominio social que hace de los poderes monárquicos una extensión de los poderes aristocráticos.³²³

Se os poderes do monarca dependem e estão diretamente ligados aos poderes da aristocracia, adequados a novas formas de regulação social, o papel do privado

³²¹ MORSEL, *op. cit.*, p. 316.

³²² *Idem.*

³²³ *Idem.*

constitui um meio fundamental para se observar como funciona a dinâmica política que envolve ofícios domésticos e administrativos.

Morsel considera então que o regime da privança em Castela configura um autêntico sistema de governo, “y no una deriva irracional que testimonie el subdesarrollo político de las monarquias medievales.”³²⁴ Este regime de favoritos, instaurado nas cortes europeias nos séculos XIV e XV, demonstrava o quanto a proximidade em relação à figura do monarca era importante para os que buscavam alcançar poder e prestígio, se sujeitando, por isso, ao rei. Esta sujeição, porém, não anulava que estes favoritos também representassem autênticos agentes políticos ao frequentar a corte e servirem de mediadores entre a casa do rei e o bem público:

El favorito no es sino la parte más visible del sistema que hace de la corte no sólo un lugar de sumisión al rey, sino un lugar de validación del poder de los aristócratas mediadores; cuando el rey de Portugal Alfonso III establece que, en función del poder *ricohombre* [...], podrá acompañarle a la corte un número determinado de caballeros, eso significa también que la corte refuerza el poder del *ricohombre* respecto a sus hombres, a los que procura a su vez una cierta proximidade al rey...³²⁵

É interessante, neste momento, retornarmos aos aspectos ressaltados na apresentação que Carrillo de Huete faz de Álvaro de Luna. O primeiro deles diz respeito à relação da privança com a ascensão social e aumento do poder daqueles que dela usufruem. O segundo aspecto é a justificativa que o cronista utiliza para a validação da presença deste aristocrata na corte castelhana:

Este condestable don Álvaro de Luan alcanzó tanto en Castilla, que no se fala por corónicas que hombre tanto alcanzasse, ny tan grande poderio touiese, ni tanto amado fuese de su Rey como él hera. [...] E en este tienpo estaua el rreyno en ta sosiego, que ningunos, grandes y no pequenos, no osauan volesar que luego no era puesto rremedio en ello con justicia. E este condestable era vien generoso que era fijo de Álvaro de Luna, copero mayor del rrey don Enrrique, fijo de don Jhoan de Luna, que es vna de las señaladas casas de los nobles de Aragón.³²⁶

As qualidades mencionadas pelo cronista explicam a presença deste homem na corte. Além de sua generosidade, o condestável era “gracioso en el fablar, e en el cantar, e en el dançar, e en el arreo de su persona [...], e muy ventuoroso en todas

³²⁴ *Ibidem*, p. 331.

³²⁵ *Idem*.

³²⁶ CARRILLO DE HUETE, *op. cit.*, p. 176.

cosas”.³²⁷ Para além de sua digna ascendência, seus modos de se comportar são relevantes para ocupar o papel de privado de Juan II.

Contudo, ao longo da crônica nos deparamos com um contínuo debate sobre disputas políticas que envolvem o monarca, vários nobres e os infantes aragoneses. São vários relatos e algumas cartas, citados por Carrillo de Huete, que colocam o privado como principal motivo dos problemas que afetavam o bem comum. A usurpação do poder do monarca pelo privado é um dos argumentos mais usados para justificar os problemas que estariam ocorrendo no reino. Vemos esta característica na carta que o adelantado Pero Manrique envia a Juan II:

Pero, señor, como vos ayades sabido, e aún por nosotros á sydo notificado, que por nosotros aver suplicado al señor Rey que a su alteza plega de rregir por sy, sin enpedimyento de otro alguno, sus rreynos e súbditos e naturales, el condestable, por ser fecho que principalmente a él atañe, le á plazido e plaze de fazer el scándalo e voliçio que vos vedes, lo qual rredunda en tanto deseruicio del dicho señor Rey, con toda rreuerenca, e daño de sus rreynos [...].³²⁸

Este é apenas um dos vários fragmentos que encontramos ao longo da crônica em que alguém reclama que o rei não estaria governando por conta própria, mas com a intromissão de Álvaro de Luna. Juan II não poupa palavras para defender seu condestável e faz questão de contrariar os argumentos de Pero Manrique: “E a lo que dezides que por me suplicar e pedir que rriga e administre mys rreynos por mi persona [...] yo vos envio dezir e responder [...] que yo he rregido, e rriejo, e entendo rregir, mis rreynos por mim propia persona, sin enpedimyento de outro alguno.”³²⁹ Juan II continua seu discurso enfatizando que a proximidade e a lealdade de seu condestável não davam razões para que seu poder fosse questionado:

E a lo que me escribistes que era notorio el apoderamiento que el mi condestable dezides que tiene sobre mi alteza e del Príncipe mi fijo e en mi corte [...], mucho so marabillado por no vos avergonçar dezir e rrepliar essas blasfêmias tantas vezes, e tan grande blasfêmia e ynfamia e mengua de mi persona; e çierto e notório e público e manifiesto es que no fué ny es asy verdade.
[...] E por el dicho mi condestable estar acerca del mi seruicio, e yo fiar dél como de mi leal servidor que él es, por esto no se sigue que es verdade que é ni outro alguno tenga apoderamiento en my persona e corte, ny en la presona del dicho Príncipe mi hijo, ni lo yo consentiria ni daria logar a ello por todo el mundo.³³⁰

³²⁷ *Ibidem*, p. 177.

³²⁸ *Ibidem*, p. 260.

³²⁹ *Ibidem*, p. 264.

³³⁰ *Ibidem*, p. 267-268.

Mesmo com as longas respostas que Juan II oferecia aos que reclamavam de sua forma de administrar o reino juntamente com Álvaro de Luna, o discurso contra o condestável era sempre retomado por aqueles que o colocavam como causa para as guerras entre os reinos. Os infantes e reis aragoneses, constantemente envolvidos em conflitos por senhorios com o rei castelhano, foram os que mais se incomodaram com a presença de Álvaro de Luna na corte de Juan II. São várias as críticas que eles fazem à suposta influência maléfica do condestável:

fueron poco marauillados los rreyes de Aragón e Nauarra, viendo tales mouimientos, syn causa alguna rrazonable, syno es por los yntereses de las dichas personas. Las quales, según parece, voluntariamente porná a todo peligro la persona e estado del Rey de Castilla, por encobrir e fortificar sus malos propósitos.³³¹

Apesar de Afonso V (rei de Aragão) e seu irmão Juan (rei de Navarra) não citarem o nome do condestável em suas reclamações, deixam claro a quem se dirigiam as críticas. Ao longo da crônica, que segue os acontecimentos em ordem cronológica, as alegações se tornam mais diretas e incisivas:

Que vien save su merced en como a su señoría fué suplicado que le pluguiese apartar de sí e de su corte al condestable, por algunos escândalos y ynconuenientes que se siguían en sus rreynos por su señoría[...].³³²

E assim como Pero Manrique, o rei Juan de Navarra e seus nobres enviam longos capítulos ao rei castelhano a fim de acusar o condestável por usurpação de poder:

mostrándose más poderoso que vuestra merced e alta señoría. Muchas vezes ha acaçido rrebatir lo que vuestra alteza e señoría por su persona mandaua, a dar a entender que vuestro rreal ofiçio en él se á traspasado, e que non conbiene a otro suplicar merced alguna ni justiçia si non a él.

[...] Otrosí, viendo todo aquesto vuestros naturales asy passar, e que vuestra señoría dá a todo lugar, e que el dicho condestable de cada día se apodera, e que en les fazer vien o mal a quien quiere, muchos, así condes como rricos-onbres e otros cavalleros de vuestros rreynos se án a él sometidos, e son fechos suyos; lo vno, por alcançar por él aquello que de vuestra señoría avían de alcançar e aver, non lo pueden sin él; lo outro, por ser seguros de daños e ynjurias. Por lo qual, muy poderoso señor, la fee e la esperança e amor que vuestros naturales e los grandes de vuestros rreynos devían tener en vuestra majestade rreal, pónenla en el dicho condestable, e rresfrían de vuestro amor [...].

³³¹ *Ibidem*, p. 64-65.

³³² *Ibidem*, p. 305.

E asy lo fazen e es visto fazer, e a él ovedecen, e a él sirven, e a él aguardan, e a él ondran, e a él demandan graçias e mercedes e ofiçios, e todas las otras coisas que con vuestra alteza se debrían procurar, e a él se dan las graçias que se fazen, e las que quiere denegar escúsase a vuestra alteza. Por manera que a él rreputan por soberano señor.³³³

A quantidade de agravos causados pela presença de Álvaro de Luna chega a ser tão notória que o rei de Navarra e os infantes dizem que “serían luengas describir”³³⁴. Eles não deixam de dizer, porém, que o espaço exagerado que o condestável alcançou, acabou provocando acontecimentos contrários à razão e à honestidade, os quais não deveriam ser tolerados. De acordo com a argumentação destes capítulos, que acusam o privado, o favoritismo dado a Álvaro de Luna parece tão inexplicável, que os infantes alegam que:

es no forçado derechamente non solo crer mas aún solo afirmar lo que por todos se dize, que el dicho condestable tiene ligadas e atadas todas vuestras potencias corporales e animales por mágicas e deavólicas encantaciones, para que vuestra señoría non faga sino lo que él quisiere, ni vuestra memoria rremienbre, ni vuestro entendimiento entienda, ni vuestra voluntad ame, ni vuestra voluntad fable, salvo lo que él quiera e le plaze, e con quien e ante quien e con los grandes que él quiera e le plaze.³³⁵

Percebe-se que as potências reais estariam gravemente prejudicadas pelos encantos do condestável. A vontade, a memória, o entendimento e a escolha daqueles que se relacionam com o monarca dependeriam exclusivamente da aprovação de Álvaro de Luna. A influência monopolizadora à qual o rei castelhano aparentemente estava submetido era motivo para um forte embate político entre os reis de Aragão e Navarra e Juan II. Acusando o condestável de tirania, Juan de Navarra não esconde sua desaprovação:

desque vossa señoría lo fizo e subió en el estado que es, usando entera e largamente de todo vuestro rreal poder, así avsoluto como ordinario, e posponiendo la onrra e preminençia que debidas eran a vuestra magestad rreal; e como los sabios antigos fablasen, dos maneras de prinçipar e señorear sobre gente, la vna natural, derecha e buena, la otra tiránica e contraria, a vuestra señoría collegan que a outro más largamente conosçer qual de las dichas dos maneras el dicho condestable escogió e usó en el dicho rregimento, e cosas por él fechas, usurpando el dicho vuestro rreal poder, e querendo someter e sometiendo a sí todo quanto es, e fazerse monarca en vuestros rreynos.³³⁶

³³³ *Ibidem*, p. 327-329.

³³⁴ *Ibidem*, p. 332.

³³⁵ *Idem*.

³³⁶ *Ibidem*, p. 320.

Retomando o que “los antiguos brevemente scribieron”³³⁷, o rei navarro aborda o tema das virtudes e propriedades de um príncipe para atacar o condestável. Contrapondo a figura de um verdadeiro rei à de um tirano, Juan de Navarra enumera onze características próprias daqueles que naturalmente governam e diretamente reinam. Em seguida, lista outras onze características do príncipe tirano e, por fim, acrescenta mais três cautelas que este sabe utilizar para se manter no poder.³³⁸ Com essa estratégia discursiva, Juan de Navarra e o infante Dom Enrique mostram que

rrazón non sería afirmar ni se fazer poderia sin muy manifiesto herrar, el qual vuestro condestable, aliándose a de las dichas virtudes y buenas propiedades suso declaradas, pues todas carezen e sus obras son contra las virtudes dichas, con muy justa e legítima rrazón necessário es merecedor ser reputador e tenido por conoçido tirano. E por tanto, muy excelente príncipe, Rey e señor, vuestra rreal magestad deve abrir sus orejas para oyr todas las cosas que dichas son [...].³³⁹

A malícia de Álvaro de Luna, revelada nas mortes e prisões que se lhe atribuíam, não era atributo para um príncipe. A falta de honestidade e reverência somada a uma exagerada ousadia era motivo para que muitos contestassem essa privança:

E como quier que otros muchos ayan sydo privados de rreyes, no es memoria ny se lee ni fabla por scriptura que fuese privado tan osado a fazer tales cosas, ni que en tanto menospreçio e desdén e poca rreputación toviese a rrey e a señor de tanta exelencia como aqueste, asy en sus abtos como en sus fablas.³⁴⁰

Apesar das críticas, Juan II opta por não responder a estes capítulos contra seu condestável de imediato.³⁴¹ Somente após várias batalhas entre Castela e Navarra, ocorridas entre os anos de 1440 e 1441,³⁴² o monarca castelhano envia sua breve resposta às críticas direcionadas a seu condestável. No documento, o rei deixa claro que está a par dos escândalos que ocorriam em seu reino e que puniria e castigaria seu condestável caso ele merecesse.³⁴³ No entanto, Juan II também afirma ter plena confiança naqueles que o rodeiam, pelo que não entendia que seu privado estivesse exercendo influência além do que era seu serviço:

³³⁷ *Ibidem*, p. 321.

³³⁸ *Ibidem*, p. 321-323.

³³⁹ *Ibidem*, p. 323.

³⁴⁰ *Ibidem*, p. 332.

³⁴¹ *Ibidem*, p. 333.

³⁴² A crônica de Carrillo de Huete apresenta diversas batalhas e apropriações de terras nos anos de 1440 e 1441. É neste último ano que o rei castelhano é feito prisioneiro em Medina del Campo pelo rei de Navarra.

³⁴³ CARRILLO DE HUETE, *op. cit.*, p. 401.

E así mesmo so mucho marauillado de vosotros en me screbir tales cosas, ca yo non do fee ni creença a nenguno que verdadeiramente no me sirve, por afeçon del dicho condestable, mas amo e quiero e sigo el consejo de aquellos que lealmente me sirven, como son los que conmigo están, los quales oir afeçon del condestable ny de outra persona alguna no me dirán ni consejarán saluo lo que fuere mi seruicio.³⁴⁴

Pelas palavras de Juan II, depreende-se mais uma vez que a lealdade e a proximidade que o privado apresenta em seu serviço na corte são fatores fundamentais para que o rei o mantivesse como conselheiro. Mesmo diante de constantes súplicas e requerimentos contra Álvaro de Luna ao longo de seu reinado, o rei castelhano mantém sua argumentação baseada no fato de estar sendo aconselhado não só pelo seu fiel condestável, mas pelo Conselho. O monarca chega a ser perspicaz ao afirmar que:

E con vuestro consejo e de los otros grandes cavalleros de mus rreynos E doctores del mi Consejo, yo en todos aquellos tienpos rregí e gouerne mis rreynos, e sienpre vos ví e ou loar e aprouar el rregimento e gouernasçión, e la manera que en todo ello se tenía, continuando todavia mi corte el dicho mi condestable. E querer agora vosotros repeender lo que entonçes loastes e prouastes, vien pareçe la yntencion syniestra con que a ello vos mobedes.³⁴⁵

Como mostra o fragmento, os grandes homens de Castela não só aconselhavam o rei, como aprovavam a presença de Álvaro de Luna na corte. Pelos diferentes discursos citados até agora, constatamos a complexidade de se entender a função do privado a partir dos documentos: ao mesmo tempo em que esta função é apresentada como algo necessário para a boa governança do reino, ela também poderia ser prejudicial. Tudo depende de quem discursava; contra ou a favor de Álvaro de Luna.

A maioria dos trechos e alegações contra o condestável vinha dos infantes e reis de Aragão e Navarra, do adelantado Pero Manrique e de Pedro Sarmiento, reposteiro-mor de Juan II.³⁴⁶ Outros personagens apresentam um posicionamento mais ambíguo em relação à figura do condestável, como o príncipe Enrique e sua mãe, a rainha Maria de Aragão. O futuro rei castelhano, principalmente, é o melhor exemplo de como este cenário político era mutável, já que Enrique ora tomava partido por seu pai e Álvaro de Luna, ora se aliava ao rei de Navarra. Sua constante mudança de

³⁴⁴ *Ibidem*, p. 402.

³⁴⁵ *Ibidem*, p. 271.

³⁴⁶ Podemos encontrar não só longas argumentações contra a presença Álvaro de Luna, mas diversas descrições factuais acerca de seus atos supostamente tirânicos, nas seguintes páginas da crônica de Carrillo de Huete: 258-261, 266, 271, 273, 299-300, 304-307, 320-333, 357, 365 -368, 371-373, 381, 385, 389, 396-399, 407, 419, 421-433, 446-449, 455, 569, 520-521, 524, 528.

posicionamento, no entanto, não é justificada por Carrilo de Huete, como acontece com os outros personagens.

De qualquer maneira, é importante notar que no *Halconero de Juan II* os argumentos que condenam o privado incidem sobre os desvios da função. É por meio da avaliação das ações de Álvaro de Luna que as posições políticas se enfrentam, colocando o privado em lugar de destaque. Mesmo que encontremos longos trechos em o próprio rei assume protagonismo por meio do discurso direto, no qual defende a sua posição e a de seu privado, entretanto, é Álvaro de Luna que ocupa o papel principal no embate político. Com base nos discursos políticos da crônica, pode-se mesmo dizer que é o condestável que encarna o fiel da balança do bem comum. É a privança de Álvaro de Luna que está no foco das disputas pelo poder, envolvendo os reinos da Hispânia:

le enviaban dezir e pedir merced que tomase por enemigo así como ellos al dicho condestable don Álvaro de Luna, pues que por su pribança se avían seguido e seguían de cada día los males e daños en estos rreynos que suso son dichos.³⁴⁷

E, mais uma vez, o condestável é acusado de utilizar do poder do rei para provocar inimizades entre os grandes desses reinos:

con esta yntençión, á fecho e faze cada día la guerra a vuestra merced e a vuestros rreynos, dándovos a entender, aspídica e serpentidamente que vos faze seruicio, e que si non fuese por él avríades perdido vuestra corona, seyendo lo contrario. Ca por causa suya están vuestras rreynos como están, perdidos, e vuestra corona á rresçeuido tanto destruimiento como nunca rresceuió rrey ni señor de España; e está en términos de rresceuir más, si vuestra señoría non aparta la voluntad absoluta que á tenido e tiene con el dicho vuestro condestable.³⁴⁸

Os dois fragmentos repetem os mesmos argumentos de vários trechos já mencionados que desaprovam o privado de Juan II. A recorrência evidencia o quanto o poder de Álvaro de Luna constituía uma realidade política importante, utilizada por diferentes partidos para justificar os respectivos objetivos políticos. Para o rei, defender a função de privado, exercida por Álvaro de Luna, era defender o próprio bem comum:

Ni es verdade que se faga todo lo que al mi condestable plaze e quiere [...]e antes es çierto e notório, público e manifesto en mi corte en mis rreynos, e aún fuera dellos, que como quiera que yo faga mençión del dicho mi condestable, como está en rrazón, por quién él es e por los leales seruicios que me há fecho e faze de cada día, pero yo no he

³⁴⁷ CARRILLO DE HUETE, *op. cit.*, p. 357.

³⁴⁸ *Ibidem*, p. 522.

solamente mi consejo con él, mayormente en los fechos árduos que mucho tocan al mi seruido e al bien común de mis rreynos, e mas esso mesmo conotros grandes perlados, e condes, e rricos omes, e cavalleros, e personas de gran autoridade e ecentíficas del mi Consejo.³⁴⁹

Pelos argumentos do monarca, Álvaro de Luna não estaria exorbitando de suas funções: cumpria seus serviços de forma leal, dando-lhe bons conselhos. Ao destacar o papel dos grandes de seus reinos, Juan II mostra, portanto, que está acompanhado por um grupo cuja função é aconselhá-lo com o objetivo de alcançar o bem comum. De acordo com o fragmento, a função política, tanto destes nobres, nos quais se inclui o condestável, quanto do monarca, estaria sendo perfeitamente desempenhada.

O exercício correto das funções, contudo, não impedia que a cabeça-política e seus pares entrassem em conflito, com frequência. Pela narrativa das fontes, constata-se que as disputas pelo poder eram parte fundamental da dinâmica política, na qual se enfrentavam monarcas e senhores. Vale lembrar que os embates jamais se configuram como lutas da monarquia contra a nobreza, uma vez que o monarca sempre será apoiado por aqueles que estão satisfeitos com a distribuição do poder, do qual fazem parte. Ao mesmo tempo, as disputas podiam também ser protagonizadas por grupos nobiliárquicos enfrentados no espaço da corte. Álvaro de Luna representa apenas uma parcela desse jogo pelo poder.

Um estudo aprofundado sobre a corte medieval não pode deixar de considerar a importância desses personagens que detinham tanto prestígio, como os privados. Devido à sua condição, naturalmente eles assumem o protagonismo nas disputas pelo poder. Para Carceller Cerviño,

El privado había logrado escalar hasta el puesto más alto de la corte, ya que había conseguido ser el favorito del rey, quien gozaba de la confianza regia, lo que le garantizaba su participación directa en la vida política así como beneficios personales. Sin embargo, era también objeto de las iras del resto de la nobleza, quienes si identificaban los males del reino en su intromisión ilícita en el gobierno. La existencia de estos personajes [...] provocó la división y enfrentamiento de la aristocracia, que denunció el abuso de autoridad del favorito y aprovechó las circunstancias para reivindicar mayores cotas de poder y de actuación.³⁵⁰

³⁴⁹ *Ibidem*, p. 270.

³⁵⁰ CARCELLER CERVIÑO, Álvaro de Luna...*op. cit.*, p. 90.

Do que foi dito até agora, não nos parece que as intrigas da corte e o papel dos protagonistas devam ser os critérios para concluir se a monarquia é forte ou fraca. Basear-se na influência do privado para classificar a monarquia medieval como “subdesenvolvida” ou “fraca” não faz sentido no contexto das fontes. Notamos que as intrigas políticas, cenário representado pela corte, eram protagonizadas por indivíduos que tinham status e detinham influência política na administração do reino, fosse tomando as decisões ou aconselhando. Estes protagonistas não eram somente reis e seus supostos usurpadores; grande parte dos nobres, infantes, muitos cavaleiros e indivíduos com melhores ofícios dentro da casa do rei, todos eles, estavam inseridos numa trama política que, circunstancialmente, se desenrolava em volta de algum personagem que estaria ameaçando o poder de outrem.

Vale a pena questionar, então, o próprio reinado dos Reis Católicos e a ruptura que se lhes atribui, no que diz respeito à influência do privado/valido. Como já comentado, para Carceller Cerviño, Isabel de Castela e Fernando de Aragão teriam conseguido diminuir a influência do privado, inclusive com um projeto consciente de formar um Estado centralizado. Porém, para o autor da edição crítica do *Libro de la Cámara Real del Príncipe Don Juan*, Santiago Fabregat Barrios, essa influência não parece ter diminuído tanto. Ao comentar sobre a descrição que Fernández de Oviedo oferece sobre a função de mordomo-mor, Fabregat Barrios nos diz que:

Gutierre de Cárdenas fue también maestresala de la reina Isabel y personaje de gran peso en los círculos cortesanos. Según explica Oviedo en las *Batallas*, “fue tan recto e tanta persona la suya cerca de los Reyes Católicos, e em tanto que vivió, su privanza tan bien acogida e bien vista, que ninguna cosa de importância se hacía sin la consultar con é.”. Y añade el cronista: “Tan absolutamente mandaba la casa de la reina e del príncipe e infantas sus hijos, e así era obedescido como em la suya propia”.³⁵¹

Os termos não deixam dúvida quanto ao alcance do poder de Gutierre de Cárdenas, no papel de privado (íntimo) do poder, na corte dos Reis Católicos. Assim, cremos que recorrer à documentação é fundamental para evitar certas classificações naturalizadas pela historiografia tradicional. Considerar a presença do privado/valido como símbolo de fraqueza da monarquia medieval e colocar a monarquia moderna

³⁵¹FERNANDEZ DE OVIEDO, *op. cit.*, p. 83.

como um Estado centralizado e verdadeiramente livre de favoritos do rei parece uma conclusão difícil de sustentar.³⁵²

Dessa maneira, quando recorremos à crônica de Carrillo de Huete, vemos que a dinâmica política da época era muito mais complexa do que uma mera questão de força ou fraqueza de Juan II. Considerando a figura do privado como foco das tensões políticas, nota-se que as críticas direcionadas a ele se relacionam muito mais com uma preocupação com o desvio de função do que com a centralização política. Aqueles que atacam o privado não o fazem com o intuito de defender que o monarca exerça seu poder de forma monopolista e centralizadora, mas que diminua ou elimine o poder de determinados personagens e grupos, de forma a que outros também possam dividir o poder com o rei. Nesse sentido, a corte é um espaço de poder tacitamente reconhecido como o lugar de excelência do poder, e as práticas de privança foram essenciais para o fortalecimento e prestígio da monarquia. Afinal, os privados, fossem amados ou odiados, só existiam em função do rei.

³⁵²Juntamente com este argumento, não podemos deixar de lembrar o poder que os validos vão alcançar no início da Idade Moderna, como por exemplo, o Conde-Duque de Olivares, na corte de Felipe IV, dos Habsburgos.

CONCLUSÃO

O ponto de partida desta dissertação foi a “sociedade de corte” de Norbert Elias. Ao longo da pesquisa, procuramos dialogar com os principais pressupostos dessa obra, centrados na baixa Idade Média, e a própria expressão “sociedade de corte” acabou por configurar uma espécie de pano de fundo contra o qual fomos construindo o objeto de estudo. Chegados ao final, precisamos nos perguntar sobre a validade da própria expressão, nos termos elisianos, para o contexto estudado por nós.

Por meio dessa expressão, Elias procurou sublinhar o duplo sentido de uma figuração: ao mesmo tempo em que a corte é considerada uma sociedade com indivíduos que sofrem e exercem dependências recíprocas e compartilham um determinado comportamento, também existe uma sociedade do Antigo Regime que se organiza a partir dessa mesma corte. Para Roger Chartier, o estudo de Elias se concentrou em uma forma particular de sociedade, organizada com relações sociais específicas e que, por isso, deveria ser tratada do mesmo modo que a sociedade feudal (baseada nos vínculos vassálicos) ou a industrial (baseada na produção manufatureira).³⁵³

A análise elisiana sobre a corte parisiense de Luís XIV, apesar de ser um estudo de caso, pretendia esclarecer as condições que possibilitaram a emergência e perpetuação de uma determinada formação social que permitiu a difusão dos modelos de comportamento e dos dispositivos psicológicos elaborados na sociedade de corte para outras camadas sociais.³⁵⁴ Desde finais da Idade Média, essa formação apresenta uma dinâmica cultural e política entre rei, indivíduos e grupos, dentro de um espaço privilegiado, o que exige determinadas normas de comportamento como forma de controle.

Com a transformação gradativa da corte real francesa em uma formação social de elite rigorosamente delimitada, assiste-se ao nascimento — corolário inevitável de uma formação social particular em expansão contínua — de uma "cultura de corte". Existiram formas prévias dessa cultura cortesã do comportamento, da maneira de falar e de amar, [...] já na Idade Média, não só nas cortes reais, mas também nas cortes de senhores feudais, e muitas vezes especialmente nessas últimas.³⁵⁵

Na França, como vimos, a linha mestra do deslocamento de forças na relação das camadas dirigentes, e do surgimento de uma nova, a

³⁵³ CHARTIER, Roger. Prefácio a A Sociedade de Corte. In: ELIAS, *A sociedade... op. cit.*, p. 9.

³⁵⁴ ELIAS, *op. cit. A sociedade...*, p. 22.

³⁵⁵ *Ibidem*, p. 194.

formação aristocrática de corte, era relativamente clara no final da Idade Média.³⁵⁶

Rita Costa Gomes, que partiu da obra de Elias para fazer o estudo sobre as cortes dos reis de Portugal, chega a utilizar a expressão “sociedade de corte medieval”³⁵⁷. Mas, tal como Marie-Claude Gerbet, ela também usa o termo “nobreza” seguido por outra palavra para ressaltar as diferentes especificidades que esse corpo assume. Ambas as autoras parecem concordar que existe uma ideia de nobreza, corpo social juridicamente privilegiado, mas que é constituído por muitos outros grupos, dentre os quais “nobreza *de corte*”, “nobreza *cortesã*” ou “nobreza *de servicio*”³⁵⁸ seriam apenas um deles. Gomes alega que:

Estamos, sem dúvida, perante uma das mais vincadas “fronteiras internas” desta sociedade, aquela que coloca os nobres à parte, constituindo um grupo claramente detectável no seu seio – embora naturalmente, se deva atender à permeabilidade e mutação dos seus limites, ou seja, à sua maior ou menor abertura no período que nos ocupa. Mais do que um elenco fixo dos indivíduos presentes na corte que ocupassem um lugar preciso – o da nobreza - na estratificação sócio-jurídica da sociedade da época, procuramos estudar, preferencialmente, a pluralidade de movimentos e a estruturação das distinções sociais que configuram a nobreza de corte enquanto grupo, que não pode fazer-se adoptando perspectivas de rigidez e obsessão classificativa que, além de redutoras, muitas vezes fazem violência às fontes.³⁵⁹

De maneira semelhante, Gerbet entende que no final da Idade Média, em Castela, condições políticas e econômicas favoráveis ofereceram à nobreza diversos canais de mobilidade e de configuração, fator que impede de se falar em uma única nobreza espanhola ou em um grupo homogêneo. Para ela,

no cabe hablar, sobre todo para los siglos medievales, época de sus génesis, de una nobleza española, sino de varias noblezas, tan distintas como las dominaciones políticas, pese a los rasgos comunes que intervienen en la propia definición de toda nobleza: el disfrute de un estatuto jurídico privilegiado. De hecho, estas noblezas non solo non formaron de la misma manera, ni en la misma fecha, sino que además no experimentaron una evolución semejante y desempeñaron un papel político, social y económico diferente según los Estados.³⁶⁰

Nota-se, portanto, a necessidade de abordar um grupo social tão complexo e heterogêneo com os cuidados devidos. Nessa perspectiva, para explicar o funcionamento do espaço da corte, enfrentamo-nos logo de início ao problema da

³⁵⁶ *Ibidem*, p. 223.

³⁵⁷ GOMES, *A corte... op. cit.* p. 63

³⁵⁸ GERBET, *op. cit.*, p. 179 e GOMES, *A corte... op. cit.* p. 64, 164.

³⁵⁹ GOMES, *A corte... op. cit.*, p. 63.

³⁶⁰ GERBET, *op. cit.*, p. 15.

nomenclatura mais adequada para fazer referência a um corpo social que se modifica tanto ao longo dos séculos e que apresenta grande variedade e flexibilidade com relação aos canais de ascensão no final da época medieval. Mas, ainda que Gomes e Gerbet apresentem as trajetórias destes diversos grupos como parte de um mesmo corpo, percebemos que a ideia de corte continua vinculada à nobreza.

Joseph Morsel entende ser melhor substituir o termo “nobreza” pelo de “aristocracia”. Para ele, o emprego habitual do termo “nobreza” é problemático, pois alude a uma categoria social que é uma divisão artificial, ideal, “un instrumento de clasificación basado en un proceso de discriminación social”.³⁶¹ Além disso, a palavra aparece sob diferentes formas nos textos medievais, variando de acordo com as tradições historiográficas locais,³⁶² o que dificulta o emprego universal da palavra. Por outro lado, o termo “nobreza”, ao mesmo tempo utilizado como categoria medieval e conceito histórico, pressupõe algumas questões: enquanto uma forma estereotipada da aristocracia, ele não autoriza que os historiadores o apliquem como *terminus technicus* neutro.³⁶³ Assim, dever-se-ia dar preferência à utilização do termo “aristocracia”:

Se ha privilegiado aquí la de aristocracia; no solamente el término es ajeno al lenguaje medieval, sino que remite fundamentalmente al fenómeno social que los debates de sacristía acabaron por ocultar: la *dominación social* a largo plazo de un grupo restringido de individuos al precio de adaptaciones vinculadas a la evolución social general, sin que esas adaptaciones [...] pusieran jamás en cuestión el mito de la continuidad del grupo.³⁶⁴

A crítica de Morsel ao emprego de conceitos de forma naturalizada nos parece bastante pertinente. Embora as cortes medievais não sejam o principal objeto de estudo do autor, a preocupação em estudar o poder da aristocracia entre os séculos V e XV engloba as mais diversas relações entre dominantes e dominados, e entre os próprios dominantes.³⁶⁵ Nesse sentido, ao se estudar a corte, símbolo de poder e ambiente frequentado majoritariamente por estes dominantes, pensamos que a utilização do termo aristocracia é bastante satisfatória; ela consegue englobar os mais diversos grupos de poder que estão em constante conflito no ambiente curial. Ao mesmo tempo, é importante lembrar que a evocação do termo “nobreza” remete à condição laica dessa ordem superior, deixando de fora os eclesiásticos, elementos de grande importância no

³⁶¹ MORSEL, *op. cit.*, p. 12

³⁶² *Idem.*

³⁶³ *Idem.*

³⁶⁴ *Ibidem*, p. 13.

³⁶⁵ *Ibidem*, p. 14.

espaço da corte, cujo nível de participação política podia ser igual ou maior que o dos laicos.

O termo “sociedade”, usado por Elias, remete a uma ideia de corte como um espaço social plural. O sociólogo estende as características típicas da corte moderna também às cortes medievais, embora ressalve que suas investigações “tratam detalhadamente apenas da sociedade de corte de uma época bem determinada”, ou que “as sociedades de corte aparecem em muitos Estados.”³⁶⁶ No entanto, a existência de uma “sociedade de corte medieval”, nos termos elisianos, não nos pareceu fácil de sustentar. Pensamos que o próprio título do estudo de Norbert Elias se insere numa perspectiva que, por mais que utilize uma metodologia da história³⁶⁷ e seja considerada historiográfica, está preocupada em explicar a teoria sociológica do processo civilizador. Esta dissertação, por mais que tenha se inspirado na teoria elisiana, não poderia abraçar tais pretensões.

O debate acerca da nobreza medieval, enquanto corpo social, nas suas mais diversas expressões, é muito amplo. Portanto, seria impossível nos aprofundarmos mais sobre a questão da nomenclatura, já que a pesquisa, em sua proposta inicial, pretendia analisar apenas aspectos político-culturais da corte, que permitissem ir além do protagonismo que normalmente o rei adquire nos estudos que se dedicam ao tema. Mas, ao final, o problema acabou por se impor. A partir do conjunto de autores contemplados nesta dissertação, tentamos ao menos pensar como melhor poderíamos nos referir a esse corpo social tratado como uma unidade por grande parte da historiografia, mas que não aparece da mesma forma na documentação.

As expressões mais recorrentes na crônica do *Halconero*, para se referirem a um grupo de pessoas descrito com status privilegiado, seriam as de “consello”, “cavalleros e gentiles honbres”, “perlados” e “grandes del rreyno”. Estes grupos aparecem juntamente com Juan II, em momentos de acordos políticos e em sua itinerância.

Diferentemente do *Halconero*, o *Libro da cámara real*, destinado a descrever a organização de uma casa real, apresenta uma gama de ofícios cujos ocupantes são oriundos das mais diversas camadas sociais. Em relação aos termos ligados à ideia de

³⁶⁶ ELIAS, *A sociedade...op. cit.*, p. 29.

³⁶⁷ *Ibidem*, p. 47. Elias dedica toda a introdução para discutir a importância de se unir a Sociologia com “o auxílio de investigações particulares”, se referindo à História. Ele chega a afirmar que “teorias sociológicas que não se confirmam no trabalho sociológico empírico são inúteis.”

nobreza, encontramos as palavras “noble”, “nobles”³⁶⁸ e “hijosdalgos”, que não aparecem com uma frequência tão relevante se comparada à quantidade de cargos descritos no tratado. Todos os cargos enumerados por Fernández de Oviedo são apresentados de maneira prestigiosa, independentemente da hierarquia de ofícios em que se baseava a estrutura daquela corte e da procedência de seus ocupantes. É claro que podemos constatar a existência de ofícios com mais status que outros, assim como o destaque que o cronista dá a alguns personagens. Contudo, depreende-se da leitura geral do *Libro* que o serviço na corte atribuía, por si só, muita honra e prestígio, e que os convivas se associavam à ideia de nobreza por meio de um determinado tipo de comportamento. E vale ressaltar que nas fontes esse comportamento é compartilhado por senhores laicos e eclesiásticos. Talvez, então, a expressão “aristocracia de corte” fosse mais ajustada à baixa Idade Média castelhana.

Com base na leitura da documentação e da bibliografia, concordamos com Joseph Morsel, ao atribuir à nobreza mais um papel de representação do que uma realidade social. Essa representação coletiva, ou mesmo o discurso encontrado nas fontes, definem e atualizam “valores que orientan la acción de los hombres y permiten el funcionamiento de las relaciones sociales”.³⁶⁹

Perceber que diferentes grupos sociais podem conviver em um mesmo espaço (a corte), e que eles utilizam o discurso de uma categoria social (a nobreza) e assumem seu comportamento para justificar suas ações concretas, foi uma das conclusões desta pesquisa.

Assim como constatamos a complexidade da dinâmica desses diferentes grupos na corte, poderíamos também destacar outros aspectos que analisamos ao longo da leitura dos documentos e que nos levaram à conclusão da dificuldade de se estabelecer esquemas rígidos ou demasiadamente taxativos para definir as características gerais da corte castelhana.

O primeiro desses aspectos refere-se à estrutura da corte. Por mais que quiséssemos delinear com exatidão a organização dos ofícios, seus ocupantes e a exata hierarquia entre eles, nem a bibliografia nem os documentos foram capazes de nos dar uma caracterização precisa. Mesmo o *Livro da câmara real*, que oferece certo

³⁶⁸ FERNÁNDEZ DE OVIEDO, *op. cit.*, p. 88,89, 114. Esta expressão basicamente só aparece três vezes no *Libro da Cámara*. Em duas ocorrências o cronista utiliza a expressão para justificar a presença na corte de algum grupo de cavaleiros ou mancebos e anciãos cuja origem é desconhecida. O terceiro uso da expressão se refere à linhagem dos Serranos de Ávila.

³⁶⁹ MORSEL, *op. cit.*, p. 14

didatismo e sistematização sobre a organização dos servidores da casa do príncipe Juan, caracteriza-se pela fluidez ao falar dos ocupantes e tenentes dos cargos, e pela imprecisão sobre a origem da maioria desses servidores. Tal particularidade revela-se também na falta de separação entre a esfera pública e privada.

Podemos afirmar que muitos ofícios estavam ligados a determinadas famílias e obedeciam a lógicas de hereditariedade, configurando nepotismo. No entanto, também encontramos muitos exemplos de designação e destituição de cargos, em o que o rei, juntamente com seu conselho, é o juiz dessas decisões. Como vimos no capítulo sobre a privança, tal aspecto é até mesmo válido para o caso do condestável Álvaro de Luna.

Ressaltamos a importância dos aspectos subjetivos envolvidos nesta dinâmica curial, como o controle do comportamento e a própria lógica do prestígio. Ligados diretamente aos rituais e às cerimônias, tais particularidades nos mostraram como o jogo de poder dentro e fora desta aristocracia de corte era sentido e visto pela sociedade medieval. Percebemos que a itinerância do rei e de sua corte ainda era uma das condições necessárias para que ele demonstrasse todo seu poderio e esplendor. Ao mesmo tempo, a bajulação e emulação entre os personagens e grupos que participam desse cenário ao redor do monarca também foram traços que evidenciam a pluralidade de atores na corte, de grande protagonismo, sem os quais a corte da baixa Idade Média seria impensável. Portanto, os grandes senhores são, ao lado do rei, responsáveis pelo prestígio da corte, pelo que parece pouco acertado estudar esse importante espaço de poder com os olhos postos apenas no monarca.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

CARRILLO DE HUETE, Pedro. *Crónica del Halconero de Juan II*. Editado por Juan de Mata Carriazo. Madrid: Espasa-Calpe, 1946.

FERNÁNDEZ DE OVIEDO, Gonzalo. *Libro de La Cámara Real Del Príncipe Don Juan: oficios de su casa y servicio ordinario*. Edición crítica de Santiago Fabregat Barrios. Valencia: Publicacions de La Universitat de València, 2006.

Bibliografia

ANDRÉS DIAZ, Rosana de. Las fiestas de caballería en la Castilla de los Trastámara. *En la España Medieval*, vol. 8, 1986, p. 81-107. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/ELEM/article/view/ELEM8686120081A>>. Acesso em: 5 nov. 2014.

AURELL, Martí. *La dama en la corte bajomedieval*. Navarra: Ediciones Universidad de Navarra, 2001.

BARROS. José D'Assunção. Os Livros de Linhagens na Idade Média Portuguesa – a constituição de um gênero entre a genealogia e a narrativa. *Convergência Lusíada*, nº 25, 2011, p. 159-182. Disponível em: <<http://www.realgabinete.com.br/revistaconvergencia/?p=138>>. Acesso em: 18 mar 2014.

BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François (Orgs). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

BUESCU, Ana Isabel. Festas Régias e Comunicação Política no Portugal Moderno (1521-1572). *Comunicação & Cultura*, nº 10, 2010, p. 35-55. Disponível em <<http://comunicacaoecultura.com.pt/wp-content/uploads/02.-Ana-Isabel-Buescu.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

CANNADINE, David; PRICE, Simon. *Rituals of royalty: power and ceremony in traditional societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CARCELLER CERVIÑO, María del Pilar. Álvaro de Luna, Juan Pacheco y Beltrán de la Cueva: un estudio comparativo del privado regio a fines de la Edad Media. *En la España Medieval*, nº 32, 2009, p. 85-112. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3121013>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

_____. La nobleza caballeresca castellana en el siglo XV: realidad y representación de un grupo social. *Medievalismo: Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, nº 10, 2000, p. 99-128. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=165212>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CASSIRER, Ernst. *La philosophie des formes symboliques*. La pensée mythique. Vol. II. Paris: Minuit, 1972.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Entre práticas e representações. 2ª ed. Miraflores: DIFEL – Difusão Editorial, 2002.

COELHO, Maria Filomena. Revisitando o problema da centralização do poder na Idade Média. Reflexões historiográficas. In: NEMI, Ana; ALMEIDA, Neri; PINHEIRO, Rossana (Orgs). *A construção da narrativa histórica*. Séculos XIX-XX. Campinas: Ed. Unicamp, 2014, p. 39-62.

CONTRERAS VILLAR, Angustias. La Corte del Condestable Iranzo, la ciudad y la fiesta. *En la España Medieval*. Vol. 10, 1987. p. 305-322. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/ELEM/article/viewFile/ELEM8787110305A/24119>>. Acesso em: fev 2015.

CUNHA, Mafalda Soares da. Nobreza, rivalidade e clientelismo na primeira metade do século XVI. Algumas reflexões. *Penélope*, nº 29, 2003. p. 31-46 Disponível em: <http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_29/29_05_MCunha.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2013.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *Correntes históricas na França*: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Ed. Estampa, 1994.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Investigação sobre a sociedade da realeza e da aristocracia de corte. Tradução Pedro Sússekind; prefácio Roger Chartier. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. *O processo civilizador*. Tradução Ruy Jungmann; revisão, apresentação e notas Renato Janine Ribeiro. 2 v. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FERNÁNDEZ DE CÓRDOVA MIRALLES, Álvaro. Sociedad cortesana y entorno regio. *Medievalismo*, nº 13-14, 2004. p. 49-78. Disponível em: <<http://revistas.um.es/medievalismo/article/view/51181>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

FLORI, Jean. Cavalaria. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (org.) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC, 2002, p. 185-199.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. *Os reinos dos cronistas medievais* (século XV). São Paulo: Annablume, 2006.

GAMEIRO, Odília Filomena Alves. *A construção das memórias nobiliárquicas medievais*. O passado da linhagem dos senhores de Sousa. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000.

GARCÍA VERA, María José. Los estudios sobre la corte y la “sociedad cortesana” a fines de la edad media un balance historiográfico. *Medievalismo*, nº 10, 2000. p. 207-267. Disponível em: <<http://revistas.um.es/medievalismo/article/view/52111>>. Acesso em: jan 2016.

GÉNICOT, Leopold. Nobreza. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (org.) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC, 2002, p. 279-291.

GERBET, Marie-Claude. *Las noblezas españolas en la Edad Media*. Siglos XI-XV. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

GOMES, Rita Costa. *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Algés: DIFEL, 1995.

_____. *Cerimônias da realeza nos fins da Idade Média. A propósito de um livro recente. Penélope*, nº 14, 1994. p. 129-136. Disponível em: <http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_14/14_10_RGomes.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2013.

_____. Os convivas do rei e a estruturação da corte (séculos XIII a XVI). In: BUESCU, Isabel; FELISMINO, David (org). *A mesa dos reis de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011. pp. 26-43.

_____. *The making of a court society. Kings and nobles in late medieval Portugal*. Translated by Alison Aiken. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político em Portugal (séc. XVII). Coimbra: Almedina, 1994.

HOMET, Raquel. Niños y adolescentes en fiestas e ceremonias. *En la España Medieval*, Vol. 24, 2001. p. 145-169. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/ELEM/article/view/ELEM0101110145A>. Acesso em: set 2015.

KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre a teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Revista Estudos Históricos*, Vol. 13, nº 24, 1999. p. 227-250. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2100>. Acesso em: fev 2014.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do ocidente medieval*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

_____. *A história nova*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Em busca da Idade Média*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *Uma longa Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

MARTIN CEA, Juan Carlos. Entre platos, copas y manteles: usos y costumbres sociales en torno a las comidas en la Castilla Bajomedieval. In: MARTIN CEA. *Convivir en La Edad Media*. Burgos: Editorial Dossoles, 2010.

MARTÍNEZ, María. Indumentaria y sociedad medievales (ss. XII - XV). *En la España Medieval*, vol. 26, 2003. p. 35-59. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/ELEM/article/viewFile/ELEM0303110035A/22064>. Acesso em: 8 dez. 2014.

MATTOSO, José. *A nobreza medieval portuguesa*. A família e o poder. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

_____. *A nobreza medieval portuguesa no contexto peninsular*. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4047.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2013.

_____. *O essencial sobre a cultura medieval portuguesa*. Séc. XI a XIV. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

MONSALVO ANTÓN, José Maria. Poder y cultura en la Castilla de Juan II: ambientes cortesanos, humanismo autóctono y discursos políticos. *Miscelánea Alfonso IX*, 2011. p. 15-91. Disponível em: <http://diarium.usal.es/monsalvo/files/2012/07/Poder-y-cultura-en-la-Castilla-de-Juan-II.pdf>. Acesso em: set 2015.

MORSEL, Joseph. *La aristocracia medieval*. El dominio social en Occidente (siglos V-XV). Valência: Universitat de València, 2004.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. A história e o conceito de cultura política. *Revista de História: Anais do X Encontro de História*, nº.6, ANPUH-MG, 1996. pp. 87-100.

_____. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, R. (org). *Culturas Políticas na História – Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

NASCIMENTO, Renata Cristina de Souza. Um perfil de fidalguia: Elementos para o estudo da estrutura nobiliárquica portuguesa no século XV. *Notandum*, nº 32, maio-ago 2013. CEMOrOC-Feusp / IJI-Universidade do Porto. p. 125-149. Disponível em: <http://www.hottopos.com/notand32/08renata.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2013.

NELSON, Janet L. *Politics and Ritual in Early Medieval Europe*. London: Hambledon Press, 1986.

NIETO SORIA, José Manuel. *Ceremonias de la realeza: propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara*. Madrid: Nerea, 1993.

OLIVEIRA, Antônio Resende de. A Cultura da Nobreza (sécs. XII-XIV). Balanço sem perspectivas. *Medievalista*, nº 3, 2007. p. 1-9. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA3/medievalista-nobreza.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

PENNINGTON, Kenneth. Law, legislative authority, and theories of government, 1150–1300. In: BURNS, J. H. *The Cambridge History of Medieval Political Thought c.350–c.1450*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 445- 453.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do iderário político*. São Paulo: EdUSP, 2003.

QUINTANILLA RASO, María Concepción. El protagonismo nobiliario en la castilla bajomedieval. *Medievalismo*, nº 7, 1997. p. 187-233. Disponível em: <<http://revistas.um.es/medievalismo/article/view/52211>>. Acesso em: 7 jan. 2015.

_____. Élités de poder, redes nobiliarias y monarquía en la Castilla de fines de la Edad Media. *Anuário de Estudios Medievales*, vol. 37/2, julio-diciembre, 2007. p. 957-981. Disponível em: <<http://estudiosmedievales.revistas.csic.es/index.php/estudiosmedievales/article/viewFile/57/58>>. Acesso em: 3 jan. 2015.

_____. Los grandes nobles. *Medievalismo*, nº 13-14, 2004. p. 127-142. Disponível em: <<http://revistas.um.es/medievalismo/article/view/51221>>. Acesso em: 4 jan. 2015.

REMOND, René. Uma história do presente. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 13-36.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: *História da Vida Privada 3. Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 169-209.

ROSSO, José Henrique. Mobilidade social na Idade Média: um breve estudo sobre os ministeriales na Alemanha. *Revista de Ciências HUMANAS*, v. 47, n. 2, out. 2013. p. 289-305. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2013v47n2p289>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história conceitual do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

RUCQUOI, Adeline. De los reyes que no son taumaturgos: los fundamentos de la realeza en España. *Relaciones: Estudios de Historia y Sociedad*, XIII: 51, 1992, p. 55-100. Disponível em: <http://www.revistareلاقات.com/index.php/numeros-antteriores/9-numero/120-relaciones-51-verano-1992-vol-xiii>. Acesso em: ago 2015.

RUIZ, Teófilo F. Fiestas, Torneos y símbolos de realeza en la Castilla del siglo XV. Las fiestas de Valladolid de 1428. In: RUCQUOI, Adeline. *Imágenes y realidad del poder en España a fines de la Edad Media*. El siglo XV. Valladolid: Ed. Austo, 1989. p. 249-266.

SÁ, Isabel dos Guimarães. O rei à mesa entre o fim da Idade Média e o Maneirismo. In: BUESCU, Isabel; FELISMINO, David (org). *A mesa dos reis de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011. p. 188-207.

SALVADORI, Philippe. Norbert Elias. In: SALES, Véronique (org). *Os historiadores*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 139 – 160.

SCHMITT, Jean-Claude. Ritos. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (org.) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC, 2002. p.415-429.

SKINNER, Quentin. The practice of history and the cult of the fact. In: SKINNER, Quentin. *Visions of Politics*. Regarding method. Vol. 1. Cambridge/UK: Cambridge University Press, 2002. p. 8-26.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. Linhagem e identidade social na nobreza medieval portuguesa (séculos XIII e XIV). *HISPANIA*. Revista Española de Historia, 2007, vol. LXVII, núm. 227, septiembre-diciembre, p. 881-898.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Scarlett Dantas de Sá Almeida, declaro para todos os fins que esta dissertação intitulada “Ritos, cerimônias e poder em Castela: uma análise político-cultural dos costumes de corte (séc. XV)” foi integralmente por mim redigida, e que assinalei devidamente todas as referências e textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro Programa de Pós-Graduação e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

Brasília, 22 de julho de 2016.
